

Organizadoras
Andrea Butto
Isolda Dantas

Autonomia e cidadania:

Políticas de
organização

produtiva para as

mulheres

no meio rural

Organizadoras:

Andrea Butto

Isolda Dantas

Autonomia e cidadania:
Políticas de
organização
produtiva para as
mulheres
no meio rural

Autoras e Autores:

Andrea Butto

Anita Brumer

Caroline Bordalo

Emma Siliprandi

Laeticia Jalil

Nalu Faria

Regina Bruno

Rodica Weitzman

Rosângela Cintrão

Rosani Marisa

Spanevello

Silvia Lima de Aquino

Valdemar João Wesz
Junior

Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

1º Edição

Brasília, 2011

DILMA VANA ROUSSEFF

Presidenta da República

AFONSO FLORENCE

Ministro de Estado do Desenvolvimento
Agrário

MÁRCIA DA SILVA QUADRADO

Secretária-Executiva do Ministério do
Desenvolvimento Agrário

CELSO LACERDA

Presidente do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária

LAUDEMIR ANDRÉ MULLER

Secretário de Agricultura Familiar

JERÔNIMO RODRIGUES SOUZA

Secretário de Desenvolvimento Territorial

ADHEMAR LOPES DE ALMEIDA

Secretário de Reordenamento Agrário

JOAQUIM CALHEIROS SORIANO

Diretor do Núcleo de Estudos Agrários e
Desenvolvimento Rural

ANDREA LORENA BUTTO ZARZAR

Diretora de Políticas para Mulheres Rurais

Copyright 2011 MDA

**PROJETO GRÁFICO, CAPA E
DIAGRAMAÇÃO**

Leandro Celes

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO (MDA)**

<www.mda.gov.br>

**DIRETORIA DE POLÍTICAS PARA
MULHERES RURAIS (DPMR)**

SBN - Quadra 1 - Ed. Palácio do
Desenvolvimento - 21º Andar - Brasília - Brasil
- Cep. 70.057-900

Telefone: (61) 2020-0845

Projeto de Cooperação Técnica Internacional BRA/IICA/010/001 –
Agenda de Desenvolvimento – NEAD/MDA

Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva
para as mulheres no meio rural / Andrea Butto, Isolda Dantas,
orgs. – Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.
192 p.

ISBN: 978-85-60548-76-7

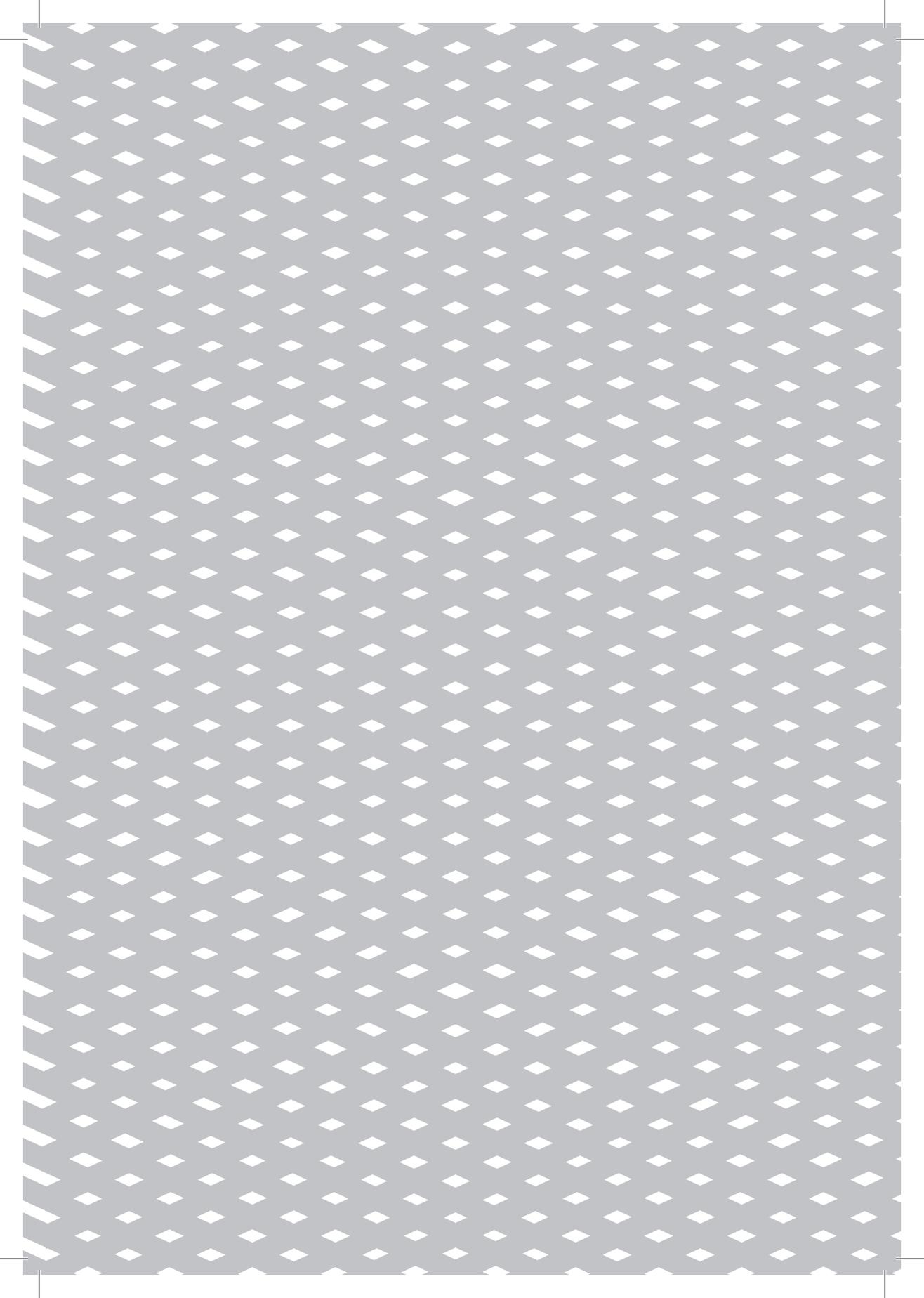
I. Cidadania – Mulher. II. Produção – Mulher – Meio rural. III Butto, Andrea,
ed. IV. Dantas, Isolda, ed. V. Título: políticas de organização produtiva das
mulheres no meio rural. VI. Butto, Andrea. VII. Brumer, Anita. VIII. Bordalo,
Caroline. IX. Siliprandi, Emma. X. Jalil, Laeticia. XI. Faria, Nalu. XII. Bruno,
Regina. XIII. Weitzman, Rodica. XIV. Cintrão, Rosângela. XV. Spanevello,
Rosani Marisa. XVI. Aquino, Silvia Lima de. XVII. Wesz Junior, Valdemar João.

CDU 331.1-055.2(1-22)

CDU 631.158-055.2(1-22)

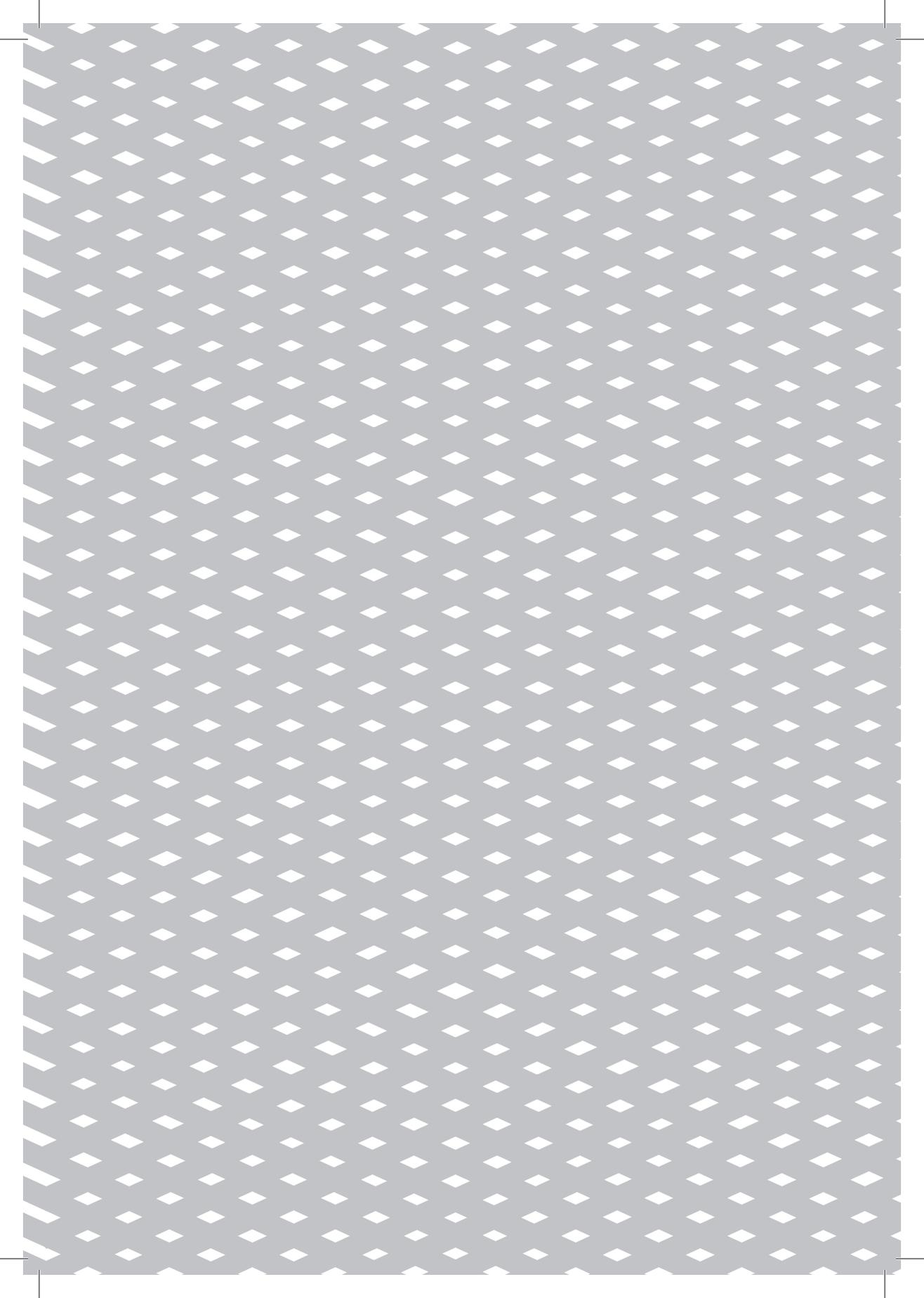
CDU 342.71-055.2(1-22)

Autonomia e cidadania:
**Políticas de
organização**
produtiva para as
mulheres
no meio rural



Índice

- 7 Apresentação
- 11 Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania
Andrea Butto
- 37 Mulheres rurais na economia solidária
Nalu Faria
- 55 Organização produtiva das mulheres assentadas da reforma agrária
Regina Bruno
Silvia Lima de Aquino
Laeticia Jalil
Valdemar João Wesz Junior
Caroline Bordalo
- 87 Mulheres na assistência técnica e extensão rural
Rodica Weitzman
- 113 Entre o sonho e a realidade: O crédito rural para mulheres da agricultura familiar na Região Sul do Brasil
Anita Brumer
Rosani Marisa Spanevello
- 153 As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)
Emma Siliprandi
Rosângela Cintrão





Apresentação

Organizar as mulheres rurais para fazer a produção, a gestão e a comercialização de maneira autônoma é um desafio permanente daquelas e daqueles que pretendem reduzir as desigualdades de gênero. O Governo Federal, em particular o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a partir das suas atribuições, persegue este desafio com a instituição de políticas públicas para as mulheres, sempre em diálogo estreito com as protagonistas desta mudança, as trabalhadoras rurais.

Isso é feito por meio do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, o POPMR, que apoia a inserção das mulheres na economia a partir de relações igualitárias. As ações abrangem a identificação e a caracterização de grupos produtivos de mulheres, a formação, a capacitação, a promoção de espaços de comercialização específicos para maior visibilidade da sua presença econômica, e a articulação local para viabilizar o acesso das mulheres às políticas públicas.

Como parte da estratégia do POPMR, o MDA apoia a realização de pesquisas e estudos para subsidiar a ação do Estado. Os artigos aqui reunidos sintetizam parte destas pesquisas. Eles analisam um novo sujeito econômico – os grupos produtivos de mulheres no meio rural – e a relação das mulheres trabalhadoras rurais com as políticas públicas de apoio à agricultura familiar e da reforma agrária.

No primeiro artigo, a diretora de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas do MDA, Andrea Butto, caracteriza a realidade das mulheres rurais e apresenta a estratégia adotada para reduzir a desigualdade e promover a auto-

nomia das mulheres da agricultura familiar, elencando os seus principais resultados e desafios.

Nalu Faria, no segundo artigo, recorre ao Sistema de Informações da Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego para analisar dados que abrangem as motivações para criar as organizações econômicas e as suas formas de produção e comercialização. Também promove uma reflexão sobre a economia feminista e solidária, dois campos de estudos ainda pouco difundidos e que adquiriram centralidade na compreensão desse sujeito econômico.

A organização produtiva em assentamentos da reforma agrária é abordada por Regina Bruno e pelas pesquisadoras e pesquisadores do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) no terceiro capítulo. É um trabalho que sintetiza o estudo qualitativo, que buscou caracterizar, em todas as regiões do País, a percepção das mulheres, das lideranças e das mediadoras locais sobre as relações de gênero, da gestão coletiva e da produção.

A política de Assistência Técnica e Extensão Rural é abordada no quarto artigo por Rodica Weitzman, que qualifica distintos períodos a partir dos conceitos que nortearam as relações sociais e as transformações em curso. Uma dessas transformações é o acesso das mulheres ao Pronaf, analisada no quinto artigo por Anita Brumer e que tem como pano de fundo medidas implementadas no Governo Lula para promover a inclusão das mulheres e assegurar a efetivação do direito ao crédito. A pesquisa fez um rico trabalho de campo e indica a importância de planejar uma política pública, a partir das mediações locais e observância das mudanças que ocorrem no Estatuto das Mulheres.

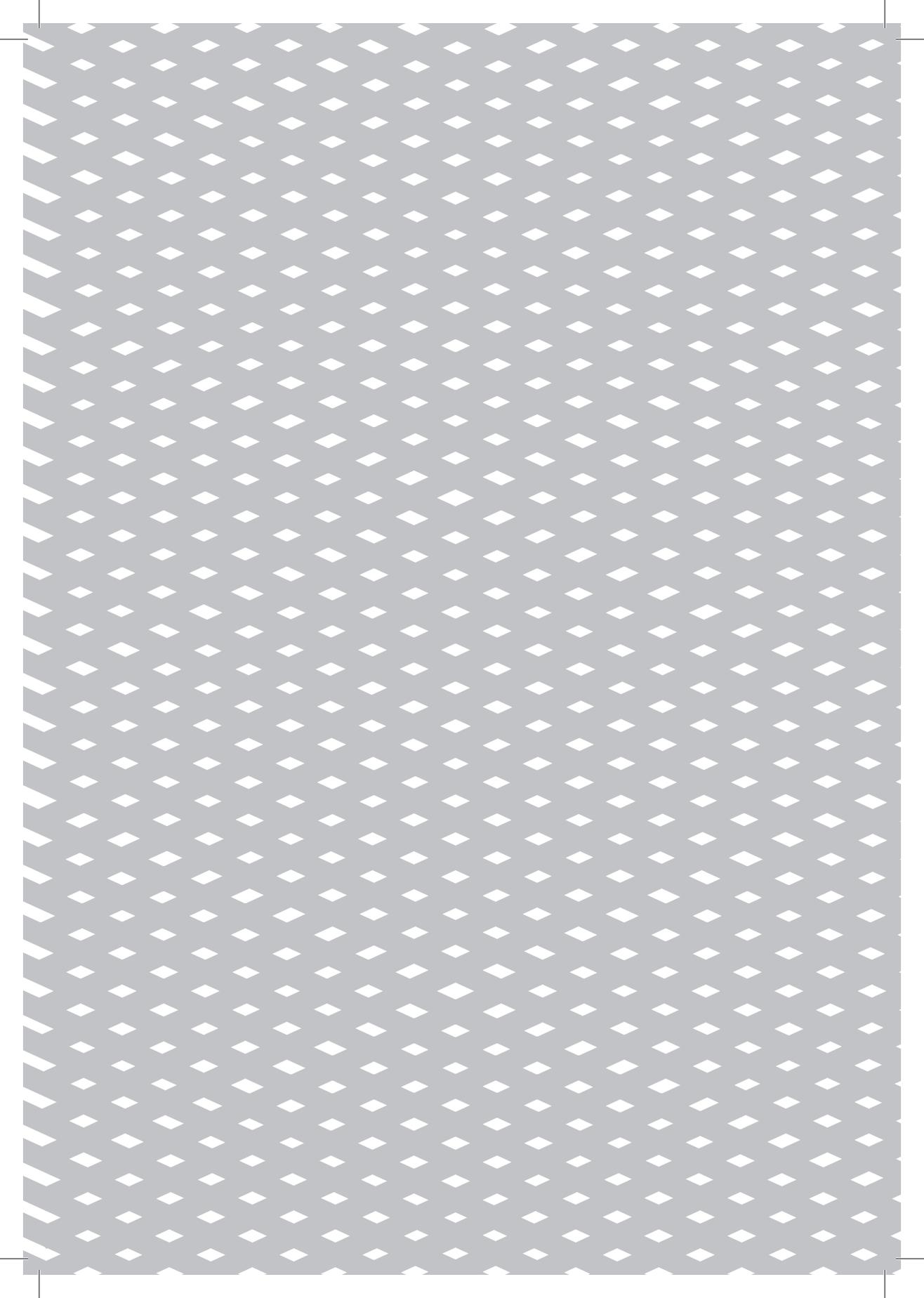
No sexto e último artigo, Emma Siliprandi e Rosângela Cintrão apresentam uma importante pesquisa sobre o acesso das mulheres à principal política de comercialização da agricultura familiar e da reforma agrária, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O trabalho, que envolveu muitos gestores e movimentos sociais, analisa as informações disponíveis nos órgãos federais executores e os resultados desta política, por meio de pesquisa de campo em espaços geográficos diversos, com o cuidado de apontar as distinções existentes entre as modalidades e as formas de operacionalização do programa.

Apresentação

Importante registrar que desses estudos não resulta apenas este livro. O Estado se apoiou nas reflexões aqui realizadas para qualificar a sua ação, seja para ofertar novas políticas públicas - como o Apoio Mulher na Reforma Agrária, orientar o financiamento mais dirigido ou para elaborar resoluções e normativas, visando ampliar o acesso das mulheres às políticas públicas.

Uma boa leitura!

Afonso Florence
Ministro do Desenvolvimento Agrário





Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania¹

Andrea Butto

Antropóloga, professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Diretora de Políticas para as Mulheres e Quilombolas do Ministério do Desenvolvimento Agrário

Este artigo aborda as políticas do Governo Federal do Brasil para as mulheres rurais dirigidas à promoção da autonomia econômica e da igualdade de gênero, orientadas para a inclusão das mulheres no desenvolvimento. São apresentados dados que indicam a situação de desigualdade, as principais reivindicações que animaram as lutas dos movimentos de mulheres e são analisadas as mudanças institucionais implementadas a partir de 2003. Novas estruturas institucionais governamentais, políticas públicas, além de um novo padrão de gestão, foram criadas num ambiente de diálogo com os movimentos de mulheres.

1 Esse texto é uma versão revisada do artigo “Políticas para as mulheres rurais: a recente experiência no Brasil”, publicado na Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero - Dezembro – 2010.

São apresentadas as principais políticas para as mulheres que integram a estratégia de superação das desigualdades impostas às mulheres pela promoção dos direitos econômicos e da autonomia das mulheres rurais na agricultura familiar e na reforma agrária.

As políticas tratam da garantia do direito à terra, do direito à documentação civil e trabalhista, do acesso a linhas específicas de crédito, às políticas de comercialização e de organização produtiva, bem como da agenda das mulheres rurais no âmbito da Reunião Especializada da Agricultura Familiar do Mercosul.

Participação econômica e social das mulheres rurais

As mulheres correspondem quase a metade da população rural (PNAD IBGE, 2006). São quase 15 milhões de mulheres, muitas delas sem acesso aos direitos básicos como saúde e educação, as mais jovens são as mais afetadas pelos processos migratórios e a maioria delas não contam com o devido reconhecimento da sua condição de agricultora familiar e camponesa. Apesar disso, assumem de forma crescente a responsabilidade exclusiva pelo grupo familiar que integram.

Recentemente, registra-se uma mudança na distribuição da população brasileira. Se no período 1993-2001, havia uma tendência de diminuição da população rural, nos anos subsequentes, inicia-se um movimento de elevação da população rural, que alcança maiores patamares em 2006.

Observa-se já há alguns anos a masculinização do campo. A proporção da população feminina em área rural era de 48,29%, em 1993, e diminuiu para 47,98%, em 2001. Apesar disso, pequenas transformações vêm ocorrendo, já que no período recente (2006), registra-se uma manutenção do percentual de mulheres (47,84%).

Apesar do arrefecimento da migração feminina, as desigualdades ainda marcam a vida das mulheres camponesas. A economia rural sempre esteve marcada pela divisão sexual do trabalho. Os homens estão associados a atividades econômicas que geram emprego, ocupação e renda, enquanto as mulheres concentram-se em atividades voltadas para o autoconsumo familiar, com baixo grau de obtenção de renda e assalariamento.

Desta forma, ocupam-se da criação de aves e pequenos animais, da horticultura, floricultura, silvicultura e da lavoura. Essa realidade nos permite entender porque as mulheres rurais representam 64% do total das mulheres trabalhadoras brasileiras que não auferem remuneração.

Um fato importante, observado mais recentemente, é o deslocamento dos homens para atividades antes tradicionalmente desenvolvidas pelas mulheres. No cuidado de aves e pequenos animais, as mulheres trabalham exclusivamente para o autoconsumo, enquanto a ocupação dos homens nessa atividade se dá via postos assalariados, permanentes ou temporários.

Também na horticultura e na floricultura, os homens passaram a ter uma maior presença. E esse crescimento da participação dos homens está associado ao maior assalariamento da atividade. Mas diferente do que ocorre no cuidado de aves e pequenos animais, o trabalho das mulheres nessas atividades gera renda monetária e sua participação está em alta.

Nas atividades de autoconsumo, as mulheres continuam sendo maioria: sua participação passou de 41%, em 1993, para 46,6% em 2006.

Nos rendimentos auferidos dentre os ocupados, observa-se uma tendência à maior igualdade entre os sexos; se em 1993, as mulheres tinham um rendimento equivalente a 49,9% do rendimento masculino, em 2006, subiu para 68%, fato que se explica pelo aumento nos níveis de renda (no período de 2004 a 2006, houve um crescimento de 31,5% dos rendimentos reais femininos na agropecuária).

Embora a proporção de mulheres ocupadas sem remuneração seja significativamente mais elevada na agropecuária, houve uma queda na ocupação no trabalho não remunerado, passando de 39,9%, em 1993, para 33,7%, em 2006. A proporção de mulheres nessa condição é bem mais elevada e a recuperação foi maior no caso dos homens, cuja participação no trabalho não remunerado passou de 22,3%, em 1993 para 14,2%, em 2006.

Apesar desse importante avanço, é necessário destacar que ainda permanece a concentração das mulheres nas atividades econômicas descritas anteriormente, indicando a necessária alteração da divisão sexual do trabalho.

O seu trabalho é considerado como uma mera extensão dos cuidados dos filhos e dos demais membros das famílias, um trabalho concebido como uma ajuda, decorrente também do ocultamento do trabalho delas. Essa invisibilidade fica evidente nas estatísticas oficiais sobre a duração da jornada de trabalho: as mulheres na agropecuária trabalhariam praticamente a metade da jornada média dos homens. Em 2006, enquanto os homens trabalhavam em média 39 horas semanais, as mulheres rurais declararam trabalhar apenas 21 horas.

As desigualdades evidentes, no entanto, não impedem que elas assumam cada vez mais a responsabilidade do seu grupo familiar. Ao longo dos anos noventa e da atual década, segue ocorrendo um aumento paulatino da chefia feminina nas famílias brasileiras. Na agropecuária, 11,4% dos lares eram chefiados por mulheres, em 1993, e, em 2006, saltaram para 16,2%.

Lutas sociais e afirmação política

A superação da subordinação das mulheres rurais tem sido objeto da ação política dos movimentos de mulheres e da auto-organização de mulheres em movimentos sociais mistos. No final dos anos 80, ganha mais força a atuação das mulheres rurais, na luta pela sua afirmação como agricultoras, como sujeitos políticos que questionam as relações de poder existentes no meio rural, nos diferentes movimentos, incluindo aí as organizações autônomas de mulheres, sindicais e sem terra, que reivindicam direitos econômicos e sociais. Fruto da realização de grandes mobilizações nacionais, como a Marcha das Margaridas, e um maior reconhecimento social de suas reivindicações. Criam-se, assim, condições mais favoráveis para a formulação e a implementação de políticas públicas para as mulheres rurais e para a afirmação de uma agenda feminista no desenvolvimento rural.

O conteúdo das suas reivindicações vão se transformando, indicando conquistas e maior amadurecimento dos desafios a enfrentar para superar as desigualdades de gênero e a necessária articulação com as desigualdades de classe. A partir de meados da década de 80 e nos anos 90, as principais reivindicações eram em torno dos direitos igualitários à terra na reforma agrária, acesso aos direitos sociais e especialmente à previdência social e ao seu reconhecimento como agricultoras, que inclui a participação no movimento sindical e a sua

integração como produtoras na família, daí porque reivindicaram o direito a se sindicalizar e ser incluídas no Bloco da Produtora Rural e se integrar de maneira igualitária nas políticas públicas da agricultura familiar e da reforma agrária.

Nos anos recentes, passam a reivindicar com maior ênfase a inserção nas atividades produtivas, com reivindicações específicas e mais detalhadas nos temas do crédito, das políticas de comercialização e assistência técnica especializada. Observa-se, ainda, uma ação dirigida a dar visibilidade às diversas formas de reprodução social da agricultura familiar camponesa, que destaca a contribuição do trabalho das mulheres para a melhoria da segurança alimentar e nutricional da família. Ganha importância, também, a relação entre gênero e agroecologia, com destaque para a especificidade do trabalho das mulheres no manejo sustentável e, conservação da biodiversidade. As mudanças que se verificam na agenda dessas atrizes, associa-se também às respostas e ao diálogo que vai sendo construído no novo ambiente institucional, criado a partir de 2003.

Políticas para as mulheres no período recente no Brasil

Assim como na maior parte dos países que buscaram institucionalizar políticas públicas de igualdade de gênero, o Brasil também criou um organismo governamental centralizado com atribuição de coordenar as políticas dos diferentes ministérios e demais órgãos federais, de garantir a transversalidade e a participação e controle social por parte da sociedade civil, além de buscar pactuar ações conjuntas com governos estaduais e locais.

Este organismo denominado Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres foi instituído inicialmente, no segundo semestre de 2002, como órgão vinculado ao Ministério da Justiça e, a partir de 2003, vincula-se diretamente à Presidência da República com status de ministério.

Além da estrutura nacional centralizada – a SPM – foram revistas institucionalidades de gênero no interior do Ministério da Saúde e do Ministério do Desenvolvimento Agrário. A orientação adotada foi criar as condições para ampliar o escopo, o poder de articulação e de implementação de políticas setoriais dessas estruturas, de forma coordenada e articulada com as ações estabelecidas pelo

PNPM. Em outros órgãos públicos federais, foram instituídos “Comitês de Gênero”, que a partir de representações de distintas áreas dos ministérios, criam uma dinâmica interna de discussão e elaboração de políticas para as mulheres e de acompanhamento das ações previstas no PNP. Esse é caso do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dos Ministérios do Meio Ambiente, Minas e Energia, Trabalho e Emprego.

As políticas de desenvolvimento rural até a década passada não reconheciam o trabalho das mulheres e o caracterizavam como mera ajuda aos homens. Esta concepção contribuía para a naturalização das desigualdades de gênero e a consequente dependência das mulheres ao universo masculino. O Estado brasileiro iniciou de maneira muito limitada algumas iniciativas em prol da igualdade de gênero no processo de redemocratização do país e buscou dialogar com os compromissos internacionais assumidos nas conferências internacionais da ONU, no caso das políticas para as mulheres rurais, o Governo Federal inicia uma reação às demandas dessas atrizes mais de forma muito pontual e limitada, após a realização da primeira Marcha das Margaridas. No âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2001, criou-se o chamado Programa de Ações Afirmativas, com ações financiadas pela cooperação internacional, e que resultou na constituição de uma pequena assessoria voltada para a elaboração de medidas para facilitar o acesso das mulheres às políticas de desenvolvimento rural. As ações nesse período restringiram-se à edição de portarias voltadas para a ampliação da concessão do crédito às mulheres, a promoção de estudos, que não chegaram a se efetivar. O melhor exemplo que pode ser citado é na área do financiamento, como veremos mais adiante ao tratar do tema.

Para além da ausência de uma ação eficaz, a orientação das ações formuladas pelo governo anterior não buscaram alterar a divisão sexual do trabalho e promover as condições para uma maior autonomia econômica das mulheres rurais.

Será sob o mandato do governo Lula a partir de 2003, que pela primeira vez se elabora uma política pública integral de promoção da igualdade de gênero objetivo e que se estabelecem claramente espaços de diálogo com a sociedade civil, incluindo aí a agenda dos direitos econômicos e políticos das trabalhadoras rurais.

Se criou uma institucionalidade interna com forte integração às demais políticas para as mulheres do Governo Federal, o que gerou a constituição de equipe de assessoria e designação de recursos para promover políticas de igualdade através de ações finalísticas e medidas para transversalizar as relações de gênero nas políticas de desenvolvimento rural, de forma a promover os direitos econômicos das mulheres trabalhadoras rurais e o pleno exercício da cidadania.

O estabelecimento de um desenho institucional capaz de promover ações transversais, fez necessária a integração da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas com as distintas secretarias do Ministério e das Superintendências Nacionais do INCRA. A estratégia adotada para ampliar e fortalecer a participação econômica das trabalhadoras rurais por meio da garantia do acesso aos recursos produtivos, da sua participação social e da promoção da cidadania, baseou-se numa forte integração com os principais programas do Ministério, a saber: o II Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, o Programa Brasil Quilombola e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – além da criação de ações finalísticas, que também incluíram outros órgãos federais, além de governos estaduais e locais.

Também houve mudança no padrão de financiamento dessas políticas; no Governo Lula, foi a própria União Federal, que custeou a política constituída. Para além dessa mudança, ampliou-se o orçamento destinado às políticas para as mulheres rurais, no Plano Plurianual 2004-2007, todo o orçamento federal alocado era oriundo do Programa de Gestão das Políticas de Desenvolvimento Agrário, vinculado à Secretaria Executiva do MDA, além do Programa Nacional da Agricultura Familiar. Já no PPA 2008-2011, houve um incremento significativo no orçamento destinado às ações na área. Essa dotação orçamentária foi distribuída em dois programas governamentais: 1) Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural, por meio da ação Assistência Técnica Especializada para Mulheres Rurais e; 2) Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres, por meio da ação Organização Produtiva de Mulheres Rurais e da ação Documentação da Trabalhadora Rural. Em termos de volume de recursos investidos, passou de 8 milhões – somatório de recursos nos quatro anos do primeiro PPA para 180 milhões no acumulado do período coberto pelo PPA 2008-2011.

Além disso, houve uma importante mudança no modo de gestão. Um caráter participativo passou a ser adotado nos programas, seja através da constituição de um Comitê Permanente de Promoção da Igualdade no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF, seja através dos Comitês Gestores do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, e do Programa de Organização Produtiva, além do Grupo de Trabalho de Gênero e Crédito e da realização de inúmeros eventos nacionais, regionais, estaduais e municipais para promover a sua difusão e avaliação das políticas públicas, promovendo um reforço no modo de governar em permanente diálogo com as organizações dos movimentos sociais de mulheres e da sociedade civil de forma mais ampla (ONG's, redes de produção, acadêmicas, etc). Estratégia que se aprofunda com a gestão democratizada das políticas através do Programa Territórios da Cidadania.

O financiamento da produção através do crédito do Pronaf foi a política que se tornou objeto de maior debate com a sociedade civil e de atuação do Governo Federal, no início do governo Lula.

Os movimentos sociais propunham a criação de uma linha especial, para as trabalhadoras rurais com condições mais facilitadas para obter e pagar o financiamento produtivo.

O Governo Federal tinha ciência do escasso acesso das mulheres ao crédito. Pesquisa realizada em 1999 por Grzybowski, indicava que, dentre os/as beneficiários/as do crédito, um percentual de 93% equivalia a homens e apenas 7%, a mulheres. Dois anos mais tarde, o percentual pouco tinha se alterado.

Esse problema foi objeto de tratamento no governo anterior, quando em 2001 se instituiu apenas uma cota mínima de 30% na aplicação dos recursos em nome das mulheres, sendo que a medida não se traduziu numa estratégia para a sua implementação. O resultado negativo se expressa nas estatísticas: o banco de dados do Cadastro da Agricultura Familiar do MDA nos indica que na safra 2001/2002 as mulheres ampliaram acanhadamente a sua participação no crédito, elas representavam 17,4% das beneficiárias dentre as operações de crédito e um percentual ainda menor quando analisamos o percentual no volume de recursos emprestados – 13,4% - do ano seguinte, que apesar de indicar uma pe-

quena elevação, na safra 2002/2003, os contratos foram ampliados em apenas 0,58% e no volume emprestado um percentual ainda menor: 0,42%.

O Governo Federal, sob o mandato do governo Lula, inicia ações nessa área no plano safra 2003/2004 com a instituição de um sobreteto de 50% sobre o valor total para o grupo familiar - o chamado, Pronaf Mulher apoiou atividades agrícolas e não agrícolas, através do acesso individual ou coletivo e facilitado nas condições de obtenção e pagamento².

Como uma importante iniciativa para dialogar de forma permanente e qualificada sobre o tema entre governo e sociedade civil, instituiu-se o GT Gênero e Crédito. Nesse ambiente, diagnosticaram-se as limitações que as mulheres encontravam àquela época para ter um acesso ampliado e qualificado ao Pronaf, debatia-se a limitada autonomia econômica e a restrita possibilidade de gerenciamento dos recursos que são fruto do trabalho das mulheres, uma vez que estas não dominam os espaços de gestão e comercialização da sua produção, falta-lhes a documentação pessoal básica e tinham restritas possibilidades de oferta de garantias como contrapartidas ao crédito. Também se discutia o desconhecimento do endividamento da família e o consequente impedimento gerado para o acesso delas ao crédito. Além disso, instrumentos de operacionalização do próprio crédito Pronaf, tal como a Declaração de Aptidão – DAP, que vem a se constituir no cadastro da agricultura familiar e que habilita o acesso às políticas da área – foi diagnosticada como barreira poderosa ao acesso ao crédito pelas mulheres, já que instituía apenas um titular como representante da família na habilitação para o crédito. Num contexto de desigualdades de gênero, essa medida acabava resultando na representação das famílias somente pelos homens.

Alguns movimentos sociais passaram a demandar prazos de carência e de pagamento mais estendidos, além da inclusão de um rebate e da ampliação dos recursos. Aspecto também importante que integrou as reivindicações foi a necessidade de garantir operações de crédito independente da família.

2 Circunscrito inicialmente às mulheres integrantes de famílias cuja renda era numa média superior às famílias mais pobres, o sobreteto Pronaf Mulher foi operacionalizado apenas pelo Banco do Brasil, que emprestou R\$ 2.595.609,00 correspondendo a 469 operações, sendo 80% destas concentradas na Região Sul do País.

Fruto dos debates e dessas reivindicações, no Plano Safra 2004/2005, foram implementadas importantes mudanças: a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) passou a ser feita obrigatoriamente em nome do casal, estimulando desta forma uma maior inclusão das mulheres em todo o Pronaf e não apenas na linha de crédito especial para as mulheres. O Pronaf Mulher, por sua vez, que inicialmente era um sobreteto, transformou-se numa linha específica de investimento, mais mulheres passaram a poder requerer o crédito e se garantiu uma operação a mais por família, para garantir que o crédito especial chegasse às mulheres, independente do crédito que houvesse sido contratado para o grupo familiar.

Também após um amplo trabalho de difusão, capacitação e avaliação sobre o crédito para as mulheres junto às organizações de mulheres da sociedade civil, através das *Cirandas do Pronaf para as Mulheres, durante o ano de 2005. Em trabalho de pesquisa participativa com as participantes das oficinas, verificou-se que a principal dificuldade das mulheres para obter o financiamento era o medo da dívida e a ausência da assistência técnica para elaborar e acompanhar a execução dos projetos de financiamentos.*

Dentre as dificuldades, também se diagnosticou uma diferenciação entre as orientações do Pronaf a nível federal e local³. Buscando sanar essa dificuldade, foi realizado um trabalho conjunto entre gestores nacionais do Pronaf e representantes nacionais dos agentes financeiros, para orientar de forma padronizada a concessão do crédito e qualificar os agentes financeiros locais que operam o Pronaf, visando ampliar a participação das mulheres ao crédito.

Em reconhecimento a essa mobilização e avanços obtidos, a Presidência da República, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres no Dia Internacional da Mulher, em 2005, em parceria com os agentes financeiros que operam o Pronaf e representantes dos movimentos sociais de mulheres, firmou-se um compromisso de desenvolver ações voltadas para estimular, facilitar, ampliar e qualificar o acesso ao crédito, através da celebração de Termo de Cooperação.

3 Um bom exemplo era o debate sobre a possibilidade de financiar atividades iguais ou distintas daquelas que vêm sendo praticadas pelas unidades familiares que as mulheres integram, se para os gestores nacionais do Pronaf financiar atividades iguais não representava um empecilho, para operadores locais esta possibilidade inexistia.

A cada plano safra foi se ampliando o público de mulheres que podia se beneficiar dela, até que as mulheres de todas as faixas de renda pudessem obter o financiamento. Interessante notar que essa linha se iniciou com operações apenas na Região Sul, onde a agricultura familiar é mais consolidada; com o passar dos anos, foi-se ampliando e hoje é no Nordeste (uma das regiões mais pobres do país, que esse financiamento tem maior número de operações⁴ realizadas.

Fruto desse trabalho, houve também uma maior participação das mulheres no programa de financiamento da Agricultura Familiar como um todo⁵. Se no início dos debates sobre o Pronaf, a principal demanda era a de criar um crédito especial independente do grupo familiar e facilitado nas suas condições de obtenção e pagamento, no decorrer dos anos de implementação do Pronaf Mulher, o debate foi se complexificando e se adquiriu a consciência de buscar uma atuação mais integrada nas políticas de apoio à produção e comercialização, especialmente integrando a assistência técnica e a organização da produção, para fazer frente ao conjunto das dificuldades das mulheres de acesso ao financiamento.

Embora tenha se ampliado a consciência de uma ação mais integrada do crédito com as demais políticas de apoio à produção e comercialização, não havia acúmulo por parte dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais das medidas necessárias para a sua efetivação.

No campo da Assistência Técnica e Extensão Rural, por exemplo, a demanda da sociedade civil se restringiu à necessidade de orientar os serviços para atendimento de todos os membros do grupo familiar, incluindo aí também as mulheres, na tomada de decisões das atividades produtivas.

4 No Pronaf Mulher desde a safra 2003/2004, mais 37 mil contratos foram concedidos na linha e mais de 237 milhões de reais foram emprestados.

5 O maior percentual registrado ocorreu na safra 2006/2007, quando as mulheres chegaram a representar um total de 25,3% do total dos beneficiários, e os recursos aplicados chegaram a um total de 17,7% do total investido, desde esse período, pequenas alterações ocorreram e não se registrou novo crescimento, mas como se observa, estamos ainda distantes de uma situação de igualdade entre os sexos na concessão do crédito para a agricultura familiar.

O principal desafio do governo era e continua sendo transformar o conteúdo familiarista dos serviços prestados, de maneira a alterar a divisão sexual do trabalho existente nas comunidades rurais, o que implica numa mudança que se inicia na formação dos profissionais que atuam na área, segue na definição da equipe e suas atribuições nas entidades e vai até o conteúdo e a metodologia dos serviços prestados pelas instituições parceiras.

A partir de 2003, momento em que a assistência técnica e extensão rural passou a ser uma atribuição do MDA, e que se constituiu a Política e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PRONATER, a partir de uma ampla consulta junto à sociedade civil, buscou-se incorporar a dimensão de gênero. Indicação de conteúdos, critérios de seleção de projetos a serem financiados e orientações metodológicas que deviam ser consideradas, para atender às necessidades das trabalhadoras rurais e promover a igualdade de gênero, foram parte das medidas incluídas para buscar uma orientação de cunho feminista.

Para dar maior materialidade a essa estratégia, buscou-se apoiar projetos protagonizados pelas mulheres rurais, inclusive através de ação inovadora que foi a realização de Chamada de Projetos específica para as trabalhadoras rurais destinadas ao financiamento de entidades que não integram as redes de ATER. Dessa maneira, evitávamos uma concorrência de recursos e afirmávamos a determinação de aplicar as orientações adotadas. Desde 2004, 74 mil mulheres foram beneficiadas através de um investimento de 12 milhões de reais.

Para que esta ação tivesse o alcance necessário, buscou-se promover o apoio financeiro de projetos de assistência técnica voltados para a igualdade de gênero. A Secretaria da Agricultura Familiar incluiu dentre as metas obrigatórias ações de apoio à organização produtiva de mulheres rurais nos convênios e contratos celebrados com as redes nacionais e regionais de assistência técnica no país.

Buscando afirmar o protagonismo das mulheres, também se buscou fortalecer o diálogo com as organizações e movimentos de mulheres. Por esse motivo, elas passaram a contar com representantes no Comitê de ATER do Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), órgão consultivo do Pronater.

Para ampliar a adoção da política nacional, foram realizadas ações de formação e capacitação de beneficiários e extensionistas sobre conceitos e demais fundamentos do programa. Também se criaram espaços de diálogo permanente entre gestores nacionais e prestadores de serviços em nível estadual e local, através das chamadas redes temáticas com o objetivo de atuar de maneira coordenada na orientação e prestação dos serviços. Como parte dessa estratégia, capacitaram-se mulheres rurais e extensionistas sobre o Pronater e as relações de Gênero e foi criada a Rede ATER para Mulheres, que articula representantes de instituições governamentais e organizações de mulheres que prestam serviços de assistência técnica e extensão rural.

Apesar desses esforços, ainda permanecem os desafios iniciais, já que os conteúdos e metodologias estimulados ainda carecem de uma mudança na formação dos profissionais e que parte das entidades prestadoras dos serviços, incluídas aí também aquelas constituídas a partir da sociedade civil, ainda são refratárias a essas mudanças.

Para fortalecer a organização da produção e a comercialização das atividades econômicas que envolvem as trabalhadoras rurais, importantes passos foram dados pelo Governo Federal. Os movimentos de mulheres, especialmente a segunda edição da Marcha das Margaridas, demandava a elaboração e implementação de um Programa Nacional de Valorização e Melhoria da Qualidade da Produção das Mulheres com foco no gerenciamento, comercialização, legislação sanitária, inovações tecnológicas e crédito.

Em resposta, o Governo Federal constituiu inicialmente o *Projeto de Apoio aos Grupos Produtivos de Mulheres Rurais*. Tratava-se de uma estratégia de elaboração de diagnóstico e plano de ação com apoio de assessoria técnica especializada e acompanhamento para acessar às políticas públicas do MDA.

A partir da realização do *I Encontro Nacional de Grupos Produtivos de Mulheres Rurais*, durante a Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária – FENAFRA, em 2006, constituiu-se o Comitê Consultivo Nacional, que acompanhou uma ação piloto de apoio à projetos apoiados pela AEGRE e em 2007, já com uma ampliação de parcerias, outros foram apoiados, com um investimento que somou mais de 2 milhões de reais.

Partindo do Projeto de Apoio aos Grupos Produtivos e buscando implementar uma política pública integrada, o Governo Federal, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário através da Diretoria de Políticas para as Mulheres e Quilombolas, de forma integrada com as secretarias do MDA e com o Incra e, em parceria com a Presidência da República através da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, o Ministério do Trabalho e Emprego através da Secretaria de Economia Solidária, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, instituiu o Programa Nacional de Organização Produtiva de Mulheres Rurais.

O programa tem por objetivo fortalecer as organizações produtivas de trabalhadoras rurais, incentivando a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização, valorizando os princípios da econômica feminista e solidária, de forma a viabilizar o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e comercialização, a fim de promover a autonomia econômica das mulheres e a garantia do seu protagonismo na economia rural. Esse programa integra também as políticas ofertadas pelo Programa Territórios da Cidadania.

Definimos priorizar as ações do programa em grupos e redes produtivas de mulheres rurais, pois se tratavam de organizações menos fortalecidas e que por sua vez, demonstravam um importante potencial transformador das relações de poder constituídas na unidade familiar.

Para efetivar os objetivos do programa, o primeiro passo foi realizar um trabalho de identificação de organizações produtivas de mulheres rurais em parceria com movimentos sociais, de mulheres, redes de organizações produtivas e a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, através do Sistema de Informações da Economia Solidária – o SIES . Mais de 9 mil organizações exclusivas ou majoritariamente constituídas por mulheres rurais, que majoritariamente produzem artesanato, plantam e beneficiam alimentos, além de prestar serviços, foram identificados.

A partir dessas informações, pudemos constatar que se tratam de organizações pequenas, em sua maioria sem formalização jurídica, com escasso acesso à infraestrutura para a produção e restrito acesso às políticas de apoio à produção

e comercialização e pequena capacidade de auferir renda. Dentre as que conseguem se remunerar, 97,9% recebem até um salário mínimo e a grande maioria (83,7%), apenas meio salário mínimo. Apenas 11% acessaram financiamento para a produção e um terço teve acesso à assistência técnica e extensão rural e na grande maioria, vendem a sua produção diretamente em mercados locais através de entregas diretas e participação em feiras livres.

Através de ações de formação em políticas públicas para as mulheres e de apoio à produção e comercialização, busca-se ampliar o acesso às políticas públicas e debater, a partir das práticas organizativas e produtivas, os princípios da economia feminista e solidária e da agroecologia.

A necessária integração com as políticas voltadas para a comercialização da produção também estava presente na pauta de reivindicação dos movimentos sociais. Esses demandaram a realização de feiras e a criação de centrais de comercialização integradas aos programas de formação e crédito. Buscando dar visibilidade à produção dessas organizações, propiciar espaços de formação e intercâmbio e apoio à divulgação e à comercialização, através do Programa de Organização Produtiva, foram promovidas Feiras Estaduais da Economia Feminista e Solidária especialmente na Região Nordeste, área onde há maior concentração de grupos produtivos. Mais de 480 expositoras, de 230 grupos produtivos, representando mais de 100 municípios localizados em 15 Territórios da Cidadania, foram envolvidas.

Fruto desse trabalho, verifica-se um aumento da participação das organizações protagonizadas por mulheres nas FENAFRA, de apenas 1,4% na primeira edição da Feira, em 2004, passou para 22,9% em 2007 para 30% na edição de 2008. Certamente, esse aumento é resultado da estratégia de fortalecer a participação das mulheres, objetivo explicitado desde 2007 no Manual de Orientações aos Expositores, que recomenda às coordenações estaduais para que mobilizem e incluam pelo menos 30% de empreendimentos de propriedade e coordenados por mulheres.

O Governo Federal realizou, ainda, reuniões e seminários nacionais e locais para incentivar a participação de organizações produtivas de mulheres trabalhadoras rurais nas Feiras Nacionais da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, além de propiciar todo o apoio financeiro para garantir essa presença. Procurando

dar visibilidade a essa participação, foi elaborado um catálogo de produtos das organizações e estruturado espaço destinado aos estandes das expositoras.

Mas para além de eventos de promoção comercial integrados com formação e debate sobre políticas públicas, o programa buscou ampliar a comercialização dos produtos destas organizações com o programa de compras governamental, o Programa de Aquisição de Alimentos. Buscou-se inicialmente aproximar o programa destas organizações através da realização de uma pesquisa sobre o acesso das mulheres ao programa.

Dentre as ações de capacitação das mulheres integrantes de grupos produtivos, a apresentação e debate sobre o acesso ao PAA foram incluídos, mas para ir além e buscar a efetiva inclusão no programa, um trabalho local em 86 territórios da cidadania está sendo realizado em parceria com os gestores locais do PAA, de modo a ampliar a participação e promover diálogo permanente na sua execução, especialmente com o Programa de Alimentar Escolar – compras governamentais da produção da agricultura familiar, realizadas por governos locais para a alimentação nas escolas públicas do país.

O programa também promove o apoio financeiro a grupos produtivos. No período de 2006 a 2009, já foram aportados cerca de R\$ 16 milhões, através de 137 projetos para custeio das atividades produtivas, que foram financiados, beneficiando mais de 60 mil mulheres.

Para garantir que a demanda existente seja para o custeio como para o investimento chegue em Brasília e de forma qualificada, foram realizadas ações complementares de capacitação para elaboração de projetos e planos de trabalho para a celebração de convênios.

Mulheres na reforma agrária

No campo dos direitos igualitários à terra e ao desenvolvimento nas áreas da reforma agrária, o ponto de partida foi a demanda dos movimentos sociais – movimento de mulheres, sindical e sem terra, de ampliação do acesso das mulheres à terra através de uma readequação do SIPRA (Sistema de Informações nos processos de Reforma Agrária), revisão dos cadastros, e dos contratos e dos

títulos (definitivos ou de concessão de uso), para estabelecer a obrigatoriedade em nome do homem e da mulher, independente do estado civil do casal, nos assentamentos da reforma agrária. Sugería-se o estabelecimento da prioridade da permanência das mulheres no assentamento de origem ou como beneficiárias em outro assentamento nos casos de separação. Também foi proposta a divulgação das vantagens dessas medidas junto à trabalhadoras rurais.

O Governo Federal através do II PNRA (Programa Nacional de Reforma Agrária) destacou parte específica sobre o acesso igualitário entre homens e mulheres à terra. Mas foi antes do lançamento do PNRA e em resposta à Marcha das Margaridas que com a Portaria nº 981/2003 do INCRA determinou obrigatoria a titulação conjunta da terra para lotes de assentamentos constituídos por um casal.

A titulação dos assentamentos de forma conjunta é obrigatória em situações de casamento e de união estável, prevê que se a terra ainda estiver em processo de titulação e houver uma separação, em respeito ao código civil, a terra ficará com a mulher desde que ela tenha a guarda dos filhos. Diante de uma separação os homens ou as mulheres passam a requisitar outra vez o acesso à terra, sendo prioridade na condição de beneficiados/as quando da criação de novos assentamentos da reforma agrária.

O Incra alterou os procedimentos e instrumentos de Inscrição de Candidatos/as, na Implantação de Projetos de Reforma Agrária, no Cadastro das Famílias nas áreas de Regularização Fundiária e de Titulação e no Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, para incluir a mulher e o homem independente de estado civil, em caráter obrigatório.

Para fazer valer o direito, as famílias passam a declarar ou comprovar obrigatoriamente a condição civil. A família candidata que omitir e/ou declarar falsa condição civil será eliminada da participação no Programa Nacional de Reforma Agrária.

Na Sistemática de Classificação das Famílias Beneficiárias da Reforma Agrária foi incluído novo critério complementar dando preferência para as famílias chefiadas por mulheres.

Além disso, foi instituído, em 2008, o crédito Apoio Mulher como uma das modalidades do Crédito Instalação, é destinada ao fortalecimento das atividades econômicas de mulheres assentadas que integram grupos de mulheres e são titulares de lotes. O crédito pode ser utilizado na organização de atividades econômicas agrícolas e não agrícolas. Cada mulher titular de lote tem direito a um crédito de R\$2,4 mil, liberados em 3 parcelas de R\$800.

Na área da Assessoria Técnica e Socioambiental aos assentamentos da reforma agrária, o esforço do Governo Federal se concentrou na elaboração de orientações sintonizadas com as políticas de promoção da igualdade entre homens e mulheres, bem como na capacitação de extensionistas envolvidos/as na prestação desses serviços.

Além das orientações já previstas no momento de constituição do Programa de ATES, a partir de um diálogo entre governo e sociedade civil (organizações autônomas de mulheres e organizações mistas)⁶-, a norma e o manual do Programa Nacional de Assessoria Técnica Socioambiental aos assentamentos da reforma agrária, foram ajustados para promover um aprofundamento das estratégias de promoção da igualdade entre homens e mulheres.

Como parte das diretrizes básicas e conceitos dos serviços de ATES, orientou-se o reconhecimento e a valorização dos conhecimentos das trabalhadoras rurais, sua inclusão nos processos de construção do saber e a adoção de metodologias que busquem dar visibilidade e transformar a divisão sexual do trabalho e incentivar o atendimento das demandas individuais e coletivas das mulheres na produção.

E a partir de 2009, um trabalho de acompanhamento dos Núcleos Operacionais dos serviços de ATES para realizar atendimentos voltados a projetos que visam a autonomia econômica das mulheres nos territórios da cidadania. Também se realizaram capacitações com a finalidade de qualificar a presença ativa das mulheres assentadas nos planos de assentamentos para definir as atividades

6 Setor de Gênero do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão de Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Movimento de Libertação dos Sem Terra (MSLT), MLT e Secretaria de Mulheres da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf).

de exploração da parcela através do crédito produtivo e das instalações comunitárias.

Para além da introdução dessas estratégias no programa, extensionistas de todas as regiões do país passaram por capacitações sobre gênero e reforma agrária.

Mas para além de uma ação mais dirigida na política fundiária e de apóio ao desenvolvimento sustentável nos projetos de assentamentos da reforma agrária, buscou-se fortalecer a autarquia através da qualificação dos seus servidores e servidoras através de ações de capacitação sobre gênero, ação que integrava também as demandas dos movimentos sociais.

As políticas dirigidas para as mulheres assentadas da reforma agrária foram avaliadas nos encontros regionais realizados pela Diretoria de Políticas para as Mulheres e Quilombolas e da Superintendência Nacional de Desenvolvimento Agrário com a presença de servidores do INCRA, de prestadores/as de serviços de assessoria socioambientais e das mulheres organizadas nos movimentos sociais que lutam por reforma agrária no Brasil, a partir de 2005.

Um caráter participativo também foi atribuído às políticas para as mulheres nessa área. Realizaram-se oficinas regionais e nacional para avaliar e planejá-las.

Documentação das Trabalhadoras Rurais

Em consequência das limitações impostas às trabalhadoras rurais para efetivar os direitos previdenciários conquistados na nova constituição brasileira no final dos anos 80, os movimentos de mulheres e organizações mistas que contam com espaços de auto-organização das mulheres, passaram a partir dos anos 90 a empreender importantes ações de conscientização e pressão do Estado brasileiro para garantir o acesso das mulheres à documentação civil.

No Brasil, inexistem estatísticas oficiais sobre a ausência de documentação civil, os dados disponíveis restringem-se à falta de registro de nascimento dentre os nascidos vivos com até 90 dias e apenas através de pesquisas amostrais. Esses

dados nos indicam que a maior concentração da população indocumentada está no campo e são mulheres.

Em resposta a essa demanda e devido à limitação do acesso das mulheres às políticas da reforma agrária e agricultura familiar pela ausência de documentação, o Ministério do Desenvolvimento Agrário lançou em 2004, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural que articulou, pela primeira vez na história do Brasil, muitos organismos governamentais e não-governamentais para realização de uma ação que garante a efetivação da cidadania e o acesso às políticas públicas para as mulheres no campo.

Trata-se de um programa inovador uma vez que prevê a conscientização sobre a utilidade da documentação civil e trabalhista, além da orientação de acesso a políticas públicas para as mulheres na reforma agrária e na agricultura familiar e previdência social, emitindo, de forma gratuita, os documentos civis, trabalhistas e o acesso a direitos previdenciários.

O Programa prevê gestão constituída por um comitê composto pelos parceiros em nível nacional, que tem como objetivo planejar e avaliar a execução do programa. Após a sua criação, os movimentos sociais passaram a reivindicar a ampliação do Programa de Documentação, mediante um número maior de recursos humanos e financeiros com a finalidade de torná-lo uma política permanente de acesso à documentação civil e trabalhista em todos os estados e municípios rurais e com atendimento a distintos segmentos da agricultura familiar e comunidades tradicionais. Além disso, a necessidade de instalar os Comitês Estaduais de Documentação em todos os estados brasileiros, o financiamento de cursos de capacitação em “gênero, direitos e cidadania para mulheres trabalhadoras rurais” e mobilizações das organizações das mulheres rurais.

Até dezembro de 2009, o PNDTR realizou mais de 2000 mutirões de documentação para mais de um terço dos municípios brasileiro (2.368) e emitiu mais de um milhão e 220 mil de documentos, que asseguram para mais de 550 mil mulheres do meio rural as condições básicas para acessar as políticas públicas do Governo Federal. Em 2007, o Programa começou a implantar unidades móveis de atendimento, conhecidas como Expresso Cidadã. O Expresso Cidadã (veículos, equipados com a infraestrutura e acesso à internet para emissão on-line de

documentos) foi implantado em 24 estados e parceiras, e recursos financeiros foram ampliados.

Também foram realizadas ações educativas, nos mutirões, que contribuíram para a informação e o acesso das mulheres ao conjunto das políticas públicas.

O PNDTR integra o programa Territórios da Cidadania, que implementa políticas públicas integradas, dentre as quais o registro Civil de Nascimento (RCN) e Documentação Civil Básica (DCB), para ampliar o acesso à documentação.

Para além de investir na consolidação do Programa e estender os serviços com a inclusão do atendimento aos benefícios previdenciários, busca-se atualmente integrar a documentação jurídica no rol dos serviços ofertados de forma a integrar mais a obtenção da documentação civil com as políticas públicas de desenvolvimento rural.

Estudos e pesquisas

Buscando qualificar a atuação governamental, foi constituído um grupo de pesquisadoras de diversas instituições de ensino para subsidiar a formulação e avaliação das políticas públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Foi promovido o *Prêmio Margarida Alves de Estudos Rurais e Gênero, para estimular a produção de pesquisas e estudos acadêmicos no campo das Ciências Humanas e Agrárias* e valorizar a experiência e memória das mulheres trabalhadoras e das comunidades rurais tradicionais.

Embora sem uma apresentação de demandas por parte dos movimentos sociais, o Governo Federal buscou, também, a inclusão das mulheres trabalhadoras rurais na política de desenvolvimento territorial, incentivando a participação de organizações de mulheres trabalhadoras rurais, através de capacitações de conselheiros e conselheiras dos colegiados estaduais, orientação para uma composição paritária entre homens e mulheres nos órgãos colegiados e de ações

de mobilização, sensibilização e formação das mulheres rurais sobre políticas públicas de apoio a produção e comercialização, cidadania e reforma agrária⁷.

O Governo ampliou o fortalecimento institucional dos atores e atrizes sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais. Em 2009, MDA estabeleceu parceria com duas entidades feministas – a Sempre Viva Organização Feminista e o Centro Feminista 8 de Março-, para desenvolver ações de formação e capacitação das mulheres rurais, com o objetivo de estimular e ampliar sua participação nesse processo e contribuir para o acesso às políticas públicas de apoio à produção e à comercialização e àquelas que garantam seus direitos à cidadania e à terra. Com essa estratégia de fortalecimento da autonomia das mulheres, foram realizadas ações de capacitação, articulação e mobilização, envolvendo mulheres trabalhadoras rurais, técnicas e técnicos, gestores, conselheiros e conselheiras dos colegiados estaduais, em 86 Territórios da Cidadania.

Para ampliar a agenda em prol dos direitos das mulheres rurais, o Governo Federal promoveu diversos esforços para realizar ações de integração, especialmente no Mercosul. A Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar – órgão consultivo do MERCOSUL. Constitui o espaço formal onde governos e agricultores discutem políticas públicas para a agricultura familiar e campesina da região. Dentre suas atividades, os países membros definiram também como agenda comum de trabalho as políticas para as mulheres.

Foi realizado um diagnóstico sobre a situação das mulheres rurais e as políticas públicas e em seminário específico com todos/as integrantes da REAF, onde foi incluído no Plano de Trabalho para o próximo período e uma recomendação

7 Essas ações estão sendo executadas em 84 Territórios da Cidadania dos 26 estados da Federação e Distrito Federal. O trabalho envolve a realização de diagnósticos sobre a implementação das políticas de gênero promovidas pelo MDA, o mapeamento de grupos produtivos de mulheres, a constituição de Grupos de Trabalho das mulheres nos Colegiados Territoriais e diversos seminários, cursos e oficinas com as agricultoras familiares e assessoras técnicas com objetivo de capacitá-las sobre as relações de gênero no meio rural, as desigualdades no acesso às políticas públicas e os programas e políticas específicas, entre eles o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, o Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais, a política de crédito, a política de acesso conjunto à terra, a política de assistência técnica e extensão rural e o desenvolvimento territorial.

para o GMC. Orientou-se uma ação integrada entre os países da região, com destaque para os temas do crédito especial para as mulheres, o acesso à terra através dos programas de reforma agrária e acesso à documentação civil e trabalhista. Fruto do trabalho de integração regional com enfoque de gênero, as mulheres foram incluídas nos registros da agricultura familiar em fase de implantação na região; foi analisada a participação das mulheres nos estudos sobre a agricultura familiar nas cadeias produtivas do leite e tomate e atualmente também implementa o Programa Regional de Fortalecimento Institucional de Gênero na Agricultura Familiar no Mercosul, que já promoveu intercâmbios sobre as políticas para as mulheres e oficinas e eventos de debate sobre a incorporação da dimensão de gênero nas políticas da agricultura familiar e reforma agrária.

Para além da região, um importante trabalho de integração com organizações e governos dos países do Hemisfério Sul foi realizado a partir de seminário internacional, que contou com presença de 23 países para a construção de agenda em prol dos direitos igualitários à terra e promoção de políticas para a autonomia econômica das mulheres.

Considerações finais

As políticas de promoção da autonomia e da igualdade das mulheres rurais implementadas pelo Governo Federal do Brasil durante o mandato do Presidente Lula impactaram favoravelmente as condições de vida das trabalhadoras rurais, como se pode observar, por exemplo, pelos dados de evolução da renda e da diminuição do trabalho não remunerado nesse segmento.

Em que pese o fortalecimento da auto-organização, o reconhecimento das lutas das mulheres rurais e os avanços na agenda governamental, a diminuição da pobreza das mulheres ainda não está acompanhada de uma transformação mais ampla da condição das mulheres no país.

As institucionalidades e as políticas voltadas à promoção da igualdade de gênero no meio rural são ainda muito recentes, estão em fase de consolidação e necessitam ganhar escala, o que deve ser acompanhado do fortalecimento da

agenda econômica na organização dos movimentos sociais de mulheres, para além da formulação de suas demandas.

A partir da experiência brasileira, consideramos que esse esforço tem de somar governo e sociedade civil e deve associar-se a uma agenda de integração regional e internacional para superar os atuais limites e conseguir impulsionar as transformações necessárias para a conquista da efetiva igualdade das mulheres.

Referências Bibliográficas

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. **Cirandas do Pronaf para Mulheres**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005. (NEAD Debate).

BUTTO, Andrea; HORA, Karla. **Mulheres e Reforma Agrária no Brasil**. In MDA/NEAD. **Mulheres na Reforma Agrária**. Brasília: MDA, 2008. p.19-38.

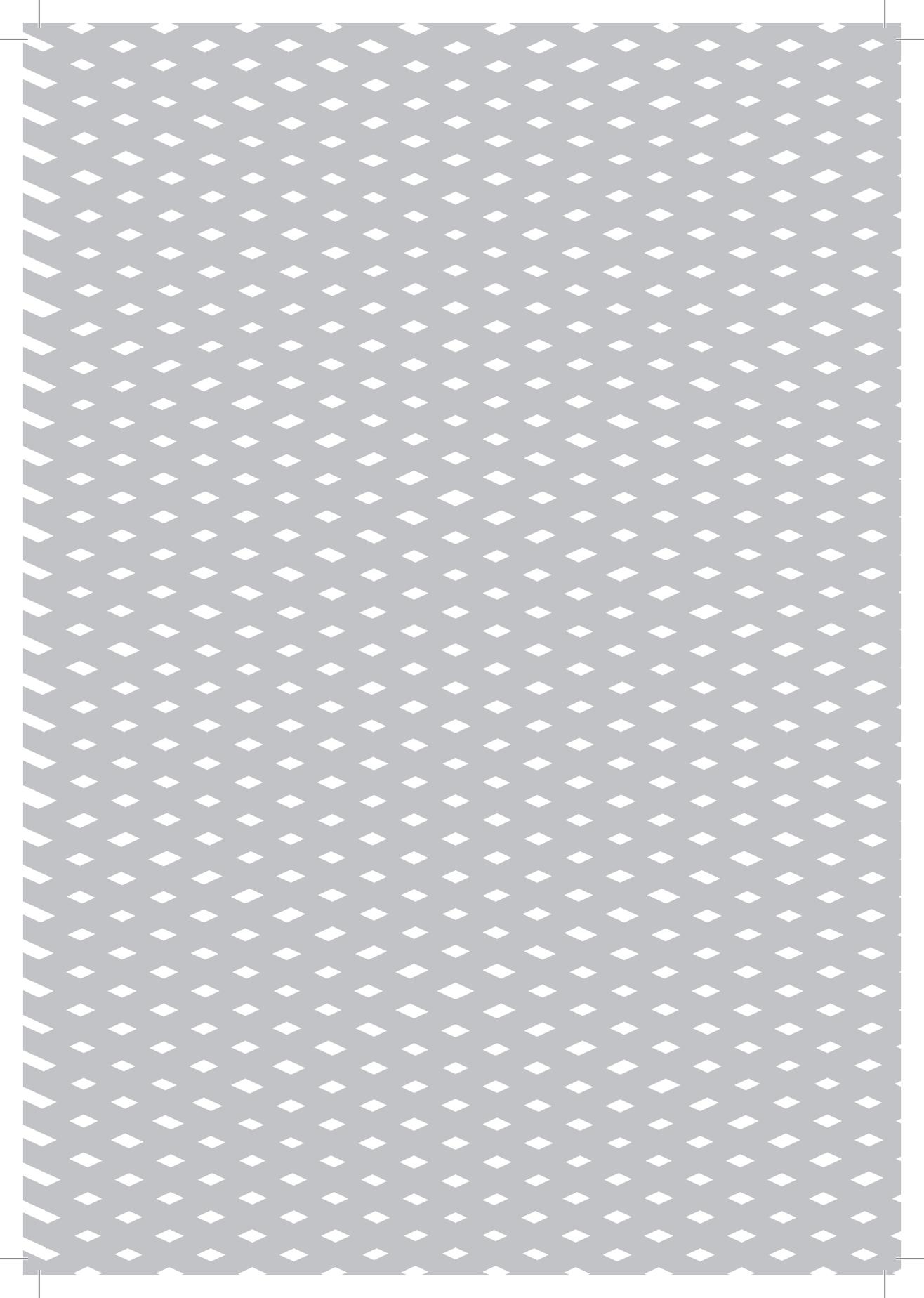
Di Sabbato, Alberto. **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**/ Alberto Di Sabbato; Hildete Pereira de Melo; Maria Rosa Lombardi; Nalu Faria; organização de Andrea Butto. – Brasília: MDA, 2009

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. **Relatório com a sistematização e análise de dados sobre a participação das mulheres rurais e suas organizações nas diferentes modalidades do PAA**. Campinas: Projeto de Cooperação Técnica PNUD/ MAPA/CONAB, 2009. Trabalho não publicado.

SILVA, N. F. **Relatório técnico contendo análise sobre a participação das mulheres e suas organizações na economia solidária no Brasil**. Rio de Janeiro: Projeto de Cooperação Técnica IICA/MDA/NEAD, 2008. Trabalho não publicado.

SILVA, N. F. **Relatório técnico contendo análise sobre a participação das mulheres e suas organizações na economia solidária nos Territórios da Cidadania**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica IICA/MDA/ NEAD, 2008. Trabalho não publicado.

MDA/NEAD. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006 (Nead Debate 9).





Mulheres rurais na economia solidária

Nalu Faria

Psicóloga, coordenadora da SOF –Sempreviva Organização Feminista, membro da Rede Economia e Feminismo e da Coordenação Nacional da Marcha Mundial das Mulheres

Este artigo tratará da reflexão sobre os grupos produtivos de mulheres no âmbito da economia solidária. Terá como base o estudo sobre a participação das mulheres rurais e suas organizações na economia solidária no Brasil, feito a partir da sistematização dos dados cadastrados no primeiro *Mapeamento Nacional da Economia Solidária*, que é parte do Sistema Nacional de Informações sobre a Economia Solidária (SIES)¹. Essa sistematização foi coordenada por Luiz Inácio Gaiger e elaborada em conjunto com Élen Cristiane Salvador e Pa-

-
- 1 Sua realização foi um trabalho conjugado do MTE/SENAES, dos fóruns representativos dos empreendedores (as) solidários (as) e organizações de apoio. Esse mapeamento foi realizado em duas etapas, uma em 2005 e outra em 2007, mobilizou mais de 230 entidades e foram a campo 600 técnicos (as) e entrevistadores (as). (www.mte.gov.br/economiasolidária)

trícia Kuyven². Foi utilizada a base nacional dos 60 Territórios da Cidadania³, criados em 2008, considerando os grupos com pelo menos uma sócia mulher.

Esse estudo faz parte das iniciativas da AEGRE/MDA (Assessoria Especial de Gênero Raça e Etnia do Ministério de Desenvolvimento Agrário) como parte das atividades do Programa de Organização Produtiva para Mulheres Rurais (POPMPR). Esse programa foi criado em 2008 com o objetivo de fortalecer as organizações produtivas de trabalhadoras rurais, garantindo o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e à comercialização. Tem como uma das prioridades realizar ações para identificar os grupos e redes produtivas de mulheres rurais, que visam localizar e reconhecer quem são, onde estão e o que fazem as mulheres trabalhadoras rurais e suas organizações produtivas. Busca promover sua autonomia econômica e incentivar a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização, valorizando os princípios da economia feminista e solidária. Incorpora em suas diretrizes a promoção da igualdade de gênero e a economia feminista e solidária.

Mulheres no campo

A percepção e a presença das mulheres no campo são marcadas pela divisão sexual do trabalho e pelas relações patriarcais. Isso fez prevalecer análises a partir do lugar das mulheres nas relações familiares, em geral focando no seu papel de mães, esposas e donas de casa.

-
- 2 A consultoria para realização desse estudo integrou o Projeto de Cooperação Técnica Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável (PCT IICA – NEAD).
 - 3 O Programa Territórios da Cidadania integra ações do Governo Federal, com ações dos Governos Estaduais e Municipais, visa o desenvolvimento econômico e a universalização dos programas básicos de cidadania. Foram definidos 120 Territórios da Cidadania com base em conjuntos de municípios com características econômicas e ambientais comuns, e com identidade e coesão social, cultural e geográfica.

As relações patriarcais no campo fazem com que a família seja compreendida como um todo homogêneo em que o homem representa os interesses do conjunto e detém o poder de decisão. Dessa forma a partir da família se organiza uma hierarquia de gênero e geração centrada no poder dos homens sobre as mulheres e filhos(as).

Essas relações patriarcais se ancoram e são constitutivas de uma visão da economia e do trabalho restritos ao âmbito de mercado. Há uma redução do econômico ao que se realiza na chamada esfera produtiva, possui valor de troca e que pode ser mercantilizado e que é identificada como espaço masculino. Essa visão se ancora no discurso em que as mulheres são destinadas à esfera privada, como parte de um destino biológico vinculado à maternidade, reforça o não reconhecimento da produção doméstica e do papel econômico do trabalho das mulheres na família.

Essa realidade é apresentada como fruto da natureza, na verdade é estruturada por uma relação social específica entre homens e mulheres, que tem como base material, uma forma de divisão do trabalho, a chamada divisão sexual do trabalho. Segundo Daniele Kergoat, a divisão sexual do trabalho se organiza a partir de dois princípios: da separação (trabalho de homem e trabalho de mulher) e hierarquização (o trabalho dos homens é mais valorizado). Disso, decorrem práticas sociais distintas, que atravessam todo o campo social. Ou seja, uma sociedade sexuada, estruturada transversalmente pelas relações de gênero. (Danièle Kergoat, 1996).

Essa formulação permite abordar a relação entre produção e reprodução, explica a simultaneidade das mulheres nas esferas produtiva e reprodutiva e sua exploração diferenciada no mundo produtivo e no trabalho assalariado. Além do mais, o tipo de inserção econômica não altera em nada a sua responsabilidade quase exclusiva pelo trabalho doméstico e de cuidados. Para as mulheres, a realização dessas atividades integra sua identidade primária, uma vez que a maternidade é considerada seu lugar principal. Introjetada profundamente pelas mulheres, a sua vivência está marcada pela exigência de ser “uma boa mãe”, ser dócil, compreensiva, enfim, saber cuidar. Na verdade, esse discurso da boa mãe é uma construção ideológica que contribui para que as mulheres continuem aceitando fazer o trabalho doméstico como algo inerente ao ser mulher.

No campo, essa divisão sexual do trabalho também se estrutura entre o que é realizado no âmbito da casa e no roçado. Dessa forma, historicamente, muitas das atividades produtivas realizadas pelas mulheres são consideradas extensão do trabalho doméstico. É importante ressaltar que essa modalidade da divisão sexual do trabalho no campo está vinculada à introdução da noção capitalista de trabalho, que justamente reduz trabalho ao que pode ser trocado no mercado.

Como decorrência, houve historicamente a invisibilização e não reconhecimento do trabalho das mulheres, tanto do trabalho doméstico e para autoconsumo, como também daquele realizado no roçado. E com isso a negação de sua autonomia econômica, pessoal e política e a exclusão das decisões sobre a terra e o território. Essa foi a visão que até recentemente orientou as políticas em relação ao campo.

Outro dado analisado há muitos anos é a maior migração das mulheres para a cidade por falta de acesso a trabalho e à renda. E muitas vezes também em busca de uma vida com menos imposição familiar e mais autonomia pessoal. Isso pode se refletir na busca por maior escolaridade, que ainda hoje é bem menor que as urbanas, mas que supera os homens do campo.

Essa situação começa a ter outros contornos a partir da forte organização das mulheres, que tiveram alguns direitos reconhecidos a partir dos anos 90. A luta das mulheres no campo teve como um ponto fundamental o acesso à renda e para isso, outros temas foram colocados, tais como o direito à documentação, a reivindicação pelo reconhecimento das mulheres como sujeitos autônomos independentes, pois até então se reconhecia o homem como chefe representante dos interesses do conjunto da família.

No entanto, as políticas continuaram não atendendo as demandas das mulheres rurais, mesmo quando elas tiveram participação ativa em suas reivindicações, como é exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996. A exclusão persistiu mesmo depois do estabelecimento de um mínimo de 30% do crédito para as mulheres (Butto e Hora, 2008).

A partir de 2003, houve mudanças em relação a esse quadro no âmbito do Governo Federal, passando a existir várias iniciativas que atuam sobre essas questões, em diálogo com a pauta dos movimentos de mulheres no campo. Resultam desse esforço a criação de vários programas, a destinação de recursos específicos e também a constituição de uma institucionalidade, que iniciou como um programa e avançou para a estruturação de uma diretoria.

Alguns indicadores começam a se modificar, como, por exemplo, a ampliação de 31,5% dos rendimentos das mulheres em 2006 em relação a 2004. Mas ainda é muito forte a desigualdade no campo e um dos elementos que chama a atenção é como persiste a invisibilidade do trabalho das mulheres. Isso pode ser visto nos dados sobre a jornada de trabalho das mulheres na agropecuária, que é quase metade dos homens. Isso leva a crer que há uma dificuldade de reconhecer sua jornada de trabalho, uma vez que suas atividades de produção dos alimentos, tanto para o consumo como para o mercado, misturam-se com os afazeres domésticos.

Economia solidária

Para a análise dos grupos produtivos de mulheres na economia solidária, é importante retomar alguns elementos em relação à economia solidária e à reflexão das relações com o feminismo.

Uma parte do debate e das ações que existem hoje na economia solidária se relacionam com iniciativas construídas a partir dos anos 90 no auge da implementação das políticas neoliberais no Brasil. Em uma realidade marcada por políticas de ajuste estrutural, modernização tecnológica, liberação das importações, diminuição de investimento público nas políticas sociais, a consequência gerada foi o desemprego estrutural. Uma das respostas a essa situação foi a criação de um conjunto de iniciativas de cooperativas e grupos de produção, comercialização e crédito. Em vários países da América Latina, existiam grupos conhecidos como economia popular ou de geração de renda. Nesse processo, deu-se o debate em relação à economia solidária, que resgatava a questão das cooperativas e da autogestão como parte da história de resistência dos trabalhadores europeus no século XIX. Houve um crescimento das articulações e

debates, tanto em nível nacional, como em nível internacional e, hoje, é bastante consensual considerar como economia solidária essa gama de iniciativas.

Ao mesmo tempo, no período dos anos 90, nos marcos de uma hegemonia neoliberal, o Banco Mundial e outras instituições multilaterais apresentaram um leque de propostas baseadas nos valores neoliberais. Ou seja, proliferaram as propostas em termos de microcrédito e empreendedorismo, como se a resposta ao desemprego fosse responsabilidade individual de cada cidadão (ã). Houve um extenso debate em torno da necessidade de reconhecer o papel da economia informal e sua contribuição ao Produto Interno Bruto (PIB) e, portanto, a importância de visibilizar esses dados.

Nesse sentido, a constituição de um campo que se posicionou como economia solidária foi extremamente importante por duas razões. A primeira é que deu uma resposta política a partir de uma visão crítica às propostas de empreendedorismo individual, competitivo, ancorado nos ativos individuais. Tornou-se um campo baseado na solidariedade, cooperação, reciprocidade e de afirmação, que é necessário construir práticas contra-hegemônicas a partir de outro paradigma. A segunda razão é que essa opção contribuiu para visibilizar em parte a economia realmente existente. Ou seja, desnaturalizou a visão de que a economia mercantil dominava todas as relações. Para Paul Singer, “A importância dessas experiências é o aprendizado que proporcionam a segmentos da classe trabalhadora de como assumir coletivamente a gestão de empreendimentos produtivos e operá-los segundo princípios democráticos e igualitários.” (Paul Singer, 2000 pg 44).

Outro aspecto fundamental para o questionamento da economia hegemônica foi a luta contra o livre comércio no continente americano, em particular contra a implementação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Nesse processo, houve um profundo questionamento da extensão da mercantilização promovida pelo modelo neoliberal. Esse processo recolocou elementos de críticas à economia capitalista e da necessidade de construção de outro modelo econômico voltado para a garantia do bem estar e não do lucro. A economia camponesa, o papel da agricultura familiar e da agroecologia foram parte desse debate.

Economia feminista e solidária

Em vários textos sobre economia solidária, há uma crítica à visão limitada da economia hegemônica por considerar apenas o aspecto mercantil. No entanto, essa crítica não rompeu com o traço androcêntrico predominante na economia dominante, que não reconhece uma grande parte do trabalho de produção da vida a partir das tarefas domésticas e de cuidados. Dessa forma, continua considerando essa dimensão como uma externalidade ao modelo econômico.

Miriam Nobre (2003) recupera os estudos de Tily, Scott e Guérin, que contam a história das experiências de trabalhadoras inglesas e francesas no âmbito do cooperativismo europeu do século XIX. Elas estiveram em cooperativas de consumo, nas práticas associativas que tinham objetivos educativos e de dar respostas pragmáticas às necessidades dos mais pobres: tuberculose, moradias insalubres, analfabetismo. Esses estudos buscam justamente mostrar que não era um assunto só de homens.

O desafio que está colocado para a economia solidária é de que seja capaz de incorporar em seus princípios e pilares o compromisso com o questionamento da divisão sexual do trabalho e o reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidados como a produção da vida. Além desse reconhecimento, tem o desafio de contribuir para que nas práticas cotidianas esse trabalho seja considerado uma responsabilidade coletiva e não uma atribuição específica das mulheres.

A economia feminista tem em comum com a economia solidária sua vocação contra-hegemônica, assim como uma visão mais ampla da economia para além do mercado. Isso se reflete em alguns princípios compartilhados como da solidariedade, da necessidade de redistribuição e reciprocidade. Porém, mesmo tendo esses pontos em comum, a economia solidária teve dificuldades para reconhecer e questionar a divisão sexual do trabalho. Dessa forma, constitui-se ainda um desafio o diálogo com a produção da economia feminista em relação ao questionamento do paradigma dominante da economia e sua abordagem androcêntrica. Isso foi fundamental para visibilizar a contribuição econômica das mulheres e enfocar o grande volume de trabalho doméstico e de cuidados, considerado parte do mundo dos afetos e não reconhecido como trabalho. Ao mesmo tempo, propõe que é necessário romper com a visão centrada no mer-

cado e adotar uma proposta que tenha em conta a sustentabilidade da vida humana e seu bem-estar.

Dessa forma, argumenta que a análise econômica deve incorporar tanto o âmbito produtivo como reprodutivo. O reconhecimento de que esses âmbitos se determinam mutuamente é que fará ver que a reprodução é também parte da economia (M. Leon, 2003). Na sociedade capitalista, a esfera mercantil e salarial depende do trabalho doméstico e dos bens e serviços que aí se produz. A produção mercantil não é autônoma e depende do trabalho não remunerado nos lares. Nesse sentido, há uma falsa autonomia dos homens que utilizam os bens e serviços realizados pelas mulheres. Para as mulheres, significa um enorme volume de trabalho realizado, que não é reconhecido e ao mesmo tempo é determinante para a sua inserção no trabalho remunerado e suas possibilidades de autonomia econômica.

Analisar a realidade das mulheres a partir dessa perspectiva evidencia dois aspectos presentes na experiência de um grande número de mulheres. De um lado, os limites em relação à autonomia econômica seja pelos baixos salários e empregos precários, pelo trabalho para autoconsumo, pela impossibilidade de uma inserção no mundo do trabalho com rendimentos. Mas também mostra a forte presença das mulheres nas práticas econômicas que estão fora da economia mercantil. Muitas dessas experiências construídas com base em relações de solidariedade e reciprocidade, mas em geral voltadas para o cuidado e as sustentabilidade da vida humana. Por exemplo, são inúmeras as redes de vizinhança e/ou familiares que viabilizam diversos arranjos, para que seja garantido que muitas mulheres possam conciliar trabalho assalariado com cuidado dos filhos.

Há um longo percurso a ser feito em relação ao conhecimento da realidade das mulheres e dos desafios para a garantia de sua autonomia econômica. Nesse sentido, o estudo dos grupos produtivos de mulheres que constam no primeiro mapeamento da economia solidária no Brasil é um dos passos importantes nesse percurso.

Os grupos de mulheres rurais na economia solidária

O mapeamento da economia solidária realizado pela SENAES possibilitou um amplo levantamento de informações de 21.859 mil Empreendimentos de Economia Solidária (EES), em 2274 municípios, nas 27 Unidades da Federação. Esses empreendimentos têm 1.687.035 participantes, sendo 63% homens e 37% mulheres, dos quais 3875 grupos têm apenas sócias mulheres e 2053 são exclusivamente masculinos, 48% são rurais, 35% urbanos e 17% rurais e urbanos (www.mte.gov.br/economiasolidaria).

O estudo sobre os grupos de mulheres, citado no início desse artigo, levantou os dados sobre a participação das mulheres em 60 Territórios da Cidadania (TC) e também em nível nacional. Os dados por sexo foram organizados em três categorias: grupos com 50% ou mais sócios que sócias, com 50% ou mais sócias do que sócios e exclusivamente de mulheres.

Os dados mostram que não há diferenças significativas nas características dos grupos a partir do recorte nacional e dos Territórios da Cidadania. A diferenciação era dada pela dimensão de gênero, proporcional ao aumento de homens no grupo e, portanto, as maiores diferenças estão entre os grupos com 50% ou mais de sócios homens e os grupos com sócias exclusivamente mulheres.

Em nível nacional, foram levantados 774 grupos rurais com sócias exclusivamente mulheres, num total de 9402 com pelo menos uma sócia mulher. Nos Territórios da Cidadania, esses números são 267 empreendimentos em 3129. Apenas nas regiões Sul e Sudeste os grupos de mulheres alcançam 10% do total e é na região Nordeste em que se encontram a maioria com 173. Concentram-se entre 6 a 15 sócias (43,4%), 16,5% têm de 1 a 5 sócias e 25,3% têm de 16 a 30 sócias

Características dos grupos

Os grupos de mulheres são pequenos e também recentes, no período da pesquisa ainda estavam em processo de estruturação. Considerando as atividades coletivas predominantes na maioria dos grupos, é produção (88%), comerciali-

zação (70%), enquanto o uso coletivo de equipamentos e de infraestrutura fica em quase 50%, a obtenção coletiva de matéria prima cai para 35%.

Os grupos de mulheres começaram a crescer entre 1999-2001, sendo que 39% deles são do período de 2002-2004. Isso explica a utilização dos investimentos que prioritariamente são voltados para garantia da produção, que em primeiro lugar são em equipamentos, seguido de ampliação de estoque e só em terceiro lugar em infraestrutura. São poucos os empreendimentos que tiveram acesso ao crédito, em torno de 11% e o valor do crédito acessado é pequeno. Mais de 50% buscaram e não conseguiram e mais de 75% afirmam ter necessidade de crédito.

A quase inexistência de acesso ao crédito tem como um dos determinantes a informalidade dos grupos, quando 29% dos grupos responderam que a principal dificuldade é a falta de documentação. Além disso, são visíveis os limites das atuais políticas para responder as debilidades dos grupos de mulheres, pois as dificuldades seguintes se vinculam à questão da informalidade, que são: falta de apoio para elaboração de projetos, taxas de juros incompatíveis com o empreendimento e burocracia dos agentes financeiros. Se somarmos essas quatro dificuldades, correspondem a 73,6%.

A dependência em relação à sede é outro elemento que mostra a fragilidade na estruturação, pois utilizam espaços emprestados ou cedidos, que ocorre em um número maior do que os grupos mistos. Os dados deixam evidente que um dos elementos que contribui para a organização dos grupos de mulheres é o apoio e fomento que recebem de várias organizações, como, por exemplo, em relação ao acesso à doação para iniciar a formação do grupo. Por um lado, isso demonstra que as mulheres têm menos recursos próprios, mas por outro lado indica um esforço de organização coletiva e da capacidade de articulação para estabelecer relações de parceria com as organizações que realizam essas doações.

A produção dos grupos de mulheres

Segundo os dados do mapeamento, apenas 26% dos grupos de mulheres têm como produto ou serviço principal as atividades de produção agropecuária, extrativismo e pesca. No entanto, há que aprofundar o conhecimento da pro-

dução, pois é muito provável atividades de processamento e que agregam valor aos produtos agrícolas terem sido classificadas como artesanato ou indústria e por isso, sejam percebidas sem o elo da cadeia produtiva na classificação. Além disso, certamente combinam a produção agrícola com o artesanato e atividades de beneficiamento.

Mas mesmo com essa consideração, continua o desafio de que as mulheres possam ampliar sua participação na produção agrícola. Hoje sua participação tem uma forte concentração na produção destinada ao autoconsumo. E como essa produção em geral de hortaliças e pequenos animais se dá no quintal, muitas vezes até mesmo a renda obtida através da venda desses produtos também fica invisibilizada e em geral, é utilizada para pequenas despesas correntes.

O acesso a renda

A renda média, em 2007, no período da realização do mapeamento, é muito baixa, no valor de R\$104,42, sendo que apenas 1,9% tem renda fixa e 56,6% por produto ou produtividade e 23 % não conseguem remunerar. Dos que têm renda 83,1% é até 50 % do salário mínimo⁴.

Além dos elementos apontados acima do estágio inicial dos grupos, sua informalidade e dificuldade de acesso ao crédito, outros elementos precisam ser mais investigados. Um primeiro é que o mapeamento não levantou o tempo disponível para o grupo produtivo. Uma análise do uso do tempo e em que tipos de atividades, permitiriam identificar a relação e ou coexistência com outras formas de produção, como, por exemplo, oriundos da produção no quintal, que é tão comum na realidade das mulheres do campo. Inclusive, a renda que elas podem auferir, em geral, vem desses produtos. Dificilmente acedem aos ganhos monetários vindos da comercialização dos produtos obtidos da plantação em conjunto com os cônjuges.

4 O valor do salário mínimo a partir de 1 de abril de 2007 era de R\$380,00 (trezentos e oitenta reais).

Os grupos de mulheres e a comercialização

De forma majoritária, as mulheres comercializam nas proximidades da residência em nível local e comunitário diretamente ao consumidor. A maioria (78,3%) tem alguma iniciativa que vise qualidade de vida das (os) consumidoras (os) e para isso buscam ofertar preços que facilitem o acesso aos produtos. Se consideramos os baixos rendimentos dos grupos de mulheres, podemos inferir que essa iniciativa de ofertar preços baixos confirma o sentido solidário dessas iniciativas, mas ao mesmo tempo concorre para manter o atual nível de rendimentos.

Mas ainda é necessário investigar a relação dos rendimentos dos grupos de mulheres e o volume de produção e comercialização. As mulheres estão em maior parte no artesanato e beneficiamento, que certamente não são os produtos que demandam um consumo permanente ou pelo menos ocorre com menor frequência que os produtos agropecuários e de pesca. Além disso, há que levar em conta que a comercialização ocorre principalmente em nível local. Para garantir um volume maior de comercialização, é necessário aumentar e diversificar a produção e criar uma rede de comercialização ampla para além do âmbito local ou comunitário.

As dificuldades levantadas em relação à comercialização com maior frequência é a escassa rede de compradores, falta de capital de giro para vendas a prazo e ausência de transporte-estradas para escoar a produção.

Por outro lado, chama a atenção que a comercialização em nível nacional, embora seja baixa, nos grupos de mulheres, é o dobro dos mistos com 4,1%. Provavelmente está vinculado aos processos de articulação que os grupos estão envolvidos e as possibilidades de participação em eventos. Um dos indicadores para essa hipótese é que nos dados sobre espaço de comercialização 6,5% se dá em feiras e exposições eventuais.

A análise de produção, rendimento e comercialização mostra que grupos necessitam de um conjunto de condições para superar essas dificuldades e garantir maior autonomia econômica das mulheres.

Gestão e participação

Os grupos de mulheres têm uma gestão menos institucional, baseada nas relações de proximidade, e a participação coletiva na gestão reflete o tipo de empreendimentos que são informais e pequenos. A participação na gestão cotidiana alcança um percentual de 73,8%, sendo que 54,7% com periodicidade mensal. Apenas 1,9% não realiza assembleia geral.

Quase metade (47,2%) dos grupos exclusivamente de mulheres participa de alguma rede ou fórum de articulação e 65,9% têm relação ou participam de movimentos sociais e populares e 50,9% participam ou desenvolvem alguma ação social.

Pode-se observar uma diferença significativa na participação dos grupos de mulheres e dos mistos. Esses últimos têm maior participação dos que os de mulheres em fóruns mais institucionalizados, o que se relaciona com a forma de organização do grupo, tais como: federação de cooperativas, movimento social, no caso sindical, e conselhos de gestão. Essa diferenciação reflete o tipo de organização mais formal (como cooperativas) e participação em espaços com características de representação. Os grupos de mulheres estão em fóruns que indicam que a forma de participação é mais horizontal e aberta.

Uma breve reflexão

A partir dos dados disponíveis e de debates realizados em vários espaços, inclusive de ações educativas com os grupos de mulheres, podemos enumerar algumas reflexões iniciais. Nos debates com as mulheres, é bastante apontada a necessidade de ampliar as informações e a formação para garantir um maior acesso às políticas públicas. Ou seja, há um reconhecimento de que há muito desconhecimento das políticas e programas disponíveis. Por isso, para os grupos de mulheres ainda continua como uma demanda prioritária questões básicas como o acesso à documentação. Junto com isso, expandir e disseminar informações sobre que políticas públicas e quais recursos disponíveis para serem acessados.

Ainda é muito presente no cotidiano dos grupos de mulheres a visão de que há um longo percurso para que se construa uma maior autonomia e que possibilite as mulheres vencerem os obstáculos para uma atuação no conjunto dos espaços da economia rural. Um desses limites é interferência do trabalho doméstico e de cuidados das crianças na sua disponibilidade para o trabalho produtivo e para a participação política. Mesmo sem ter no mapeamento os dados em relação ao trabalho doméstico, os outros dados existentes sobre a jornada de trabalho das mulheres e o conhecimento a partir da percepção da experiência cotidiana indicam a centralidade desse tema. É possível afirmar que um desafio fundamental é colocar na agenda a necessidade de que o trabalho doméstico e de cuidados devem ser uma responsabilidade compartilhada. Portanto há que se buscar formas de socialização de uma parte desse trabalho e que ele seja assumido também pelos homens.

Mas também há limitações em função do padrão predominante destas relações familiares, em que o marido muitas vezes restringe a participação delas. Além disso, ainda são muito presentes as dificuldades advindas da socialização de gênero como baixa autoestima, insegurança e medo quando se refere às atividades na esfera pública. As questões de acesso ao crédito, comercialização, gestão, controle financeiro e administrativo ainda são muito identificadas como parte do mundo masculino, são percebidas como algo que elas não conseguirão manejar. Essa realidade remete a outra questão que é a necessidade de trabalhar para fortalecer a autoestima das mulheres.

Ter um crédito em seu nome em geral faz com que as mulheres se sintam pressionadas pela necessidade de ter rendimentos suficientes, recursos para a garantia do pagamento e com isso há um medo de endividamento. O fato de que a maioria dos grupos ainda não consegue ter renda fixa pode contribuir para a manutenção desses temores. Também há a dificuldade de saber se relacionar com os agentes financeiros agravadas pelos elementos da informalidade dos grupos e problemas com relação à documentação, por exemplo. A organização de um modelo de gestão faz parte desses limites. É comum, por exemplo, que os grupos de mulheres não tenham um bom registro do que vendeu em uma feira e ao final, não sabem exatamente qual o rendimento obtido e a quantidade de produtos vendidos.

O fato das mulheres combinarem a produção no quintal com a participação nos grupos de produção ainda não visibilizou esse trabalho e seu aporte econômico. Isso ocorre tanto em relação ao autoconsumo, mas também na própria renda auferida na comercialização da produção do quintal.

Responder esse desafio de visibilizar a contribuição econômica das mulheres é fundamental para ampliar o debate sobre trabalho, que continua restrito àquele realizado na esfera mercantil e para questionar o traço androcêntrico (que parte da experiência masculina com a única referência) presente na discussão econômica, inclusive da economia solidária. Para alterar essa realidade, é necessário recuperar e reconhecer as experiências e práticas das mulheres, a exemplo da grande contribuição da reflexão feminista na agroecologia, que ao recuperar a experiência das mulheres, trabalhou o conceito da produção do quintal e foi mais além ao mostrar a relação dessa produção com a construção da biodiversidade.

Há uma concentração das mulheres no artesanato e na industrialização (beneficiamento) dos alimentos que se combina com a produção agrícola. Os desafios maiores estão concentrados no acesso ao crédito, comercialização e acesso à capacitação. Exige capital de giro, diversificação dos espaços de comercialização, aperfeiçoamento dos produtos. Além disso, é necessário rever a capacitação, pensar a ampliação dos produtos e agregar valor.

O mapeamento oferece um panorama geral sobre a situação e dinâmicas dos grupos, no entanto carece de mais dados sobre sua dinâmica de funcionamento que pudesse trazer mais elementos que ajude a indicar os desafios para o seu fortalecimento. Isso se concretiza na necessidade de conhecer o tempo disponível para o grupo e o tempo gasto no trabalho doméstico e de cuidados e também de explorar a relação da produção no grupo com outras atividades produtivas em particular no quintal.

A partir do que se pode conhecer nesse levantamento parece que há duas possibilidades para se construir mais elementos que contribuam para pensar estratégias para superação das fragilidades. Uma primeira seria aprofundar o conhecimento sobre alguns empreendimentos considerados exitosos para se buscar aprendizagens sobre que elementos garantiram esse processo. Outra possibilidade é aprofundar o conhecimento sobre alguns grupos mistos para entender

que elementos estruturam as diferenças que são percebidas, vinculadas à porcentagem de homens e mulheres sócios (as).

Mesmo diante da necessidade de se continuar investigando sobre os processos dos grupos, temos como indicação geral que para fortalecer os grupos de mulheres e avançar em sua autonomia econômica, implica em se ter um conjunto de políticas integradas em relação ao crédito, à assistência técnica e à comercialização.

Referências bibliográficas:

BUTTO, Andrea e HORA, Carla. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In: Butto, A e Lopes, A. L. (org). Mulheres na Reforma Agrária. MDA. Brasília, 2008.

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: Faria, Nalu; Nobre, Miriam (Orgs.). *A produção do viver: ensaio de economia feminista*. São Paulo: SOF, 2003.

DANTAS, Isolda. A construção da economia feminista na Rede Xique-Xique. In: *Gerando riquezas e novos valores*. Revista Agriculturas experiências em agroecologia, volume 2, nº 3. Rio de Janeiro, 2005.

DI SABATO, Alberto, MELO, H. P. Gênero e Trabalho Rural. In: Estatísticas Rurais e a Economia Feminista. MDA. Brasília, 2009.

FARIA, Nalu. Economia Feminista e agenda de luta das mulheres no Brasil. In: Estatísticas Rurais e a Economia Feminista. MDA. Brasília, 2009.

GAIGER, Luis I. Perfil Dinâmica dos EES. Uma racionalidade singular da Economia Solidária. Mimeo.

GAIGER, Luis I. e outros. A ativação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades. Paper apresentado no XXXII Encontro Anual da AN-POCS. Caxambu. Outubro de 2008.

KEORGAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do Trabalho, In: Lopes, Marta Julia (e outras). *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

KEORGAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo, in Emilio, M e outras (org). *Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres*. Coordenadoria Especial da Mulher/PMSP. São Paulo. Dez, 2003.

Mulheres rurais na economia solidária

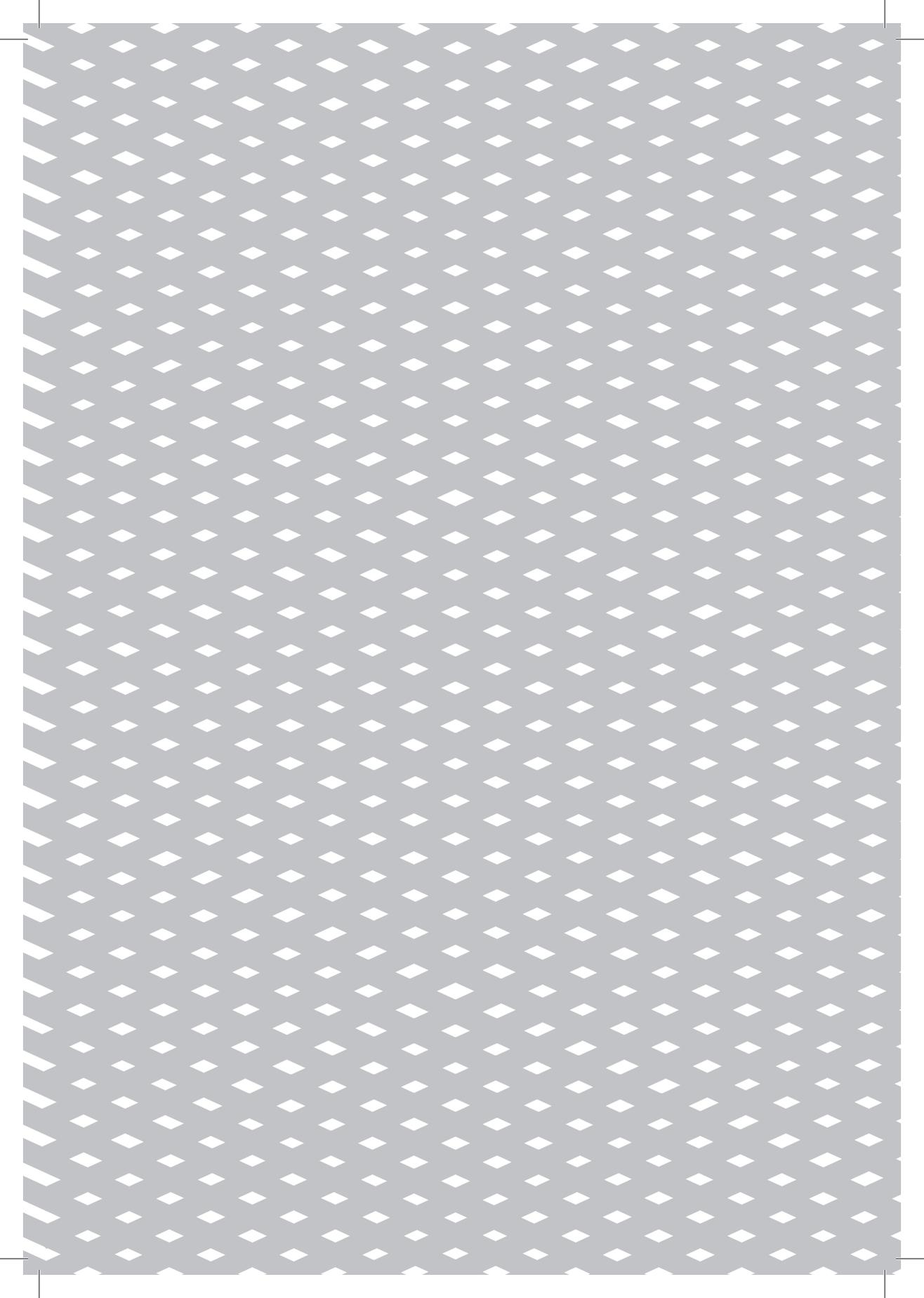
HIRATA, H. Trabalho Doméstico: uma servidão “voluntária” in Godinho, T e Silveira M. L. (org). *Políticas Públicas e Igualdade de gênero*. Coordenadoria Especial da Mulher/PMSP. São Paulo, 2004.

LEON, M. Uma visão feminista sobre a economia e a globalização, in *Ações das mulheres contra o jogo da OMC*. São Paulo. SOF, REF, MMM, setembro. 2003.

NOBRE, M. Introdução a Economia Feminista in Nobre, M e Faria, N (org). *Economia Feminista*. Cadernos Sempreviva. SOF. São Paulo, 2002.

MACHADO, João e SINGER, Paul. *Economia Socialista*. Editora Perseu Abramo. São Paulo. 2000.

SILVA, Nalu Faria. Caracterização dos Grupos Produtivos de Mulheres, nos Empreendimentos da Economia Solidária – Produto de Consultoria IICA/MDA/PPIGRE. V.2. 2009 (mimeo)





Organização produtiva das mulheres assentadas da reforma agrária¹

Regina Bruno

Professora CPDA/UFRRJ

Silvia Lima de Aquino

Doutoranda (CPDA/UFRRJ)

Laeticia Jalil

Doutoranda (CPDA/UFRRJ)

Valdemar João Wesz Junior

Doutorando (CPDA/UFRRJ)

Caroline Bordalo

Mestranda CPDA/UFRRJ

-
- 1 Agradecemos à Leonilde Medeiros, professora do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), Maria de los Angeles Guevara, professora da Universidade de Holguin - Cuba; Andrea Butto Zarzar (Diretoria de Políticas para Mulheres e Quilombolas/MDA) e Karla Emmanuela Hora (Diretoria de Políticas para Mulheres e Quilombolas/MDA) por suas contribuições e sugestões durante o trabalho de pesquisa.

1. Introdução

Vimos surgir, nas últimas décadas, inúmeros grupos de produtivos formados por mulheres rurais, amiúde conhecidos como grupos produtivos de mulheres rurais, que amiúde apresentam forte caráter reivindicativo, mas pouco impacto produtivo e econômico. Embora exista um reconhecimento da presença de organizações produtivas de mulheres no meio rural, ainda são poucos estudos que se propõem a conhecê-las.

Foi com essa preocupação que a Diretoria de Políticas para Mulheres e Quilombolas do Ministério do Desenvolvimento Agrário nos demandou, em 2009, uma pesquisa sobre o “Perfil dos grupos produtivos de mulheres localizados em áreas de reforma agrária nos Territórios da Cidadania”.

Este artigo procura refletir, a partir de algumas informações da pesquisa, qual o perfil e as condições de funcionamento dos grupos produtivos de mulheres assentadas e as possibilidades de mudança social e econômica de suas integrantes.

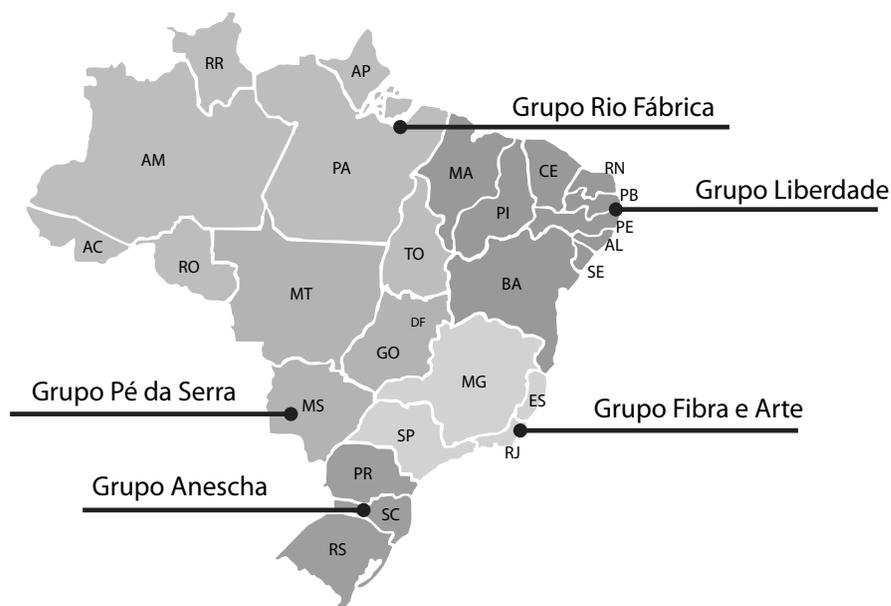
A pesquisa em questão baseou-se em metodologia qualitativa e foi conduzida mediante a aplicação de entrevistas em profundidade semiestruturadas, que permitissem apreender as concepções, valores e expectativas das entrevistadas². Para a construção da amostra, foram utilizadas oito diferentes fontes que disponibilizam informações a respeito dos grupos produtivos³. A partir do cruzamento das informações e com base no recorte da pesquisa, foram encontrados 122 grupos produtivos de mulheres rurais dentro de áreas de reforma agrária pertencentes aos 120 Territórios da Cidadania. Dado o interesse de contemplar

-
- 2 Foram entrevistadas 41 pessoas assim distribuídas: 17 (dezessete) integrantes dos grupos produtivos de mulheres; 12 (doze) assentados(as) não integrantes dos grupos; 10 (dez) mediadores (ONG's e instâncias de representação); 02 (dois) da Diretoria de Políticas para Mulheres e Quilombolas/MDA. Paralelamente realizamos 13 (treze) entrevistas complementares participantes da VI Feira Nacional da Agricultura Familiar (VI Fenafr). O artigo tem como referência as entrevistas com as 17 assentadas integrantes dos grupos produtivos de mulheres rurais.
 - 3 i) I Encontro Nacional de Grupos Produtivos, ii) Sistema de Informações em Economia Solidária (2005), iii) Secretaria Nacional de Economia Solidária, iv) Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, v) Banco de Dados dos Grupos Produtivos de Mulheres Rurais no Brasil, vi) Sempre Viva Organização Feminista, vii) 1ª Feira da Economia Feminista e Solidária do Rio Grande do Norte e viii) Sistema de Informações em Economia Solidária (2007).

Organização produtiva das mulheres assentadas da reforma agrária

minimamente a diversidade regional e geográfica, escolhemos um grupo de cada região através de um sorteio⁴ (amostragem aleatória simples).

Os grupos produtivos selecionados foram: Fibra e Arte (Macaé/RJ), Pé da Serra (Bonito/MS), Rio Fábrica (Ponta de Pedras/PA), Liberdade (Pitimbu/PB) e Anescha (Joaçaba/SC). A distribuição espacial dos grupos por estado e região pode ser visualizada na Figura 1.



Fonte: IBGE. Organização dos assistentes de pesquisa.

- 4 Na Região Sul do País, não encontramos nas fontes disponibilizadas nenhum grupo produtivo de mulheres que contemplasse o recorte da pesquisa. Buscamos, então, a intermediação e o apoio de alguns órgãos e instâncias (estatais, ONG's, entidades de representação, etc.), mas, naquele momento, ninguém tinha uma informação precisa sobre a existência de grupos produtivos com as características por nós elencadas. Diante disso, adequamos à metodologia e sorteamos um grupo de mulheres da agricultura familiar em Território da Cidadania. Se de um lado a pesquisa perdeu em rigor metodológico, de outro ganhou em reflexão, pois permitiu perceber semelhanças e diferenças entre duas categoriais sociais: assentamentos rurais e a agricultura familiar.

2. Os grupos produtivos de mulheres assentadas pesquisados

2.1 Grupo Produtivo Pé da Serra – Bonito/MS

O grupo produtivo Pé da Serra foi criado em 2003 e encontra-se localizado no município de Bonito, estado do Mato Grosso do Sul, no Assentamento Santa Lúcia. A atividade produtiva desenvolvida é a agroindustrialização de produtos vegetais, na sua maioria nativos do cerrado, onde se tem como produto final geleias, doces e conservas. O grupo foi constituído por 11 mulheres, todas casadas e com idade entre 35 e 57 anos. O número de integrantes diminuiu para 09 – uma acabou falecendo e outra saiu do assentamento – mas há perspectiva de ampliar o número de participantes.

A partir das entrevistas realizadas com as integrantes do grupo, foi possível perceber que são motivações de diferentes ordens (econômica, social, produtiva, política, simbólica e ambiental), que levaram a sua participação no projeto: i) a perspectiva de aumentar a renda familiar; ii) a expectativa de obter uma remuneração econômica distinta do marido; iii) a necessidade da união das mulheres; iv) a possibilidade de aproveitar a produção excedente; v) a esperança de trabalhar em uma atividade menos desgastante; vi) a conservação ambiental da Serra da Bodoquena.

Com mais de seis anos de funcionamento, o grupo produtivo tem transformado significativamente a vida das mulheres participantes. Uma das questões centrais diz respeito à autonomia econômica. Para as quatro integrantes entrevistadas, a renda obtida contribui com mais de metade da renda mensal familiar. Além do aumento da renda e da sua autonomia, houve uma maior participação política das mulheres nas decisões do assentamento, já que as integrantes do grupo construíram uma chapa para concorrer às eleições para presidência da Associação do Assentamento e obtiveram a vitória.

Em relação ao aspecto produtivo, é importante relatar que a marca “Pé da Serra” conseguiu se consolidar no mercado e as vendas têm mantido uma regularidade. O fato de estarem situadas em Bonito/MS traz um importante diferencial de *marketing*, pois o elevado fluxo de turistas e a identificação da origem do

produto no seu rótulo (“Produto de Bonito”) atraem muitos compradores. Paralelamente, as vendas na Feira Municipal, que acontece semanalmente e que tem como público os moradores da cidade, também se apresentou como um importante espaço de comercialização.

2.2. Grupo de Mulheres do Assentamento

Rio Fábrica - Ponta de Pedras/PA

O Grupo de Mulheres da Associação de Rio Fábrica está localizado na Ilha de Santana, na comunidade de Rio Fábrica, município de Ponta de Pedras, arquipélago de Marajó, no estado do Pará. A Ilha de Santana é considerada área de proteção ambiental e possui um plano de uso e manejo como Projeto Agroextrativista de Ilha de Santana. Todas as nove comunidades da ilha são reconhecidas como “tradicionalistas” de ribeirinhos, pescadores e extrativistas.

Segundo a atual coordenadora do grupo, a primeira organização de mulheres de Rio Fábrica foi fundada em 1984 e funcionou até 1993, quando foi desativada. Na época, o grupo contava com 09 integrantes. No entanto, motivado pela criação da Associação de Agricultores e Agricultoras Agroextrativistas de Rio Fábrica, em 2000, o grupo foi retomado a partir de 2001. Atualmente, conta com 45 integrantes, cuja idade varia entre 16 e 63 anos. O grupo tem como principais atividades produtivas: coleta e o beneficiamento de sementes oleaginosas amazônicas e o manejo do açai.

Tendo em vista o relato das entrevistadas, percebe-se que são inúmeras as motivações que conduziram a sua participação no grupo. Dentre as principais, encontra-se a procura por uma oportunidade de geração de renda, bem como a socialização, pois as mulheres veem nas reuniões organizadas pelo grupo um espaço para o encontro, conversa e troca de experiências. Ademais, a partir das entrevistas concedidas pelas integrantes do grupo, percebe-se que, se por um lado, como enfatizamos, as atividades do grupo criaram expectativas de melhoria de vida, tanto na dimensão econômica quanto social destas mulheres, por outro lado, proporcionaram visibilidade para elas. As mulheres destacam que com o grupo passaram a ser reconhecidas pela comunidade.

Desse modo, o grupo para elas é mais que uma estratégia econômica, é um espaço de liberdade e de possibilidades, que oferece a oportunidade de se fortalecerem como um coletivo e, por conseguinte, de serem reconhecidas para além da identidade de ribeirinhas ou extrativistas e de sua realidade como mulher, esposa, mãe, avó, etc. Ora, agora, em virtude de sua participação e organização, são também reconhecidas como integrantes do Grupo de Mulheres da Associação de Rio Fábrica. São, portanto, mulheres que participam da política e do mundo político, que lutam e questionam. Estão na política do cotidiano, na luta pelo reconhecimento e valorização de suas atividades como ribeirinhas e extrativistas, na política da comunidade, do sindicato, da associação, do município, da casa, do quintal, mas guardando as possibilidades de ressignificarem suas práticas, seu “lugar” no mundo social e político e recontarem suas histórias.

2.3. O Grupo Produtivo Fibra e Arte – Macaé/RJ

O grupo produtivo Fibra e Arte está localizado no município de Macaé, na Região Norte do Rio de Janeiro, no assentamento Prefeito Celso Daniel. O grupo foi formado, em 2007, por iniciativa de duas assentadas, que buscaram agregar as demais mulheres do assentamento com base nas habilidades de cada uma. No início, quinze mulheres participavam do grupo produtivo, atualmente são oito. Com os dois voluntários (homens), são dez pessoas “envolvidas” na atividade.

O Fibra e Arte produz artesanatos com fibra da bananeira e com palha de milho, materiais facilmente encontrados no próprio assentamento. Algumas peças são confeccionadas nas casas das próprias assentadas, mas a produção se concentra em um galpão situado no assentamento, próximo à sede da Associação de Moradores. A comercialização da produção do grupo se dá principalmente em uma feira que acontece semanalmente no centro de Macaé. No entanto, trata-se de uma feira pequena e, segundo as integrantes, o grupo chega a passar um mês sem vender uma única peça.

Embora já exista há três anos, o grupo se caracteriza pela informalidade. Situação que repercute na dinâmica de participação das mulheres, uma vez que a dificuldade de comercialização e, portanto, de retorno financeiro são apontados como fatores que desestimulam seu envolvimento com o as atividades do gru-

po. Sobre esse aspecto, acrescenta-se a distância entre as casas e, sobretudo, a falta de transporte no assentamento, elementos que também contribuem para inviabilizar a participação regular das mulheres.

Como os demais, o Grupo Fibra e Arte aponta para uma dimensão importante e que extrapola os limites do meramente econômico. Mesmo que “gerar renda” seja um objetivo sempre presente na fala de suas integrantes, a possibilidade do encontro, da conversa, do compartilhamento de experiências e trajetórias de vida tão distintas, assume neste contexto uma função fundamental. Uma integrante diz que o tempo para quem vive em um assentamento é mais lento, ou seja, entre os momentos da ocupação e o da produção, existe uma distância que se traduz em uma espera repleta de adversidades para os assentados. Desse modo, para além do aspecto financeiro, o grupo Fibra e Arte é percebido por suas integrantes como uma forma de aprender e desenvolver seus conhecimentos sobre o artesanato, assim como um espaço importante de solidariedade e amizade.

2.4. O Grupo Produtivo Liberdade -Pitimbu (PB)

O grupo produtivo Liberdade existe há oito anos e está localizado no município de Pitimbu, Zona da Mata Sul da Paraíba, no assentamento Apasa. Esse grupo derivou-se de outro grupo chamado de “Trançados de Pitimbu”, que, por sua vez, foi formado por meio de um programa denominado Artesanato Solidário, criado pela Prefeitura de Pitimbu, juntamente com o SEBRAE, no ano de 2002. O intuito desse projeto era o de fomentar o artesanato no município, considerado uma localidade de veraneio. No início, o “Trançados de Pitimbu” era composto por mulheres tanto da área urbana, quanto rural do município e contava com 24 pessoas. Porém, a falta de retorno financeiro desestimulou a participação das integrantes, que, pouco a pouco abandonaram o grupo. Esse chegou a contar com apenas nove participantes.

Diante disso, as mulheres do assentamento Apasa foram convidadas a integrarem o grupo. A partir desse convite, 16 assentadas ingressaram no grupo. Esse passou a contar com 25 mulheres, que juntas produziam artesanatos com folha de coqueiro. As assentadas confeccionavam as peças no próprio assentamento. Essas peças eram comercializadas juntamente com a produção das mulheres

que moravam na cidade. No entanto, dificuldades começaram a surgir quando as artesãs da cidade de Pitimbu exigiram um aumento da produtividade das artesãs do Apasa. Além disso, de acordo com as entrevistadas, havia por parte das mulheres da cidade de Pitimbu uma atitude hostil em relação às mulheres do assentamento, as quais chamavam de “mortas de fome”, entre outras alcunhas.

Esse conflito causou a divisão das artesãs em dois grupos, uma parte trabalhando na cidade de Pitimbu e outra no assentamento. O grupo de Pitimbu permaneceu sob o nome de “Traçados de Pitimbu” e as mulheres do Apasa, dada sua trajetória, passaram a ser o “Grupo Liberdade”, pois teriam “se libertado” das mulheres de Pitimbu. Desde então, as integrantes do grupo Liberdade estabeleceram sua própria dinâmica de trabalho. Nesse sentido, a produção do artesanato a partir da folha do coqueiro é feita de dois modos: i) individualmente, cada uma em sua casa; ii) ou embaixo de um cajueiro que fica entre a casa de duas integrantes do grupo.

Embora o grupo Liberdade se confronte com várias dificuldades em praticamente todas as etapas, desde a produção das peças até a comercialização, a avaliação da coordenadora sobre o grupo é positiva, considerando que ele já existe há oito anos. Ou seja, o fato de o grupo ter resistido durante esse tempo representa, na opinião da entrevistada, uma prova de que “tem futuro”. Nesse sentido, é como atividade capaz de gerar renda para as mulheres que o grupo produtivo de Pitimbu justifica sua formação e permanência durante esse tempo, ainda que reunidas embaixo do pé de caju. Além disso, possuir experiências em comum, compartilhar vivências, parece ser um aspecto importante para o Grupo Liberdade. Deste modo, o fato de serem reconhecidas pela qualidade do seu artesanato faz com que permaneçam firmes na produção das peças.

2.5. O Grupo Produtivo Anescha – Joaçaba/ SC

O grupo produtivo Anescha localiza-se no município de Joaçaba, em Santa Catarina e, atualmente, possui três integrantes.⁵ Trata-se de uma panificadora caseira que fabrica bolos, biscoitos de milho e trigo, doces, schmier, cucas⁶, geleias, bolachas de açúcar mascavo, macarrão e pães de vários tipos, que são comercializados tanto por encomendas, quanto em uma feira local que ocorre semanalmente. A formação do grupo está diretamente ligada à vida pessoal da atual coordenadora. O grupo foi criado, em 2001, em um momento de crise financeira da sua família. Nessa época, o seu marido descobriu que estava doente, o que o impossibilitava de exercer seu trabalho na agricultura. Sem recursos financeiros para a manutenção da família, a coordenadora, a partir de uma ideia de uma vereadora, que na época era extensionista da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A (EPAGRI), resolveu criar o grupo.

Desse modo, em relação às motivações para a criação do grupo, percebe-se que o sentido maior da existência do grupo Anescha e a justificativa primeira de sua fundação é o fator financeiro. É por meio do dinheiro oriundo da comercialização dos artigos produzidos pelo grupo, as integrantes conseguem complementar a renda familiar e, até mesmo em alguns momentos, como no caso da atual coordenadora, garantir a subsistência da sua família.

Situações como a vivenciada pela coordenadora, que culminou na formação do grupo Anescha, de certo modo, contribuem para que a mulher estabeleça uma reflexão a respeito de sua própria condição, onde “descobre” que é plenamente capaz de desenvolver “atividades produtivas” assim como os homens. E, em certa medida, fornecem também elementos simbólicos para que essas mulheres passem a perceber e questionar as desigualdades existentes entre os gêneros.

5 De acordo com a atual coordenadora e fundadora do grupo, a palavra ANESCHA “(...) é um conjunto de nomes, né”, ou seja, trata-se da junção das letras iniciais dos nomes dos integrantes de sua família.

6 *Schmier* é um doce pastoso de origem alemã, feito de frutas, semelhante a uma geléia. Já a *cuca* se trata de um bolo, também de origem alemã, feito com ovos, farinha de trigo, manteiga e fermento.

Essa é atribuída como a principal, mas não a única questão que se relaciona à importância do grupo para essas mulheres. Fatores como sociabilidade e liberdade de escolha também são apontados e nos fazem perceber a complexidade de dimensões que “estão em jogo” no momento de constituição de um grupo produtivo de mulheres. Essa constatação nos informa que há uma variedade de elementos que são responsáveis por retroalimentar um grupo produtivo, o que nos alerta para o perigo de atribuir-lhes características gerais, bem como pensar em estratégias e propostas para o seu melhor funcionamento, que sejam padronizadas. Mas é certo que estar num grupo produtivo de mulheres proporciona-lhes o acesso a determinados espaços e à construção de possibilidades nunca antes pensadas.

3. Perfil socioeconômico das mulheres

A idade média das mulheres que integram os grupos é 46 anos. Trata-se, portanto, de uma população adulta. Muitas das entrevistadas argumentaram que só pensaram em organizar-se em grupos produtivos após os filhos serem criados e encaminhados na vida.

(...) Já casei meus filhos. Eu já cumpri com a minha obrigação com os meus filhos. Já eduquei, dei estudo, casei. Olha a minha cruz: tô livre. Agora tenho que correr atrás do meu sonho, do meu ideal, então é aonde que eu vou, eu vou partir pra essa luta.”

Como bem argumentou Andrea Butto no seminário de avaliação da pesquisa, são mulheres que decidiram constituir os grupos produtivos no momento em que elas encerram um ciclo reprodutivo e passam a trabalhar de uma maneira mais autônoma, separada de sua unidade familiar. Elas concebem essa situação como um sonho, um desejo. E o grupo produtivo de mulheres representa a conquista de certa autonomia e liberdade, que frequentemente foi sendo adiada, muitas vezes em decorrência das tarefas percebidas como femininas, como a reprodução e os cuidados.

Com relação à raça, a maioria das entrevistadas é constituída de não brancas e se autodenominaram pretas, morenas, pardas e mestiças.

A grande maioria das entrevistas é casada e muitas tiveram filhos bem cedo. Duas são solteiras e uma, divorciada.

A escolaridade das mulheres assentadas é baixa, o que é em parte reflete o fato de viverem em assentamentos rurais, onde frequentemente só dispõem de escolas até o 9º ano do ensino fundamental. Além disso, nem todas as prefeituras locais garantem transporte para a continuidade dos estudos. Mais da metade das entrevistadas não concluiu o 5º ano do ensino fundamental e muitas não concluíram o 9º ano do ensino fundamental. Uma delas é formada em Letras. Outra é analfabeta, nunca frequentou a escola, pois o pai a proibia, por ser mulher. Uma situação emblemática, segundo a qual a proibição paterna tem no sexo o elemento originário do pecado.

“Nem meu nome eu sei escrever porque fui criada na roça e o meu pai era um piauiense muito carrasco! Pra ele, mulher não poderia estudar porque era só para escrever carta para conquistar homem. Quando eu era pequena, chorava quando via os meus irmãos indo para a escola e meu pai não deixava”.

Em contrapartida, todas cursaram, nos últimos anos, um ou mais curso de capacitação e de qualificação profissional. Ser assentada de certa forma facilita o acesso determinados cursos oferecidos quer pelas prefeituras locais, quer pela Petrobrás (Macaé-RJ), o Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a Secretaria Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) ou os órgãos estaduais de assistência técnica.

Há uma preocupação constante das mulheres na realização de todos os cursos que são oferecidos, voltados predominantemente para o trabalho na agricultura⁷. Isso se dá em parte, talvez, pela escassez histórica de oferta; e em parte, porque vislumbram uma possibilidade de melhoria de vida e de acesso a outros modos de trabalho.

A grande maioria das entrevistadas é de origem rural e muitas migraram, juntamente com a família ou sozinhas, em busca de melhores condições de vida.

7 Os cursos mais frequentes: agricultura, apicultura, criação de bovino, congelados, corte e costura, derivados de leite, enfermagem, ervas medicinais, fabricação de doces, panificação, fruticultura, piscicultura, produtos de limpeza e solos.

Desde cedo, começaram a trabalhar no campo, seja com a família seja com o marido. Várias entrevistadas começaram a trabalhar ainda quando criança e adolescentes, quer em casa “cuidando” dos irmãos; quer no trabalho com a “família do patrão”. Na agricultura, roçavam, colhiam, cuidavam dos animais, “ajudando” o pai. Muitas informaram que “ajudam” o marido no lote. Ou seja, concebem como ajuda o trabalho que executam; não conseguem perceber que a construção da mulher como incapaz de trabalhar vem de uma ideologia dominante e perpassa, diferenciadamente, todos os grupos e categoriais sociais.

Quando indagadas sobre as ocupações que anteriormente exerciam é expressivo o número de entrevistadas que trabalharam como empregadas domésticas. Uma delas informou que “cuidava da casa da fazenda”. Ademais, várias entrevistadas disseram que eram agricultoras e muitas delas declararam que já trabalhavam com artesanato, desempenhando atividades como pintura em tecido e crochê, etc. Algumas foram professoras e uma delas, hoje vereadora, era agricultora e professora. Uma entrevistada foi gerente de posto de gasolina.

Em relação à experiência atual de trabalho, várias informaram que realizam algum tipo de atividade extra para garantir um aumento na renda familiar ou pessoal – sendo predominante um trabalho temporário, sem registro, onde desenvolvem vários tipos de trabalho não especializado – são os “bicos” no assentamento ou na cidade próxima.

Diante do contexto com o qual nos deparamos na realização da pesquisa e que, ainda que de forma breve apresentamos até aqui, não podemos deixar de destacar o peso da cultura e dos valores patriarcais que organizam e legitimam as relações sociais, bem como o lugar social e político que cada um ocupa na sociedade. Nela, a esfera de reconhecimento do trabalho se dá em dois pólos, por sua vez divididos em trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. Desta forma, o trabalho produtivo ficou sob o domínio masculino, sendo valorizado e reconhecido socialmente. O trabalho reprodutivo é o trabalho desenvolvido pelas mulheres, por elas exercido dentro ou fora do espaço doméstico.⁸

8 Entende-se por espaço doméstico não só os limites da casa, como no caso das mulheres urbanas, mas incluem-se nesta categoria os quintais e roçados para as mulheres rurais. A respeito, ver Carneiro (1987), Paulilo (1987) e Heredia (1979), dentre outros.

Sob esta lógica, o trabalho das mulheres passa a ser percebido como um *não* trabalho, um trabalho menor, uma ajuda, trabalho fácil, invisibilizado e desvalorizado. Para Shiva (1997), o trabalho das mulheres e os seus conhecimentos, estão definidos como “parte da natureza”, apesar de estarem baseados em práticas culturais e científicas complexas.

Cabe ressaltar, no entanto, que, a partir de nossa pesquisa, constatamos que é expressivo o número de mulheres titulares dos lotes ou então que legalmente os partilham com seus maridos em igualdade de condições, o que representa um avanço. Suas narrativas expressam os dilemas e as potencialidades dos assentamentos onde vivem e se inserem: a necessidade de infraestrutura, a exemplo da demanda por estradas para escoamento da produção; a dificuldade de locomoção interna e a dependência de políticas públicas. Expressam também uma determinada cultura política que aciona o associativismo, a ideia de comunidade e união para a superação das dificuldades e dos obstáculos. O grupo produtivo é um exemplo.

3.1. Participação política e social.

Apesar da diversidade regional dos grupos, entrevistadas encontram-se, de certa forma, ligadas entre si por uma identidade comum, tendo em vista as similaridades em suas trajetórias e origem social, onde ganha destaque elementos como a participação social e política. Suas experiências de participação em grupos associativos são bastante expressivas. São mulheres portadoras de um capital social e político rico e diversificado, construído ao longo de suas trajetórias de vida. São lideranças. A participação nos grupos produtivos representa um momento a mais na luta por direitos e por melhores condições de vida para si, para a família e para o grupo. Porém, vale destacar que, ao longo do processo de constituição e fortalecimento desse, a dimensão da sociabilidade vai ganhando importância. Ao serem entrevistadas, várias mulheres identificam o grupo como um espaço importante para o encontro e o compartilhamento de experiências. Segundo uma das entrevistadas, “*sozinha nós não somos nada*”.

Além da participação no Grupo Produtivo, todas as assentadas entrevistadas participam ativamente da associação do assentamento e quase a metade está associada às cooperativas de produção dos assentamentos. Além disso, mais

de metade das mulheres entrevistadas integra os sindicatos de trabalhadores rurais. Uma delas é da CONTAG e duas entrevistadas também são associadas ao sindicato patronal rural (SRs).

Juntamente com a participação nas associações, cooperativas e sindicatos, as entrevistadas também fazem parte de outras associações e grupos como, por exemplo, o grupo Arte Jovem e o grupo da Feira Agroecológica (Liberdade- PB). O grupo de pescadores e o grupo de Fibras e Oleaginosas (Rio Fábrica - PA) e a Associação da Feira Municipal (Pé da Serra- MS).

A presença das Igrejas é marcante em especial as Igrejas Protestantes e os Evangélicos. Uma das entrevistadas (Liberdade - PB) realiza um trabalho social junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT). Três são filiadas a partidos políticos. Duas, são membro do Partido dos Trabalhadores e uma terceira (PA) é vereadora.

Nesse sentido, é fundamental perceber que a inserção das mulheres rurais em outros espaços significa a participação delas na esfera pública, que o processo de participação qualifica sua ação política e ressignifica o seu papel enquanto sujeito no espaço público e privado. Assim, ao colocar as mulheres rurais na esfera pública, espaços como grupos produtivos contribuem para um questionamento da invisibilidade política, social e econômica, em que essas estão imersas, bem como para a denúncia e o enfrentamento das desigualdades estruturantes (direitos sociais, bens e serviços) e das desigualdades culturais (violência sexista, divisão sexual do trabalho), abrindo caminho para a democratização do meio rural brasileiro. Segundo Fischer (2006: 57), a ação política das mulheres rompe a cortina de sua invisibilidade pública, graças a uma trama de relações sociais que pressupõe interações e saberes, que, por sua vez, redefine relações de poder também na instância do privado (Silva, 1992: 282). Cria-se, portanto, um novo espaço propício à reconstrução das relações de gênero e um processo de democratização do meio rural brasileiro.

4. Sobre os Grupos Produtivos de Mulheres

Os grupos produtivos de mulheres rurais por nós entrevistados foram criados nos anos 2000. São, em sua maioria, informais, voltados prioritariamente para a confecção de artesanato e a agroindustrialização da produção agropecuária, cujo principal objetivo, mas não exclusivo, consiste na melhoria da renda familiar e das condições de vida. Quase tão importante quanto à melhoria da renda é o estreitamento dos laços de sociabilidade. Nessas organizações, predomina a produção coletiva e a comercialização frequentemente é feita diretamente com o consumidor e no espaço local e regional. Além disso, são grupos relativamente pequenos (em torno de 15 associadas) e parte significativa da produção ainda permanece informal.

Os principais critérios para a participação nos grupos produtivos indicados pelas entrevistadas são: treinamento, participar da associação do assentamento e contribuição. Para o Fibra e Arte (RJ) não existe critério, “quem quiser, participa”.

Quadro 1 - Razões da participação nos grupos produtivos*

Rendimento	Sociabilidade	Experiência e aprendizado	Em prol do assentamento
Retorno financeiro. Ganhar dinheiro. Ter renda. Comprar casa. Tinha pouca renda	Sozinha nós não somos nada. Terapia. Ter com quem conversar. Partilhar. Consolidação das amizades. Ajuda a lidar com a lentidão dos acontecimentos do assentamento	Vontade de aprender. Vontade de ensinar. Ter experiência	Ajudar no crescimento do assentamento

*respostas múltiplas

As atividades desenvolvidas pelas mulheres assentadas integrantes dos grupos são bastante diversificadas, porém passam a ser determinadas por e a partir de alguns critérios, tais como: disponibilidade de acesso a recursos naturais (fibras, sementes, etc.); desenvolvimento de atividades tidas como femininas, tais como o artesanato ou confecção de bolos e pães; acesso a curso e capacitações; aceitação do produto; participação em espaços de comercialização; valorização do produto; as distintas formas de produção (individual e/ou coletiva), os diversos

meios de comercialização (venda à intermediário, estabelecimento comercial e/ou diretamente ao consumidor).

O grupo Produtivo Pé da Serra (MS) desenvolve a agroindustrialização de produtos vegetais, em sua maioria nativos do cerrado, onde se tem como produto final geleias, doces e conservas. O Grupo de Mulheres do Assentamento Rio Fábrica em Ponta de Pedras/PA desenvolve a coleta e extração de sementes oleaginosas (babaçu, manteiga de ucuuba, óleo de muru-muru, pracaxi), bem como vendem o açaí no mercado local. O Grupo Produtivo Fibra e Arte (RJ) produz artesanatos de fibra da bananeira e com a palha do milho, materiais facilmente encontrados no próprio assentamento. O grupo produtivo Liberdade (PB) desenvolve artesanato com a fibra do coco. Por último, o grupo produtivo Anescha (SC) fabrica artigos como bolos, biscoitos de milho e trigo, doces, schmier, cucas, bolachas, macarrão e pães, produtos tradicionalmente confeccionados pelas famílias do Sul do País.

Quadro 2 – Aspectos positivos dos grupos produtivos*

Oportunidade de trabalho	Convívio e companhia das mulheres	A força de vontade e o empenho	Mudança de vida
"Aproveita para trabalhar". "As pessoas estão trabalhando". "A força para trabalhar". "Trabalho que traz a renda"	"Um convívio e um trabalho prazeroso". "Se distrair e se divertir". "Pela companhia das mulheres com quem trabalha".	"A força de vontade e a união das mulheres". "A força e o empenho das mulheres"	"Ajuda na renda". "A mudança de vida".

*respostas múltiplas

Dentre os aspectos positivos dos grupos produtivos, anunciados pelas entrevistadas, temos, em primeiro lugar, a oportunidade de trabalho. A maioria não está se referindo a um trabalho qualquer, mas a um trabalho considerado “prazeroso”, porque possibilita o convívio entre as mulheres. Chama nossa atenção a importância que as entrevistadas dão a esse convívio e à companhia uma das outras como aspecto positivo na constituição dos grupos produtivos. Em terceiro lugar, temos a força de vontade e o empenho em enfrentar as adversidades e finalmente a possibilidade de aumento da renda, representado por muitas como

Organização produtiva das mulheres assentadas da reforma agrária

uma mudança de vida. Trabalho, convívio, empenho, força de vontade, renda e mudança de vida são representações que se complementam.

Quadro 3 – As dificuldades que os grupos produtivos enfrentam*

Ausência de sede	Precriedade de transportes	Instrumentos de trabalho	Falta de recursos e assessoria	Outros
"Sonho com uma sede". "A sede é embaixo do pé de caju".	"Falta transporte para ir à reunião". "Falta transporte para comercializar a produção e ir à feira"	"Máquina para tiragem da fibra do coco". "Maquinário para aumentar a produção".	"Falta assessoria técnica". "Falta recurso para participar das feiras".	"A desunião e divisão do grupo". "Mais gente para fortalecer o grupo". "A falta de apoio".

*respostas múltiplas

As principais dificuldades enfrentadas pelos grupos produtivos estão diretamente relacionadas à realidade dos assentamentos de reforma agrária dos quais fazem parte. Assim, são ligados e dependentes⁹, quer nas dificuldades e precariedades, como (infra-estrutura; escoamento da produção, acesso aos mercados, máquinas e instrumentos adequados à produção, acesso a crédito e recursos, capacitação condizente com as necessidades da produção e do mercado, etc.) quer no rico aprendizado de construção e demanda de direitos e de participação social e política.

Segundo entrevistas, as dificuldades que as mulheres encontram e enfrentam – limitadoras de um bom funcionamento dos grupos produtivos – dizem respeito, em primeiro lugar, às condições dos grupos (ausência de sede, não legalização). Em segundo, as condições dos assentamentos, tais como a precariedade dos transportes para comercialização e reuniões, E, em terceiro, à falta de instrumentos de trabalho adequados. Esses três fatores correspondem a quase totalidade das respostas das entrevistadas.

9 Vários grupos foram pensados como parte das necessidades dos assentamentos (Rio Fábrica - PA). Dentre os critérios para a participação nos grupos, um deles é pertencer à associação dos assentamentos (Pé da Serra – MS). As reuniões ocorrem nas sedes das associações (Fibra e Arte-RJ). Os grupos não legalizados costumam recorrer às associações dos assentamentos para encaminhamento de projetos e comercialização dos produtos. Além disso, o grupo Rio Fábrica (PA) reúne-se nos dias de reunião da associação.

Cada grupo guarda sua especificidade que vai se materializar de formas diferenciadas, tanto nas relações internas, quanto externas. Assim, podemos encontrar grupos que possuem uma melhor organização e planejamento da produção, que desenvolvem uma boa relação com outros grupos ou organizações, que têm acesso à mercado, que priorizam a sociabilidade interna, etc.

Nesse sentido, as dificuldades ou potencialidades de cada grupo podem também estar relacionadas com a disposição que esses têm de acumular aprendizados. Seus limites de ação e intervenção se dão em âmbito local, dependendo da capacidade dos sujeitos, de seus recursos e capitais, no sentido proposto por Bourdieu (1986) das suas condições econômicas, da capacidade que têm de ser reconhecido como agente político, da conjuntura política e econômica em que essas mulheres estão imersas, dentre outros fatores.

5. O olhar dos(as) assentados(as) não integrantes aos grupos produtivos

Com relação aos assentados(as) não integrantes dos grupos produtivos, um aspecto chamou a nossa atenção: a grande semelhança existente entre as assentadas integradas e as não integradas aos grupos produtivos de mulheres. Uma semelhança quer em termos de lugar social; trajetórias de vida, experiências e participação política; quer no envolvimento com o assentamento, nas lutas por terra e pela reforma agrária. Então, o que faz uma pessoa, com trajetórias e perfis tão semelhantes, participar do grupo produtivo de mulheres e outra não? Eis a nossa indagação.

Entender essa questão exige-nos um olhar mais cuidadoso sobre a relação entre indivíduo e sociedade no sentido de perceber como a pessoa se coloca e se constitui na relação com o coletivo. Podemos pensar em dois principais perfis: no primeiro, a pessoa se constrói no coletivo, a partir do coletivo, dentro dele e como parte dele. É o caso da maioria das assentadas integrantes dos grupos produtivos de mulheres rurais por nós entrevistadas. No segundo, a pessoa constrói o coletivo a partir de sua individualidade. Coloca o coletivo “a serviço” do indivíduo e para o indivíduo. É a situação de grande parte dos(as) assentados(as) entrevistados não integrantes dos grupos produtivos de mulheres.

Organização produtiva das mulheres assentadas da reforma agrária

São inúmeras as razões alegadas pelos(as) assentados(as) para não participarem dos grupos produtivos de mulheres. É possível agrupar em seis principais campos de argumentos e de justificativas:

- a) um primeiro campo, o de maior peso, diz respeito aos traços de personalidade da pessoa, tais como “desinteresse”; “impaciência”, “a necessidade de saber fazer bem feito”, “a necessidade de dedicação”.
- b) Um segundo, refere-se à natureza do trabalho empreendido nos grupos produtivos (dureza do trabalho, atividade sem futuro).
- c) Um terceiro campo de alegações ressalta as condições de vida no assentamento (precariedade da infraestrutura; dupla jornada de trabalho, ausência de recursos).
- d) Um quarto campo, fala sobre os critérios exigidos para a participação (restrito às mulheres).
- e) O quinto, afirma e fundamenta a impossibilidade de participar por causa das condições de saúde dos entrevistados.
- f) O sexto campo de justificativas para a não participação nos fala sobre a proibição religiosa.

Não fazer parte do grupo de mulheres não necessariamente significa distanciamento ou descomprometimento para com as atividades e o grupo. Várias são as situações de entreatajuda e apoio. No MS, os assentados, que participam do grupo produtivo dos homens – assim denominado pelos seus integrantes – costumam fornecer potes de vidro para os doces produzidos pelo grupo das mulheres. No RJ e na PB, ajudam na tiragem da palha para produção do artesanato.

6. Relações Políticas e Institucionais

Quadro 2 - Relações institucionais dos grupos produtivos pesquisados

<p>"Custear as viagens". "Garantia de transporte para as peças artesanais". "Auxilia na feira". "Participa das plenárias dos Territórios".</p>	<p>MDA E INCRA</p>	<p>"Desconhece a atuação". "Não sabe". "Nenhuma atividade".</p>
<p>"Palestras". "Mudas". "Luz". "Beneficiamento de peixe e do açaí". "Treinamento". "Projeto microbacias".</p>	<p>ASSISTÊNCIA TÉCNICA</p>	<p>"Pede ajuda, não fazem e te humilham". "Os técnicos só querem aparecer".</p>
<p>"Reforma do prédio". "Garantem luz e água". "Apoiou o festival do açaí e a construção do galpão".</p>	<p>PREFEITURAS</p>	<p>"Nunca ajuda nada". "A prefeitura não dá atenção ao grupo". "Só na feira".</p>

Sobre as relações políticas e institucionais, sabemos que o Governo Federal tem disponibilizado uma série de políticas, para além daquelas vinculadas diretamente ao assentamento, que tem auxiliado as integrantes dos grupos e da família delas. Entre os programas mais acessados está o Luz para Todos, Bolsa Família, Habitação Rural e Previdência Social. Outras iniciativas tiveram uma presença mais pontual, como o Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos, Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural e Programa de Aquisição de Alimentos.

Além desses, o Programa Territórios da Cidadania, através de sua linha "Projetos de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais", tem beneficiado agricultoras envolvidas no Grupo Anescha e Grupo Pé de Serra. Já o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi acessado algumas integrantes entrevistadas, sendo que nos demais casos a não participação nesta política está vinculado à falta de interesse das agriculturas (atrelando como motivo principal o endividamento), falta de conhecimento do programa e/ou impossibilidade de acesso (muita burocracia, desinteresse do banco, reprovação do projeto, etc.).

Nos casos estudados, o apoio do Governo Federal direcionado especificamente aos grupos produtivos está focado prioritariamente na comercialização da

produção através das feiras regionais, estaduais e nacionais, como é o caso da Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária. Os cinco grupos analisados participaram das feiras organizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo positiva a avaliação por abrir novos mercados, possibilitar o intercâmbio de experiências e conhecer melhor a demanda dos consumidores.

Entretanto, é grande o desconhecimento das entrevistadas sobre as políticas existentes direcionadas às mulheres. Várias mulheres afirmaram não existir nenhuma relação entre o MDA e o INCRA com os grupos produtivos. Algumas disseram que o MDA garante transporte, para a participação das mulheres nas feiras da agricultura familiar. Uma entrevistada informou que o MDA participa de reuniões sobre os Territórios da Cidadania. E três ouviram falar do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, mas disseram que desconhecem as regras.

A insatisfação diz respeito à atuação dos órgãos de assistência técnica. Afora a situação do Grupo Anescha, a assistência técnica nas demais organizações ou é inexistente (Grupo Liberdade e Grupo de Mulheres da Associação de Rio Fábrica) ou pouco frequente e mal avaliada (Grupo Pé de Serra e Grupo Fibras e Arte). Essa tem sido uma das principais dificuldades presentes nos cinco casos, pois atualmente até o Grupo Anescha não tem recebido mais esse serviço, pois “eles fazem mais os PRONAF, outras coisas assim, agora para a mulher agricultora não tem mais assistência” (Coordenadora do Grupo).

Em contrapartida, a maioria mencionou o apoio das prefeituras locais nos cursos de formação e no apoio à participação nas feiras locais com vistas à comercialização dos produtos. As prefeituras locais se fazem presentes, tanto nos assentamentos como nos grupos produtivos das mulheres pesquisados, seja através das suas secretarias ou dos vereadores, na divulgação dos produtos, na oferta de transporte, na garantia de espaço para a realização de feiras locais, reforma do prédio da agroindústria, cursos técnicos, etc.

O governo estadual também é ausente tanto nos assentamentos como na maioria dos grupos produtivos pesquisados. A exceção ocorre no Grupo de Mulheres da Associação de Rio Fábrica (PA) – onde a Secretaria de Agricultura do Estado do Pará (SAGRI) aprovou um projeto para a produção de oleaginosas

vegetais, além da compra de máquinas e da construção de um galpão, bem como no Grupo Anescha, que recebeu assistência técnica da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A (EPAGRI) para a construção do grupo.

Os grupos produtivos de mulheres também estão envolvidos com organizações não governamentais (ONGs) e órgãos especializados na oferta de cursos de capacitação, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural e Petrobras Projeto Crescer e Avançar. Enquanto as ONGs costumam auxiliar na construção do grupo, na organização das mulheres e na abertura de mercado, as entidades que disponibilizam os cursos focam-se fundamentalmente no processo produtivo, na legislação sanitária e nos canais de escoamento da produção.

Enfim, vimos que apesar de alguns elementos comuns, a relação entre os grupos produtivos e mulheres e as instituições públicas e privadas é bastante diversificada e depende do perfil e do modo de atuação de cada um dos órgãos institucionais, bem como das características do grupo e de suas integrantes. Tanto as ONGs, como as entidades de capacitação, o poder público municipal e o MDA têm exercido um importante papel na construção e na permanência desses grupos, cada qual atuando em determinados aspectos (recursos financeiros, organização, cursos, mercados, etc.)¹⁰. Entretanto, ainda se carece de iniciativas interligadas e complementares que possam ver o grupo como um todo na suas diferentes dimensões e contextos.

10 O Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, através do qual os grupos participam das feiras, é mais amplo que as iniciativas de acesso ao mercado, envolvendo assistência técnica, crédito rural e reforma agrária. Entretanto, nos cinco casos estudados, esse programa atuou fundamentalmente na comercialização da produção.

7. Visão de mundo: concepções sobre homens e mulheres

Em nossa pesquisa, procuramos apreender as representações e valores que os (as) entrevistados (as) carregam consigo e que conformam a sua visão de mundo e o seu modo de agir. Representações e valores esses que, de certa forma, repercutem na organização e nas relações sociais sediadas nos grupos. Assim, nas entrevistas realizadas tanto com as integrantes dos grupos produtivos, quanto com os (as) não integrantes, uma de nossas questões relaciona-se às percepções e significados atribuídos por estes (as) a respeito de duas questões: “*ser mulher*” e “*ser homem*”.

Dessa feita, percebemos que na maioria dos depoimentos, ao discorrerem acerca do que significa ser mulher, as integrantes do grupo identificam a mulher como uma lutadora, uma espécie de guerreira que enfrenta obstáculos como a discriminação, ao mesmo tempo em que batalha para cuidar do marido, dos filhos, da família, da casa. Ademais, percebe-se nos depoimentos que para muitas entrevistadas o significado atribuído a ser mulher também está relacionado diretamente ao fato de ser mãe:

“Ser mulher é ser guerreira. É carregar a família nos ombros”.

“Mulher parece que tem aquele espírito guerreiro mesmo, né? Olha a força da mulher!”.

“Ser mulher é ter força para recomeçar e lutar, porque mulher é lutadora”.

“Ser mulher é lutar todos os dias de sol a sol para dar um vida melhor aos nossos filhos e para nós”.

“Mulher não tem medo. Sofre para tudo e continua lutando”.

“E hoje eu sou essa mulher, guerreira”.

Cabe ressaltar que o “o cuidar” é um aspecto frequente nos depoimentos. Para muitas, só a partir do fim da necessidade de cuidar dos filhos – situação vista como um dever de mãe, uma responsabilidade de mulher e, nem por isso, como algo menos prazeroso – é que foi possível a sua entrada no grupo:

“A gente mulher né, a gente casa, engravida, tem os filhos né”.

“Meus filhos sempre foram cuidados com tudo daqui”.

“A mulher ajuda o marido em casa, vai pra roça com ele, cuida da família, cuida dos filhos, trabalha pra fora, tem agroindústria, vai pra agroindústria, e tá ali firme e forte”.

“Eu falo assim ‘Não meu filho! (...) Criei vocês, cuidei de vocês, eduquei vocês, dei estudo, dei tudo.

Quando vocês casaram, eu falei, ‘tchau e bença! Bye, bye! Cada um vai viver a sua vida, que agora eu vou viver a minha. Me dá licença?”

As definições do significa “*ser homem*”, dadas pelas mulheres que integram os grupos, por sua vez, emergem, amiúde, tendo como contraponto a percepção do que significa ser mulher. Desse modo, configuram-se em uma espécie de comparação. Neste sentido, na maioria dos depoimentos concedidos pelas integrantes dos grupos, o significado de ser homem surge intimamente relacionado a características, como: força física e responsabilidade. A essas representações são acrescentadas as características e/ou atitudes que as integrantes do grupo defendem, as quais os homens tenham de ter ou assumir, tais como: respeito, companheirismo, amor, compromissos para com a família etc. Muitas das entrevistadas, devido ao fato de interpretarem seu trabalho tanto no lar quanto no grupo, como uma “espécie de ajuda” na subsistência da família, tem a percepção de que os homens, pelo fato de despenharem atividades fora do lar, são aqueles que “trabalham mais”.

“Mas o cabeça da casa a gente sabe que é o homem. Embora tem muitas famílias que é diferente, né?”

(...). Por mais que a gente ajuda - né? - e tudo, a responsabilidade a gente sabe que tem que ser dele.”

“Ser homem é ser mais forte. Porque mesmo que a mulher saiba fazer tudo, seja inteligente, tem coisas que ela não consegue fazer sozinha.”

“O homem trabalha mais. Ele tem mais responsabilidade.”

“(...) Ser homem deve ser duro porque tem que ficar viajando para buscar pescado, se arriscando no rio e muitas vezes ainda perde tudo”.

Como as definições do que significa “ser mulher” dadas pelas entrevistadas que não integram os grupos produtivos são muito próximas das percepções das integrantes destes grupos, destacamos aqui, apenas as visões acerca do que significa “ser homem” e “ser mulher”, apresentadas por aqueles indivíduos (homens) que não integram os grupos produtivos. Para eles,

“Ser homem é quem gosta de trabalhar, pensa no futuro”.

“Ser homem é ter um compromisso familiar, ser aquela pessoa que venha a trabalhar para a sua família.

É ser honesto, é ser livre no seu direito a voz e voto”.

A partir desses depoimentos, observa-se que assim como para as mulheres, os entrevistados constroem a percepção a respeito do que significa ser homem a partir das responsabilidades que julgam que esse deve de ter, concepção que está estritamente relacionada a valores como o trabalho, a honestidade e o compromisso com a sua família. Ao passo que ao definir o que é ser mulher, os entrevistados afirmam o seguinte:

“Uma dona de casa”.

“Um ser que vai poder dar a vida a outro ser”.

“Ser conhecida como mulher e não como escrava”.

Percebemos então que, do mesmo modo que as entrevistadas, os homens que foram entrevistados constroem as representações sobre o que significa “ser mulher” a partir das responsabilidades delas como mães e donas de casa. Além disso, em seus depoimentos, alguns entrevistados procuram destacar um reconhecimento a respeito do papel e importância das mulheres tanto na família quanto na sociedade.

Considerações finais

Para concluir, gostaríamos de chamar a atenção para dois principais aspectos. Vimos que a busca por melhores condições econômicas é um dos traços marcantes das mulheres entrevistadas e antecede a vida no assentamento e a participação em grupos produtivos. São mulheres que desejam um trabalho e uma renda própria que contribuam para melhorar suas condições de vida para si e para a família. Um trabalho no qual sintam orgulho de fazê-lo. E que lhes abra a possibilidades de sustentabilidade.

É nesse sentido que o grupo produtivo acaba por aglutinar trajetórias de vida distintas, mas que compartilham de uma posição subordinada tanto no espaço público quanto no privado. O grupo produtivo surge, então, como uma possibilidade de mudança, um caminho capaz de ressignificar os conflitos de gênero vivenciados em ambas as esferas. Não obstante, como dito anteriormente, a participação em outros espaços sociais e políticos é um aspecto comum entre as entrevistadas e faz com que essas mulheres percebam o grupo como uma continuidade da sua luta cotidiana. Ou seja, para além do aspecto econômico, o grupo se torna um canal possível de interlocução social e política na medida em que as entrevistadas buscam e demandam condições de inserção no mercado como mulheres, como trabalhadoras e como assentadas.

Segundo, a renda advinda da produção não garante a autonomia das mulheres na condição de trabalhadoras e está longe de indicar a igualdade de condições. Mas a renda é vista como símbolo de afirmação e de legitimação perante o marido, a família e os demais assentados. Ter uma renda própria lhes afigura importante e está diretamente associada à autonomia e à busca de igualdade de condições. A mulher sente-se inibida de pedir dinheiro ao marido para outras

atividades afora o sustento do lar. Uma situação agravada pela precariedade da vida:

“Não depender do marido. Antes eu recebia menos, agora recebo equiparado. Pela primeira vez, eu perguntei se precisava de dinheiro. Ele dizia que quando a mulher pegava em dinheiro ela ficava dona de si. A gente trabalhava na roça e comprava o estritamente. Tinha o aniversário da comadre, da mãe, da sogra e eu não pedia para compra um presente”.

Por sua vez, a renda advinda do trabalho no grupo produtivo representa também um aprendizado social.

“Eu não sabia entrar num banco, hoje tenho uma poupança minha, entendeu? Se você tem condição de ter um dinheiro, você investe”.

Terceiro, as experiências organizativas dos grupos também apontam para um questionamento da divisão sexual do trabalho, na medida em que essas mulheres passam a ter outra atividade produtiva (além do espaço doméstico), que é reconhecida socialmente e em alguma medida recompensada economicamente. Mas, não convém idealizar o potencial transformador dos grupos produtivos. A pesquisa mostrou que esses grupos são sim espaços que abrem várias possibilidades para as mulheres, mas que ainda contam com uma série de dificuldades e impasses.

Em quarto lugar, foi possível perceber que as mulheres assentadas não separam o espaço do afeto, constituído prioritariamente pela família, o marido, os filhos; do espaço da política, representado basicamente pelas ações ligadas à luta pela terra e seus desdobramentos; do espaço do grupo produtivo e das atividades daí decorrentes. São dimensões indissociáveis que em grande medida definem e redefinem os limites e as fronteiras de sua prática social e de seus questionamentos.

Enfim, o surgimento de grupos produtivos de mulheres rurais tem colocado inúmeros desafios para o Estado brasileiro, visto que a própria existência desses grupos demanda medidas específicas e adequadas para a proposição e implementação de programas e políticas públicas específicas para as mulheres. Tais

grupos têm muito a contribuir para a sociedade brasileira, no que se refere ao reconhecimento de novos sujeitos políticos e a luta por uma maior democratização da sociedade.

Bibliografia de Referência

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRUNO, Regina; BORDALO, Caroline; AQUINO, Silvia. “Sociabilidade e gênero: notas a partir de um grupo produtivo de mulheres assentadas”. In *Um Brasil Ambivalente. Agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X. Seropédica Edur, 2009

BRUNO, Regina. BORDALO, Caroline. WESZ JUNIOR, Valdemar J.; JALIL, Laeticia e AQUINO, Silvia. “*Perfil dos Grupos Produtivos de Mulheres em Áreas de Reforma Agrária situadas em Territórios da Cidadania*”. Relatório de Pesquisa Contrato de Prestação de Serviços n.209411. PCT - Rede de Desenvolvimento, Ensino e Sociedade e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – REDES/IICA-MDA –NEAD – Rio de Janeiro, fevereiro e outubro de 2010, (mimeo)

BRUNO, Regina; WESZ JUNIOR, Valdemar J.; BORDALO, Caroline; JALIL, Laeticia; AQUINO, Silvia. O perfil das mulheres rurais integrantes dos grupos produtivos nas regiões brasileiras. In: 4º Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2010, Curitiba/PR. *Anais*, 2010.

BUTTO, Andrea. *A perspectiva de gênero nos programas de desenvolvimento rural e combate à pobreza no Brasil: políticas públicas*. In Seminário “Gênero y Enfoque Territorial del Desarrollo Rural”, Anais. Natal: 14 a 17 de julho, 2003.

BUTTO, Andrea Zarzar; HORA, Karla E. “Mulheres e Reforma Agrária no Brasil”. In LOPES, Aiana e BUTTO Andrea Zarzar. (Orgs.). *Mulheres da Reforma Agrária. A experiência recente no Brasil*. Brasília: MDA, 2008. (NEAD Debate, 14).

CARNEIRO, Maria José e LEVINAS, Lena. *Espaço adquirido–espaço permitido no contexto da Reforma agrária*. Relatório do 12º Encontro Temático – APIPSA. Campinas, 1987.

FARIA SILVA, Nalu. A análise sobre a participação das mulheres e suas organizações na economia solidária no Brasil. Relatório de Pesquisa. REDES/IICA-MDA –NEAD – Brasília, 2009.

FISCHER, Isaura Rufino. *O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Massangana, 2006.

HEREDIA, B. e CINTRÃO, Rosângela Pezza. *Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. O Progresso das Mulheres no Brasil*. Brasília: UNIFEM, 2006. Disponível em <http://www.mulheresnobrasil.org.br>.

HIRATA, H. *Divisão – Relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho*, vol. 1, n° 65, p. 39-49, janeiro-março. Brasília: MEC/Inpe, 1995.

LEITE, Sergio Pereira; WESZ JUNIOR, Valdemar J. *Financiamento da política de financiamento territorial*. Relatório de Pesquisa. OPPA/IICA, 2010.

LIMA, Aline Barbosa. *Assentamento Apasa: a agroecologia na construção de novas territorialidades*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB. 2008.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, Sérgio (orgs.) *A formação dos assentamentos rurais no Brasil. Processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio e Janeiro: Ed. Universidade: UFRGS/CPDA, 1999.

MEDEIROS, Leonilde; HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio; CINTRÃO, Rosângela. *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Editora da UNESP e NEAD, 2004.

MELO, Hildete Pereira de. DI SABATTO, Alberto. “Situação das mulheres trabalhadoras rurais e as políticas públicas no Brasil”. In *Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no mercosul*. Brasília: MDA, 2006. p.83.

PAULILO, Maria Ignez. “O peso do trabalho leve”. *Revista Ciência Hoje*. Rio de Janeiro: SBPC, vol. 5, n° 28, p. 64-70, 1987.

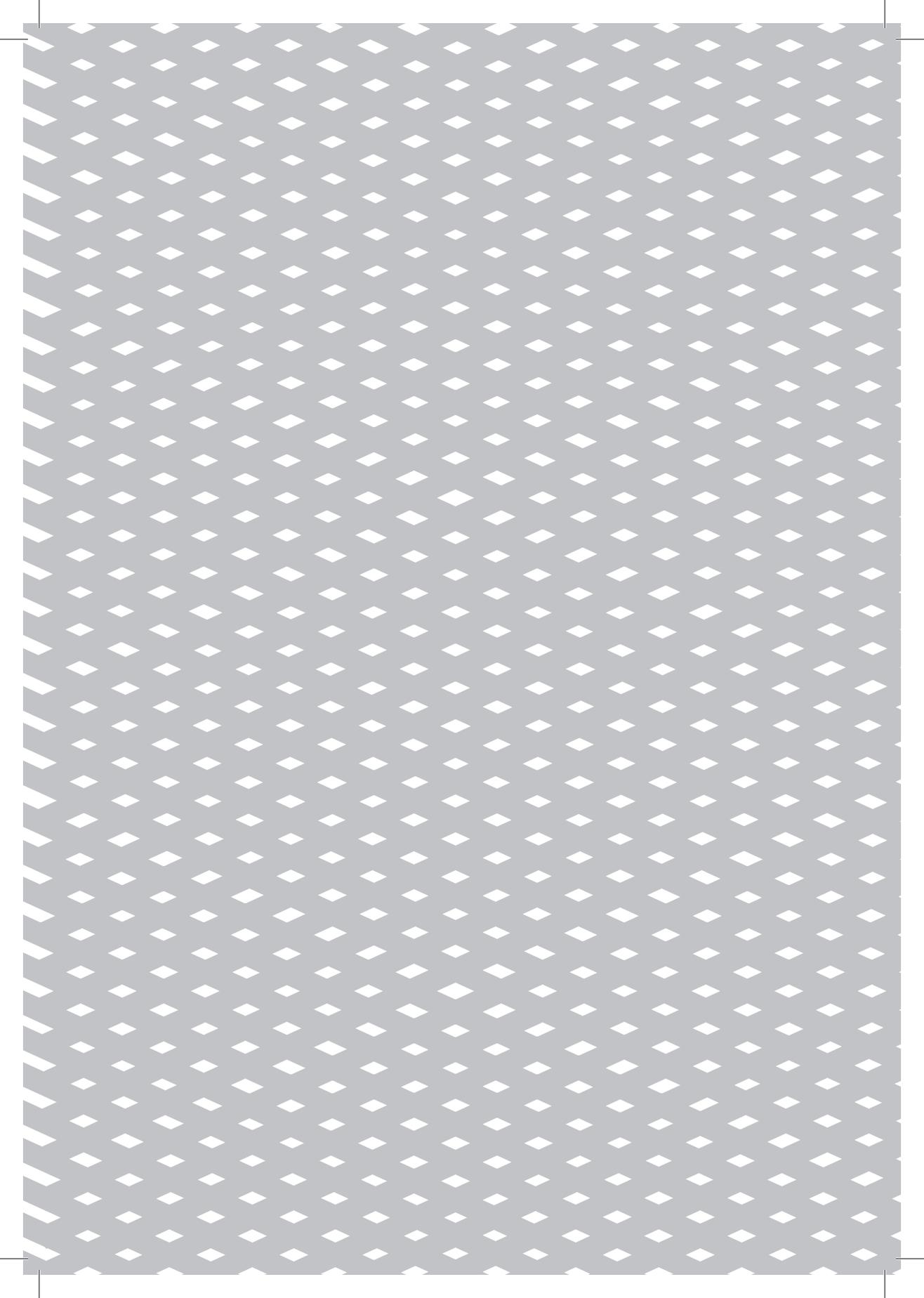
PAULILO, Maria Ignez. “Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise”. In *Revista Estudos Feministas*, UFSC, vol. 12, n° 1, p. 229-252, 2004.

ROS, Carlos Cowan. “Mediação e conflito: lógicas de articulação entre agentes de promoção social e famílias camponesas, no norte da Província de Jujuy, Argentina”. In PESSANHA, Delma Neves. (org.) *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Ed. UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

SCHNEIDER, Élen C.; KUYVEN, Patrícia; GAIGER, Luiz I. *Sistematização de dados referentes a participação das mulheres nos empreendimentos econômicos*

e solidários cadastrados no sistema nacional de economia solidária (SIES). Relatório de Pesquisa. UNISINOS, 2008.

SHIVA, Vandana. *La práxis Del ecofeminismo*. Barcelona. Ed. Icaria. 1998.





Mulheres na assistência técnica e extensão rural

Rodica Weitzman

Antropóloga, atualmente mestrando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ. É integrante do GT Gênero e Agroecologia, do GT Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia e da Rede Economia e Feminismo. Esse artigo contou também com a colaboração de Lílian Telles, Solange Monteiro e Juliana Malerba

Introdução

Este artigo tem como objetivo principal revelar de que forma a perspectiva de gênero tem sido abordada na política de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil, levando em consideração sua evolução histórica. A proposta é analisar, com um olhar metódico, as várias facetas desta abordagem. Parto do pressuposto de que, nos últimos anos, ocorreram mudanças importantes no Governo Federal, através do Ministério de Desenvolvimento Agrário, em relação à incorporação de uma agenda pautada nos direitos das mulheres, posta enquanto condição para um projeto nacional de desenvolvimento rural sustentável. A criação do Programa de Ações Afirmativas, em 2001, dentro do MDA – que

hoje é nomeado de Diretoria de Políticas para as Mulheres e Quilombolas) –,¹ foi resultado de um processo frutífero de negociação entre os movimentos de mulheres autônomos e setores ou comissões de mulheres no interior de movimentos mistos e instâncias governamentais. Essa nova institucionalidade, que refletiu um maior cuidado com as especificidades das mulheres, foi uma força impulsora para a qualificação de programas já existentes e a criação de novas frentes de ação, mediante o exercício constante da intersetorialidade, na procura de possíveis interfaces temáticas e estratégicas. Os resultados desse esforço coletivo têm sido a proliferação de uma série de ações estratégicas para a garantia da cidadania das mulheres, através do acesso à documentação civil e aos direitos econômicos – englobando direitos à terra, aos serviços rurais, ao crédito e à gestão de empreendimentos econômicos. Neste sentido, esse texto procura contextualizar os avanços que conferem maior protagonismo das mulheres no campo de assistência técnica e extensão rural a partir de um panorama mais amplo, que inclui a aquisição de um amplo leque de direitos sociais no decorrer dos últimos dez anos.

A partir de uma leitura crítica, pretendo delinear as repercussões das modificações internas efetivadas mediante várias reformulações na política de ATER, visando uma maior atenção para as desigualdades sociais, pelo prisma dos recortes de gênero, classe e etnia. Entendemos que a sociedade está estruturada de tal forma que as relações sociais de gênero são entrelaçadas com as relações de classe, raça e etnia; portanto, um olhar minucioso sobre gênero implica necessariamente em focar a teia de relações desiguais e seus diversos cruzamentos. Portanto, o desenvolvimento de gênero enquanto instrumento analítico tem proporcionado uma maior compreensão das várias categorias que determinem a identidade social (raça, classe, etnia, geração) e da complexa rede de relações de poder que afeta a posição assumida pelos indivíduos e coletivos no tecido social. De que forma as reformulações na política de ATER tem conseguido, de fato, incorporar as mulheres, não como meras extensões do âmbito familiar, mas como sujeitas que são atravessadas por diversas marcas identitárias?

1 O Programa também recebeu as seguintes nomeações: Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PIIGRE) e Assessoria de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE).

A construção da política de ATER – suas bases ideológicas e epistemológicas

É possível afirmar que as reais demandas das mulheres historicamente têm sido sublimadas no cerne das políticas forjadas nos vários campos temáticos, através do seu enquadramento na categoria supostamente abrangente e inclusiva - “família”. Pressupor que ao abordar “família” nas estratégias traçadas, naturalmente as mulheres estejam sendo contempladas, é um mito que se sustenta a partir de uma lógica essencialista em torno da unidade familiar, como se fosse destituída de conflitos internos e desigualdades sociais. A dose de protagonismo que elas adquirem é mínima; geralmente, são visualizadas apenas como “beneficiárias” e raramente conquistam o papel mais ativo de sujeitas no desenho das políticas. Ao contrário, observa-se que várias políticas no campo da nutrição, saúde, agricultura e assistência social reforçam o papel tradicional da mulher ao atender apenas suas necessidades imediatas e práticas, o que, geralmente, reproduz a divisão de trabalho e a concentração de poder. Constata-se, de forma geral, uma dificuldade histórica para considerar o papel da mulher enquanto produtora de alimentos, bens e serviços, o que fica evidente pela tendência em concentrar o apoio às iniciativas das mulheres naquelas atividades que reforçam seu papel na unidade doméstica.

No caso da política de assistência técnica e extensão rural, observamos as mesmas tendências. O enquadramento das mulheres em um lugar estático, de extrema passividade enquanto meras “beneficiárias indiretas” de ações voltadas para os homens - vistos como os “chefes de família” e “portavozes” das atividades agrícolas - é um legado que se explica, em grande parte, pela própria concepção ideológica que embasa sua criação.

A construção das políticas foi sempre influenciada pelo contexto sociopolítico e reflete as grandes tendências econômicas prevalentes em cada momento histórico. O modelo de desenvolvimento predominante, voltado para o pro-

ativismo e crescimento econômico, tem constituído um eixo norteador das abordagens epistemológicas e metodológicas, que norteiam os programas e políticas de assistência técnica. Portanto, é importante situar o surgimento de ATER no Brasil no contexto da política desenvolvimentista do pós-guerra, com a forte influência no processo de modernização da agricultura, o que tem como marca registrada uma visão fragmentada, que está ancorada na dicotomia entre os temas “sociais” e assuntos de “cunho técnico”. A consolidação e institucionalização da política de ATER, no final da década de 40, estava ancorada na lógica vertical e unidirecional do difusionismo, como meio de disseminação de tecnologias e conhecimentos. A priorização do plano técnico – a transmissão unilateral de conhecimentos referentes à produção agrícola – acarretava em uma desvalorização de questões ligadas ao outro plano, considerado secundário – o plano social. Portanto, os “temas sociais”, ligados ao espaço doméstico, que enfocavam especificamente as atividades consideradas femininas (alimentação, saúde, artesanato, costura) eram tratados a parte, como questões periféricas, que apenas interessariam a um público que ocupa as “margens” desses programas – as mulheres. O projeto pedagógico assistencial, que constituiu a espinha dorsal da política de ATER, foi embasado numa separação entre dois universos – o universo da produção agrícola e o da economia doméstica.

Ao discorrer brevemente sobre a evolução histórica da política, vejamos os sinais de uma visão empobrecedora em relação às potencialidades das mulheres; elas são rotuladas como um grupo social que deve ser absorvido por uma formação moral e cívica, o que lhes exclui dos processos decisórios de cunho técnico e político. Desde a primeira formulação de uma política de Extensão Rural no Brasil, na década de 40, com o surgimento da ACAR- Associação de Crédito e Assistência Rural – às mulheres, sempre foi delegada a tarefa de cuidar das melhorias domésticas, enquanto guardiãs da organização da esfera privada – a casa e seus arredores. A partir dos anos 60 até os anos 70, entram em cena as Extensionistas de Bem-Estar Social e os Clubes de Mães, o que implica em uma sedimentação da visão inaugurada na década de 40. A partir dos anos 70, com a extinção da ACAR e a criação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIBRATER, sobre a coordenação da EMBRATER (1975), o projeto produtivista se instala com maior força, mediante a mecanização da

agricultura e a imposição dos pacotes tecnológicos, e se materializa por meio do crédito rural orientado.²

Nos anos 80, a partir da revitalização dos movimentos sociais no cenário nacional, novas mudanças são arquitetadas no contexto da prestação de serviços de ATER. Observa-se a incorporação de metodologias alternativas de trabalho com a pequena produção, que tem como foco a organização dos agricultores em associações e conselhos comunitários (Weitzman; Monteiro; Telles; Malerba, 2009). Além de uma maior incorporação do conjunto dos/as beneficiários/as e suas organizações nas atividades de extensão rural, constata-se a integração de novos temas nos processos de formação e organização comunitária. Mesmo com estes sinais, que indiquem, de forma tímida, a crescente internalização de uma filosofia participacionista, apostando num papel mais protagônico dos agricultores familiares e suas respectivas organizações, ainda há uma dificuldade para valorizar os diversos níveis de participação dos membros da unidade de produção familiar nos empreendimentos. Em suma, a filosofia produtivista racional e a divisão sexual de trabalho são inscrições que parecem estar encrustadas na estrutura dos serviços de assistência técnica.

Esta divisão entre “temas sociais” x “temas técnicos” se evidencia mediante a segregação interna das equipes técnicas que prestam serviços de ATER. A partir dos anos 60, mulheres extensionistas, a maior parte com formação em assistência social, são contratadas para “cuidar” das atividades voltadas para o público feminino, ao passo que os homens extensionistas, geralmente com formação técnica em agrônômia, coordenam ações de capacitação em comercialização, administração, gestão, técnicas de produção e demais atividades voltadas para o trabalho dito produtivo com o público masculino. As mulheres no campo não configuram “trabalhadoras rurais” ou “agricultoras” na operacionalização das ações; são assistidas pelas mulheres extensionistas através do projeto de Bem-Estar Social, o que constitui um mero apêndice da política mais englobante de ATER.

2 O crédito rural orientado tinha como foco o aumento da produção e a qualificação do produto. Visava a à incorporação de métodos racionais de produção nas metodologias de planejamento. Portanto, era um trabalho de planejamento realizado sob a coordenação exclusivamente do Extensionista, direcionado para o público masculino e extremamente pautado numa visão tecnicista e produtivista do processo produtivo.

Além da visão dicotômica que embasa o desenho dos programas, um viés assistencialista prevalece nas abordagens metodológicas. A ênfase maior na “difusão” das tecnologias agrícolas no trabalho de extensão tem sua repercussão no campo social; a transmissão unilateral dos conhecimentos a partir de uma missão disseminadora das “boas práticas” para “mães” parece ser o caminho metodológico mais indicado. Essas instituições não possuem uma postura ideológica marcada pelos processos participativos; ao contrário, são influenciadas pela herança deixada por uma teoria de difusionismo, que dificilmente será suplantada.

O “tecnicismo excessivo” ainda perdura nas abordagens metodológicas adotadas pelos sistemas de ATER. É resquício de uma definição restrita do desenvolvimento rural, como se fosse análogo ao crescimento econômico e não incluísse outros fatores da vida social. Portanto, os programas de formação e capacitação técnica desenvolvidos na área rural reforçam, na maior parte das vezes, a divisão sexual de trabalho. É comum ver muitos projetos estimulando a produção de doces, geléias, compotas e pães para grupos de mulheres, enquanto existem poucos projetos apresentando a preocupação em incentivar participação das mulheres nos espaços públicos e de cunho técnico. Na maior parte das organizações que prestam assistência técnica, não há uma percepção de que o fato de incentivar a participação das mulheres em cursos e programas que destacam seus papéis tradicionais reforça o distanciamento delas das atividades da agricultura e da produção econômica e lhes aprisionam mais ainda na esfera doméstica. Dessa maneira, os serviços de ATER têm continuamente privilegiado a participação masculina, reforçando a desigualdade entre os gêneros, através de uma postura que reafirma que aos homens pertence o conhecimento, o acesso à informação e formação, bem como o acesso às novas tecnologias. (Cardoso, 2008).

O surgimento de uma nova política de ATER

Em 2003, a política de ATER se revigora sobre novas bases. Ocorre não apenas uma reformulação dos arranjos institucionais que sustentam a política; traz no seu bojo uma estruturação dos seus alicerces em cima de uma outra visão de desenvolvimento rural, que contemple determinados públicos, até então ex-

cluídos, e amplie a oferta de serviços. Portanto, cabe analisar, a seguir, quais são as repercussões dessas modificações a partir do recorte das relações sociais de gênero, tendo como pano de fundo um quadro contrastivo com o modelo de ATER, que era vigente anteriormente. Pela primeira vez, é possível verificar esforços intencionais para incluir enfoques de gênero, geração, raça e étnia – entendendo que estas relações sociais se encontram interligadas numa dinâmica imbricada – no cerne das orientações dos projetos e programas de assistência técnica e extensão rural. De que forma o desenho dessa política contém estratégias eficazes para reverter o quadro de relações assimétricas que tem caracterizado os modelos anteriores?

Portanto, faz-se necessário enfatizar o caráter multivoco do contexto, no qual a Política Nacional de ATER passa a ser esboçada. Parte de um intenso processo de avaliação dos serviços de ATER nos Estados, que possibilitou um diálogo frutífero entre diversas esferas do Governo Federal e um amplo leque de movimentos sociais de mulheres e organizações não governamentais, que prestam assessoria às mulheres rurais. Essa abertura para a participação popular na construção da política permitiu que outros atores da sociedade civil que realizam ações no mundo rural fossem considerados pelo Estado e reconhecidos como Agentes de ATER. Agregar novos olhares sobre os processos de ATER que vislumbrem outras possibilidades para qualificação e democratização desses serviços foi um primeiro passo para forjar a política de ATER nos moldes de novas matrizes.

Este processo contextual converge com o fortalecimento de articulações entre o Governo Federal, através do MDA, e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). A Diretoria de Políticas para as Mulheres e Quilombolas já tinha consolidado iniciativas significativas no campo dos direitos das trabalhadoras rurais, mas houve um impulso maior neste período para qualificar os programas já existentes e buscar maior ressonância com os princípios e valores de uma agenda de cunho feminista. Um sinal da confluência destas forças foi o diálogo realizado na I e II Conferência Nacional de Política para as Mulheres, a partir do qual foram elaborados e implementados o I e o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que, entre seus diretrizes, propõe o acesso das mulheres rurais aos serviços de assistência técnica, como uma medida para possibilitar a inserção das mulheres nos processos econômicos.

Elementos-chaves da nova política de ATER

Para a implementação da PNATER, criou-se o PRONATER (Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária), cujos objetivos são “*a organização e a execução dos serviços de ATER ao público beneficiário*³ (...)”. Sinalizo, a seguir, três mudanças paradigmáticas, que foram decisivas na alteração da estruturação interna da política e na operacionalização do PRONATER.

A primeira decorre da adoção da agroecologia como matriz tecnológica e princípio dos novos enfoques metodológicos pautados no reconhecimento da pluralidade e diversidade das populações que compõem o universo da agricultura familiar. Reflete um posicionamento político por parte do Ministério do Desenvolvimento Rural, que traz no seu bojo uma renúncia definitiva dos princípios da Revolução Verde e um compromisso com o incentivo às iniciativas em pequena escala, nos moldes da agricultura familiar.

A segunda diz respeito à necessidade de que seja feito uso de metodologias participativas integradas às dinâmicas locais⁴ e de uma gestão compartilhada através da criação de um sistema de ATER descentralizado,⁵ que viabilize, de fato, a participação popular na construção do conhecimento (PNATER, 2004:

3 Capítulo II, Art 7º da Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010.

4 “Deverão ser privilegiadas ações de pesquisa-ação participativas, investigação-ação participante e outras metodologias e técnicas que contemplem o protagonismo dos beneficiários e o papel de agricultores-experimentadores, bem como novas estratégias de geração e socialização de conhecimentos e de mobilização comunitária que possibilitem a participação de agricultores e demais públicos da ATER como agentes do desenvolvimento rural sustentável” (PNATER, 2004:11).

5 O Sistema Nacional de ATER prevê, desde 2004, uma estrutura descentralizada coordenada pelo DATER/MDA e orientada pelos princípios e diretrizes do PNATER, que (i) passa a considerar como agentes de ATER técnicos, agricultores e profissionais que vivem e trabalham no meio rural – OGs, ONGs, organizações de trabalhadores rurais, redes solidárias e interinstitucionais e (ii) reconhece espaços multisetoriais, como o Fórum Nacional de Gestão da ATER pública e os Conselhos Municipais e Estaduais de ATER como lócus de gestão e construção de ações que operacionalizam a política e que dentre suas atribuições deve “zelar para que os programas, projetos e ações de ATER contemplem as diversidades econômicas e socioculturais das diferentes regiões do país, bem como as especificidades de gênero, raça, etnia e gerações” (PNATER, 2004:16).

4-6). A materialização de uma estratégia voltada para a gestão compartilhada passa pela ampliação do leque de atores que possam se constituir enquanto Agentes de ATER nos Estados.

A terceira mudança paradigmática implica em ações voltadas para a inclusão social, que refletem “a necessidade de incluir enfoques de gênero, geração, raça e etnia nas orientações de projetos e programas”, conforme enunciado na própria política. Isso se traduz da seguinte forma - prever apoio a “ações específicas voltadas à construção da equidade social e valorização da cidadania, visando à superação da discriminação, da opressão e da exclusão de categorias sociais, tais como as mulheres trabalhadoras rurais, os quilombolas e os indígenas” (PNATER, 2004:8). Essa orientação se concretiza nos requisitos básicos para o credenciamento de entidades prestadoras de serviços.

São esses princípios que possibilitam que haja, dentro de suas orientações estratégicas, ao menos cinco que se relacionam direta ou indiretamente à incorporação de abordagens que observam as desigualdades de gênero:

- “Adotar planejamento de ações com base no território rural, considerando as dimensões ambientais, sociais, econômicas, culturais e políticas do desenvolvimento sustentável, num contexto de trabalho e de vida”.
- “Considerar as especificidades relativas a etnias, raças, gênero, geração e diferentes condições socioeconômicas das populações rurais, em todos os programas, projetos de ATER e atividades de capacitação”.
- “Estimular a democratização dos processos de tomada de decisão, assim como a participação de todos os membros da família na gestão da unidade familiar e nas estratégias de desenvolvimento das comunidades e territórios”.
- “Contribuir na orientação dos processos organizativos e capacitação de jovens e mulheres trabalhadoras rurais, considerando suas especificidades socioculturais”.
- “Promover abordagens metodológicas que sejam participativas e utilizem técnicas vivenciais, estabelecendo estreita relação entre teoria e prática, propiciando a construção coletiva de saberes, a construção do conhecimento e o protagonismo dos atores nas tomadas de decisões” (PNATER, 2004:10-11).

O reconhecimento explícito em suas diretrizes da necessidade de que, dentre as propostas de ATER, sejam consideradas as especificidades de gênero e desenvolvidas ações específicas para superação da situação de exclusão vivida pelas mulheres rurais são avanços importantes para uma Política de ATER, que visa fortalecer a agricultura familiar, melhorar a qualidade de vida da sociedade e contribuir para construção e fortalecimento da cidadania. O mesmo pode ser dito com relação à definição estabelecida pela PNATER de que o credenciamento das entidades prestadoras de serviço de ATER depende da incorporação das questões de gênero, raça e etnia nas suas diretrizes de trabalho (PNATER, 2004:19).

Uma estratégia adotada desde 2006, que tem contribuído para reforçar a transversalidade de gênero nos programas e projetos, é o incentivo e apoio à constituição e ao fortalecimento de Redes de ATER e sua inclusão na composição do Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - SIBRATER. A ação em redes, orientada pela PNATER, com o objetivo de otimizar recursos, ampliar a oferta e qualificar os serviços públicos de ATER, favorece a participação de suas representações nas instâncias de gestão. Representa uma possibilidade concreta de interlocução mais primorosa entre os beneficiários, as agências executoras dos serviços de ATER e o Estado. Essa interlocução entre diversos atores sociais no processo de gestão dos serviços de ATER tem possibilitado a elaboração de importantes mecanismos de aperfeiçoamento dos instrumentos da PNATER, levando à maior democratização e qualidade da ATER pública. Na medida em que os processos de gestão da política de ATER se tornem mais participativos, contando com o engajamento de vários segmentos através da ação coordenada em redes, também há mais abertura para construir mecanismos de monitoramento da série de medidas adotadas - entre elas, as que visam à transversalidade do enfoque de gênero.

A operacionalização do PNATER: Análise dos convênios firmados

Uma política de ATER mais propensa a deter-se nas demandas e especificidades das mulheres necessariamente terá repercussões ao nível interno das organizações e instituições envolvidas na sua implementação. Dito de outro modo, des-

de a criação de PRONATER, tem ocorrido uma ampliação no leque de projetos voltados para o atendimento de mulheres na Assistência Técnica e Extensão Rural, o que se deve em grande parte aos chamamentos públicos de projetos específicos de ATER para Mulheres Rurais.⁶ No período de 2004 a 2009, foram investidos 12 milhões, beneficiando 74 mil mulheres.

Uma diversidade de instituições tem se engajado na implementação de ATER para mulheres, o que também demonstra o alcance da internalização dos novos parâmetros estabelecidos. Dentre as entidades executoras, prevalecem associações e organizações não governamentais mistas. As entidades feministas ou organizações que possuem vínculo com as lutas dos movimentos de mulheres estão se envolvendo de forma incipiente neste campo de assistência técnica. Entretanto, mesmo que seus projetos estejam em menor proporção, tem havido uma intensificação no seu envolvimento nos últimos anos.

Ao analisar os convênios celebrados durante os últimos três anos, vale ressaltar a prevalência de projetos na Região Nordeste, o que pode ser explicado pelo maior nível de organização sociopolítica por parte das mulheres trabalhadoras rurais nesta parte do país. Entre todas as regiões, na região Centro-Oeste, concentra-se a menor proporção de convênios celebrados.

Em relação às abordagens metodológicas empregadas nos projetos, tem havido avanços no sentido de uma maior preocupação com a incorporação de agricultoras na condução dos processos educativos e organizativos, na função de “facilitadoras” ou “instrutoras”. Também um ponto de destaque é a inclusão de sessões de capacitação para a equipe de profissionais e trabalhadoras rurais envolvidas nas ações, visando à qualificação dos instrumentos metodológicos. Na descrição das metodologias utilizadas, os projetos apresentam uma diversidade de métodos – desde diagnósticos participativos até planejamentos participativos e intercâmbios. (AEGRE/MDA, 2009).

6 Essa estratégia de “chamamentos públicos” se consolidou a partir da operacionalização da Política Setorial de ATER para Mulheres, como será discutido mais detalhadamente na sétima seção deste documento - *A Constituição de uma Política Setorial para Mulheres*.

Uma análise crítica da PNATER – suas limitações, potencialidades e avanços

Na formulação da PNATER, persistiram lacunas conceituais e metodológicas, bem como orientações estratégicas mais incisivas em relação à incorporação transversal da temática de gênero nas ações de ATER. As diretrizes de todos os termos, embora estabeleçam a inclusão de gênero, raça e etnia, apresentam limites ao exigir que as ações contemplem e reconheçam as *especificidades* de gênero sem referir-se às diferenças socioeconômicas, conforme formulado na própria PNATER. Reconhecer as especificidades não necessariamente significa assumir uma leitura crítica das relações de poder que fabricam as desigualdades sociais. A preocupação com as especificidades das mulheres decorre de uma ideologia baseada na ação afirmativa, como a estratégia mais indicada para superação das situações de discriminação sofridas por determinados grupos sociais. De fato, qualquer política requer pleno reconhecimento das necessidades próprias dos diferentes grupos de mulheres, que não devem ser englobadas como se pertencessem a um grupo homogêneo. Apesar de entender a lógica por detrás deste esforço, há uma armadilha metodológica inerente a este tipo de medida; pode-se cometer o erro de fazer um tratamento superficial de questões mais profundamente enraizadas nas dinâmicas sociais.

Também, é fundamental se atentar para o significado da frase “inclusão social”, que se repete com frequência nas orientações do PNATER. Muitos projetos apresentados tendem a enxergar as mulheres apenas como componentes dos grupos sociais excluídos, sendo equivalentes aos jovens, quilombolas ou comunidades indígenas nas suas características e necessidades, o que transparece justamente nas metas e planos de atividades. A tendência de agrupar mulheres e jovens como “público alvo” das atividades propostas no cerne dos projetos demonstra uma certa simplificação das categorias sociais. Embora se saiba que as identidades determinadas por gênero, etnia, raça, classe e geração estão interligadas numa estrutura complexa de relações hierárquicas e desiguais de poder, é importante ressaltar a necessidade de tratar de cada uma dessas desigualdades sociais em sua particularidade. Há especificidades vividas pelas mulheres da área rural que demandam um tratamento específico no que tange às estratégias e às ações traçadas. Portanto, abordar a questão de gênero com seriedade num projeto de assistência técnica exige um compromisso político e implica na busca

de ferramentas analíticas que possam “desnaturalizar” a opressão das mulheres e realmente possibilitar sua “inclusão” nos serviços de assistência técnica.

Outro limite refere-se à ausência, nos termos de referência de 2005 a 2007,⁷ de propostas nas metas obrigatórias que poderiam contribuir para romper com a visão dicotômica dos espaços produtivos e reprodutivos, como a obrigatoriedade de que seja destinado um percentual dos recursos para ações de apoio a grupos produtivos de mulheres e em articulação com programas realizados pela Diretoria de Políticas para as Mulheres e Quilombolas ou em parceria com outras instâncias, como é o caso do PRONAF Mulher. Nos projetos apresentados em chamadas públicas e nos convênios assinados e executados, neste período havia poucas evidências de estudos e pesquisas que englobem a viabilidade econômica, de ações que contemplem a inclusão das mulheres na gestão econômica ou no fortalecimento de redes de produtoras, o que pode ser explicado pela falta de uma visão conceitual mais clara e uma orientação mais detalhada no esboço da própria política elaborada.

Uma política nacional comprometida com a construção de equidade nas relações de gênero deve privilegiar iniciativas que estimulem a participação das mulheres nos espaços decisórios. Para esta finalidade, deveria incrementar o apoio às ações que deem visibilidade à dimensão econômica dos trabalhos não remunerados que são desenvolvidos pelas mulheres. Somente a partir da criação do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, **no segundo semestre de 2007, foi definida** como meta obrigatória, em 2008, o desenvolvimento de “atividades voltadas à implementação do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, **em consonância com as orientações a serem disponibilizadas pela Articuladora Nacional da Rede Temática de Ater para Mulheres Rurais**” (Termo de Referência para Convênios de Ater - Entidades Estatais e Redes de Ater, 2008).

Outro limite que impede a realização das atividades previstas nos projetos apresentados se refere às limitações dos parceiros envolvidos no campo de atuação

7 Antes da existência da lei de ATER, os “termos de referência” eram utilizados pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do MDA para contratar serviços. Esses documentos continham uma série de regulamentações e parâmetros (incluindo propostas nas metas obrigatórias) para orientar os serviços a serem realizados.

da entidade proponente. Em muitos casos, os parceiros não estão sensibilizados sobre a importância de incentivar a participação das mulheres nos serviços de assistência técnica e pode haver dificuldades para realizar um plano de atividades que integre o enfoque de gênero de forma efetiva, especialmente quando englobe uma maior quantidade de beneficiários e uma maior abrangência territorial. Conseqüentemente, o nível de sensibilização dos parceiros – peças-chaves na concretização efetiva das propostas apresentadas – é um fator determinante no sucesso do projeto apresentado.

Tais limites apontados, cumpre aqui destacar que os instrumentos para operacionalização e gestão da PNATER que vêm sendo implementados e os esforços que vêm sendo buscados para seu aperfeiçoamento, sinalizam possibilidades concretas de sua superação. De que forma algumas inovações introduzidas no PNATER possam servir como catalisadores na problematização das relações assimétricas e na procura de uma maior igualdade entre os vários segmentos que participam dos processos sociais?

Adotar um paradigma tecnológico baseado na transição agroecológica representa uma janela aberta para abordar as relações sociais, devido à abordagem sistêmica que caracteriza o movimento agroecológico, na sua amplitude. Percebe-se que a adoção de princípios agroecológicos pelas entidades das Redes de ATER sinaliza maiores possibilidades para incorporação do enfoque de gênero nos seus trabalhos, sendo que a ciência agroecológica propõe a valorização da diversidade e a equidade nas relações socioambientais ⁸.

Embora não se possa negar a importância da adoção da agroecologia como matriz tecnológica, é importante entender que a incorporação da perspectiva agroecológica nos projetos de assistência técnica não implica necessariamente numa abordagem problematizadora das desigualdades sociais. É preciso elucidar que, enquanto a agroecologia enfatiza a “naturalização” dos processos ecológicos e sociais, no campo das relações sociais de gênero, o que se busca é a “desnaturalização” de atribuições conferidas ao feminino e ao masculino (GT

8 Segundo Mussoi e Pinheiro (2002), a agroecologia é uma ciência: “baseada em princípios como a diversidade, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, cidadania e participação (....) com possibilidades de distribuição mais justa de renda, poder e responsabilidades...”

GÊNERO, 2002). Portanto, apesar da incorporação do enfoque agroecológico apontar para uma maior sensibilidade com as “diversidades sociais e ambientais”, não necessariamente proporciona uma leitura crítica no que se refere às relações desiguais de poder. A lógica inerente à agroecologia, de “naturalização das práticas agrícolas”, não é necessariamente condizente com a visão de gênero, enquanto construção social. Assim, é preciso estarmos atentos(as) para que os processos de transição agroecológica e as metodologias participativas que estejam sendo adotadas de fato refletem a intencionalidade de superar as desigualdades entre os gêneros.

Outro elemento que definitivamente contribuiu para exercer um olhar mais aguçado sobre os processos sociais é a incorporação de metodologias participativas com enfoque multidisciplinar e intercultural, que busquem modificar a relação vertical historicamente construída entre extensionistas e agricultores/as. A adoção de uma concepção de conhecimento como algo a ser construído e não simplesmente “difundido” ou “extendido”, representa uma aposta na potência dos processos participativos de experimentação local. Tal concepção possibilita captar a capilaridade das relações sociais nas intervenções realizadas, deixando transparecer as sutilezas inerentes aos processos vividos coletivamente, a partir de diferentes modalidades de ações educativas. Também, abre espaço para que as mulheres possam assumir seu devido lugar, participando de forma mais expressiva nos processos decisórios e contribuindo ativamente na construção dos sistemas produtivos.

Entretanto, mais uma vez, sabe-se que a existência de prescrições que normatizem o emprego de metodologias participativas não necessariamente significa que uma outra visão de construção de conhecimento esteja sendo internalizada por entidades que tenham suas identidades pautadas nos métodos difusionistas. A incorporação de “metodologias participativas” não se resume apenas à aplicação de um pacote de instrumentos; isto é, perdem sentido se não são aliadas à um projeto político mais abrangente que se constrói a priori. Deve haver uma concepção epistemológica e metodológica que oriente a atuação dos/as técnicos/as, para que os mesmos possam, de fato, exercer uma intervenção mais qualificada no conjunto dos processos sociais. Em suma, isso requer uma profunda mudança na organização dos sistemas de pesquisa e extensão rural. Por isso, estas orientações ganham corporalidade a partir de momentos de capacitação de agentes de ATER que possibilitem livrar-se dos legados deixados

pelo sistema tradicional de ATER e debruçar-se sobre os significados desta nova abordagem.⁹ A construção de uma nova abordagem metodológica não deixa de ser um sinal da democratização na gestão da política pública.

A constituição de uma Política setorial para Mulheres

Tendo como ponto de partida o entendimento de que um projeto de desenvolvimento rural deveria se comprometer com a transformação da divisão sexual de trabalho, percebeu-se a necessidade de criar mecanismos específicos que pudesse garantir efetivamente que a perspectiva de gênero não apenas fosse incorporada, mas que se tornasse um elemento constituinte da própria política. Mesmo com os avanços inegáveis a partir da institucionalização da nova PNATER, houve uma percepção de que os programas e projetos que apresentavam ações voltadas para assistência técnica e extensão rural ainda não concebiam as mulheres enquanto protagonistas, principalmente no que se refere ao exercício dos seus direitos econômicos. Ainda se constatavam os resquícios de uma visão dicotômica, que relegava as mulheres ao espaço doméstico e às atividades não agrícolas, como se elas não tivessem nenhuma participação nas atividades vinculadas ao sistema de produção, reafirmando, assim, a divisão sexual de trabalho. O protagonismo das mulheres no plano econômico não era um ponto de destaque no esboço da política de PNATER, sendo que nos termos de 2005 a 2007, não constavam propostas nas metas obrigatórias, que poderiam incentivar, de forma mais incisiva, as iniciativas das mulheres no processo produtivo – especialmente no que tange às atividades de gestão econômica e à comercialização.¹⁰

9 As capacitações de Agentes de ATER constituem um eixo estratégico da política setorial para mulheres, como será mostrado na próxima seção do documento.

10 Este ponto foi tratado na seção anterior à esta – 5. *Uma análise crítica da PNATER – suas limitações, potencialidades e avanços.*

Mesmo reconhecendo deficiências na própria elaboração de PNATER, há outros fatores que precisam ser considerados e que escapam do controle exercido pelas prescrições ou normas estabelecidas. O predomínio de capacitações em formação de atividades não agrícolas no cerne dos projetos e programas executados é um indicador de uma postura pouco crítica em relação ao caráter das demandas que surgem no contexto dos grupos de mulheres. Não é que grupos de mulheres não apresentam demandas para trabalhar em torno de atividades não agrícolas; mas, é preciso questionar se, ao apoiar apenas essas demandas, não haja um reforço dos papéis tradicionais de gênero e uma sublimação de outros interesses que não sejam tão facilmente associados ao universo feminino – por exemplo, a participação nos espaços públicos e em atividades de cunho técnico. Essa reflexão se remete a um questionamento em relação à postura dos técnicos e extensionistas diante dos/as beneficiários/as – o papel é simplesmente apoiar iniciativas que parecem ser inatas à natureza feminina, ou manter uma postura propositiva e questionadora, buscando atentar-se para as demandas às vezes ocultas, mas igualmente válidas? Portanto, construir espaços de reflexão crítica sobre o papel do/a técnico/a na execução de serviços de assistência técnica e provocar seu envolvimento não apenas em temas de cunho técnico, mas também em assuntos que são relegados ao campo social, é um passo importante na problematização da divisão sexual de trabalho e na construção de relações mais igualitárias entre homens e mulheres, como veremos mais adiante.

A reestruturação de PNATER foi um marco na trajetória traçada, mas, ainda assim, era necessário se atentar para o discurso raso da “inclusão social”, que muitas vezes não se traduzia em manifestações concretas no esboço dos projetos. Os projetos de assistência técnica, que foram apresentados em diversas chamadas públicas, evidenciavam a falta de uma abordagem metodológica intencional no que se diz respeito à incorporação do enfoque de gênero; isto é, faltava uma coerência interna e uma costura bem construída entre diversos componentes - as diretrizes e estratégias, abordagens metodológicas e ações.

Portanto, era preciso sedimentar o compromisso político com uma nova política de ATER, que de fato pudesse romper com velhos padrões, a partir da primazia a ser dada ao fortalecimento da atuação das mulheres no campo econômico, no que se refere às ações voltadas para produção, comercialização e fortalecimento dos empreendimentos econômicos. O desafio posto tem sido no sentido de forjar articulações com outras políticas públicas, especialmente com

aquelas voltadas para a qualificação da gestão e formação de redes, acesso ao financiamento e à comercialização a partir de uma assistência técnica setorial.

A partir de 2008, a Política Setorial de ATER se operacionaliza através de 4 eixos estratégicos: a) Capacitação de agentes e de mulheres trabalhadoras rurais sobre ATER/ATES; b) Integração com o Programa de Organização Produtiva (POPMPR); c) Chamamentos Públicos de Ater para Mulheres; e d) Constituição da Rede Temática de Ater para Mulheres. Essas estratégias se materializaram através de uma série de ações. Dentre elas, merecem destaque atividades de formação para mulheres rurais e extensionistas, visando ampliar e qualificar serviços, em parcerias com instituições e organizações não governamentais que prestam serviços de Ater; o controle social a partir da participação ativa de representantes de organizações e movimentos de mulheres no Comitê de ATER do CONDRAF; a orientação para inclusão de metas obrigatórias para mulheres nos projetos das organizações e instituições prestadoras de Ater; e a construção de sistemas de monitoramento com indicadores de gênero. (Butto & Hora, 2008)

A seguir, pretendo delinear as principais características das estratégias mencionadas acima, de forma mais detalhada.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar algumas iniciativas que visem ampliar os serviços de ATER para as mulheres e incentivar a incorporação do enfoque de gênero nos projetos apoiados pelo MDA. A partir de 2006, o MDA, através da Diretoria de Políticas para as Mulheres e Quilombolas/SAF, promove chamamentos públicos de projetos específicos de ATER para mulheres rurais. Vários editais foram lançados para apoiar projetos específicos para agricultoras, voltados para assistência técnica e formação em produção agrícola e comercialização, buscando, assim, reforçar o papel produtivo das mulheres e seu envolvimento na esfera econômica. O resultado dessa iniciativa tem sido o maior número de convênios especificamente destinados ao apoio às atividades desenvolvidas com o protagonismo das mulheres, envolvendo um amplo leque de organizações. Vale também destacar uma iniciativa inovadora realizada em 2010 que possibilitou a qualificação da demanda de serviços de ATER para mulheres em todos os estados da Federação como processo preparatório para elaboração da chamada pública. Foram realizados Encontros Estaduais com mulheres rurais e seus movimentos, extensionistas e outros parceiros sob a coordenação

da equipe da Diretoria de Políticas para Mulheres e Quilombolas, Sempreviva Organização Feminista (SOF) e Centro Feminista 8 de Março (CF8).

Outra estratégia bastante promissora tem sido a constituição da Rede Temática de Ater para Mulheres, enquanto um espaço propício para aprimorar a reflexão sobre as diretrizes e orientações de PNATER, além de servir como um suporte metodológico para qualificação das práticas de assistência técnica e extensão rural voltadas para as mulheres rurais. Tem a intenção de buscar interfaces com as demais políticas públicas do MDA; formentar alianças com as demais Redes Temáticas, a partir da integração de ações; e forjar um sistema de planejamento, avaliação e monitoramento da atuação da própria REDE.

Cabe salientar os avanços já observáveis, no sentido da consolidação desse espaço e a eficácia de sua ação, a partir de uma alta representatividade, tanto no nível interno, nas reuniões, quanto no nível das articulações realizadas em outras esferas. A Rede conta com a participação de 35 mulheres, representantes de 20 órgãos oficiais de ATER e 15 organizações da sociedade civil. As articuladoras estaduais têm participado de diversos eventos, como a Feira de Economia Feminista e Solidária – RN (out/08) e a Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária (nov/08).

A terceira estratégia a ser mencionada é o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMPR). Criado em 2008, tem como objetivo garantir o protagonismo das mulheres na economia rural, através do incentivo à troca de conhecimentos técnicos e organizacionais, no que diz respeito à produção, à gestão e à comercialização, tendo como pano de fundo os princípios da economia solidária e feminista.¹¹ Dentre suas principais ações, destacam-se: a)

11 A economia solidária e outros setores da economia feminista fortalecem a percepção de que o processo econômico vai além do que é quantificável e monetarizado, na construção de uma nova visão da economia. Economia solidária compreende práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que visem o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica. A economia feminista compreende, primeiro, que a crise na economia capitalista é também uma crise em seu modelo de reprodução baseado na utilização do tempo de trabalho das mulheres como um recurso inesgotável, e segundo, que existe uma tendência de “mercantilizar” todos os fenômenos da vida, claramente demonstrado pelo controle exercido pelas grandes indústrias farmacêuticas, as produtoras de sementes e agroquímicos e as alimentares, sobre o corpo humano e as relações interpessoais. (FARIA e NOBRE, 2003)

identificação e mapeamento de grupos de mulheres rurais, mediante a sistematização de informações sobre a produção, organização, comercialização e acesso a políticas públicas; b) realização de ações de formação em políticas públicas de apoio à produção, visando o maior acesso por parte de trabalhadoras rurais às diferentes linhas de financiamento, como: o PRONAF, os Chamamentos Públicos de Apoio a Projetos do POPMR e as políticas de compra governamentais, como o Programa Aquisição de Alimentos (PAA); c) capacitação de mulheres rurais para a elaboração e gestão de projetos. O POPMR engloba diferentes áreas de atuação que contribuem para a qualificação de uma assistência técnica diferenciada, marcada pelo apoio às mulheres no processo de gestão de unidades de produção familiares e iniciativas comunitárias.

A quarta estratégia que tem sido fundamental para efetivar uma mudança paradigmática nas bases da política de ATER tem sido a capacitação de agentes e de mulheres trabalhadoras rurais em relação aos eixos norteadores e princípios do ATER/ATES. Percebe-se que um primeiro passo tem sido as mudanças nas orientações estabelecidas na PNATER, que integram o esboço da política desenhada. Entretanto, essas alterações não podem constar apenas na elaboração do escrito, mesmo sendo realizada de forma participativa e dialogada; precisam ser internalizadas pelas organizações que atuam no campo de assistência técnica e extensão rural, para que realmente possam ser efetivadas. Portanto, faz-se necessário implementar ações que garantam a formação dos técnicos, extensionistas e lideranças envolvidas diretamente na execução de ATER, visando aumentar sua compreensão sobre as dimensões das relações sociais de gênero e da realidade de desigualdade e opressão vivenciada pelas mulheres, assim como sobre o papel importante que as atividades desenvolvidas por elas exercem na economia rural. Para tal, têm existido ações de capacitação por intermédio de quatro iniciativas: a) A realização de Cirandas do Pronaf para as mulheres; b) A inclusão de um módulo sobre gênero nos cursos de nivelamento de agentes de ATER; c) Oficinas e cursos sobre assistência técnica para mulheres através do convênio da Diretoria de Políticas para as Mulheres e Quilombolas/MDA com a Sempreviva Organização Feminista - SOF; d) Capacitações para entidades prestadoras de ATES nos seminários regionais de políticas para *as mulheres assentadas*.

A nova Lei de ATER - medidas adotadas

A nova lei de ATER, instituída e regulamentada constitucionalmente através do Decreto no. 7.215 de 15 de junho de 2010, apresenta algumas medidas específicas que representam inovações na evolução da política. Em primeiro lugar, determina que as prioridades e metas serão definidas a partir de uma Conferência Nacional, a ser realizada em 2011, o que já indica o caráter participativo de sua construção. Em segundo lugar, está estruturada de tal forma que contemple os interesses dos diferentes grupos que compõem a diversidade da Agricultura Familiar, constituindo-se em programas setoriais: ATER para mulheres; ATER Quilombola; ATER Indígena; ATER com foco nos Assentamentos de Reforma Agrária.

Em relação às orientações e medidas adotadas, alguns aspectos são focados com mais ênfase, o que afirma o compromisso político com a superação das desigualdades sociais. Percebe-se a intenção de estimular o acesso das mulheres às políticas públicas, a partir de suas demandas específicas. Além de especificar, nos editais lançados, a importância de priorizar atividades de formação sobre políticas públicas (POPMR; PRONAF Mulher; PAA; PNAE) para as mulheres rurais, inclui-se o acompanhamento adequado ao processo de implantação dos projetos. Na Chamada Pública (no. 24/2010), que visa à contratação e execução de serviços de ATER nas Comunidades Quilombolas, há uma orientação para a inclusão de oficinas exclusivamente voltadas para mulheres quilombolas, para aprofundamento do acesso às políticas específicas para esse público.

Constata-se também a articulação de uma constelação de medidas, que pretendem problematizar a divisão sexual de trabalho e combater a restrição do papel das mulheres à unidade doméstica. Nas chamadas públicas lançadas no ano de 2010, além de enfatizar a necessidade de não reforçar a sobrecarga de trabalho das mulheres, há uma preocupação com os horários de atividades planejadas e executadas; especifica-se que os horários devem ser adequados e flexíveis, levando em consideração as demais atividades exercidas por elas na rotina da vida cotidiana. As orientações também exprimem uma preocupação com a organização de apoio para o cuidado das crianças; há uma ênfase na realização de atividades recreativas, direcionadas especificamente para essa faixa etária, para que as mulheres possam participar mais ativamente das atividades de produção, gestão e comercialização, das quais muitas vezes têm sido historicamente ex-

cluídas até pela impossibilidade de conciliar com suas outras responsabilidades domésticas e familiares. Em suma, a “inclusão social” não representa apenas um propósito que deveria ser cumprido; constata-se a indicação de estratégias concretas para viabilizar a participação das mulheres em atividades agrícolas e não agrícolas.

Considerações Finais

O período recente está marcado por alterações significativas num padrão histórico de atuação que contribuía para a reprodução das condições de subordinação das mulheres rurais. Dentre essas mudanças, merecem destaque: a consolidação de novas diretrizes para uma assistência técnica ancorada em métodos horizontais de gestão compartilhada, a partir de uma perspectiva agroecológica; a incorporação de uma nova postura epistemológica que embasa abordagens metodológicas participativas e inclusivas; a ampliação das possibilidades de articulação entre os agentes de ATER por meio de redes; a integração da política de ATER com políticas de crédito e comercialização; e finalmente, um esforço para a “inclusão social” dos grupos sociais geralmente deixados à margem, a partir dos recortes de gênero, raça e etnia.

Excluir as mulheres das atividades de ATER e das políticas de financiamento da produção, além de negar o papel delas na construção do conhecimento, é correr o risco de desenvolver projetos sem considerar todos os fatores necessários ao seu êxito. As mulheres são fundamentais para a construção do conhecimento agrícola e as políticas de ATER não podem desconsiderar as inovações que as mulheres lançam mão nas suas comunidades, a partir de suas práticas cotidianas.

O desafio das organizações não governamentais e governamentais, desempenhadas na construção de ATER, é garantir um tratamento transversal da questão de gênero no interior de seus projetos sociais. O termo transversalidade significa que a busca para a igualdade nas relações sociais de gênero deve permear cada aspecto de um projeto ou programa, e não ser pensada como um elemento adicional, separado de suas outras dimensões. É preciso descobrir estratégias que proporcionem a transformação das relações sociais do gênero no contexto da agricultura familiar e deixá-las transparecer na espinha dorsal dos projetos

e políticas sociais. Para reverter o quadro de assimetria nas relações sociais, também se faz fundamental garantir a existência de ações específicas e afirmativas para grupos discriminados e excluídos. Portanto, no caso de PNATER, que a partir de sua re-formulação, em 2003, visa a incorporação do enfoque de gênero, faz-se necessário apoiar a auto-organização das mulheres, sem deixar também de integrar as mulheres nas atividades que geralmente são realizadas apenas com os homens, invertendo, assim, a lógica dualista, que historicamente tem caracterizado os serviços de assistência técnica.

Portanto, apesar de constatar uma evolução considerável nos parâmetros que determinem as orientações da política de ATER ao longo dos anos, ainda persistem várias lacunas conceituais e metodológicas a serem superadas para que um tratamento transversal de gênero possa ser garantido nos programas e projetos de assistência técnica. A compreensão de que a ATER para mulheres restringe-se ao campo dito “social” e deve ser desenvolvida por profissionais de formação nas ciências sociais e humanas é uma visão reducionista que precisa ser expurgada. Aliada a esta dificuldade para afastar-se de uma visão extremamente dicotômica em relação à composição e funcionamento das equipes das instituições que prestam serviços de assistência técnica, ainda se percebe também uma resistência em desenvolver novas abordagens metodológicas, conteúdos e estratégias formativas.

Outro problema se refere à visão que se tem das mulheres enquanto apenas beneficiárias e integrantes do “núcleo familiar”. Ainda há vestígios da noção idealizada da família enquanto “unidade produtiva”, o que pressupõe que se o homem esteja participando das atividades propostas pelos projetos, a mulher e os filhos também têm seus interesses garantidos. A apresentação da “família” como sujeito das intervenções ainda contribui para o alijamento das mulheres das discussões e decisões relativas à economia e à produção agrícola.

Por outro lado, o incentivo à participação ativa das mulheres na esfera produtiva precisa ser acompanhada por uma problematização da divisão sexual de trabalho, sendo que há uma tendência de escamotear a sobrecarga de tarefas que as mulheres acumulam a partir do seu envolvimento nos dois campos - produtivo e reprodutivo. A dificuldade na socialização dos “cuidados” e do trabalho doméstico tem um impacto sobre a organização das atividades de ATER e precisa ser pautada na agenda das organizações que prestam serviços. A Ater

especializada para mulheres tem representado um grande avanço, por estar ancorada em uma abordagem que problematiza a divisão sexual do trabalho e se norteia pelas diretrizes da economia feminista e solidária. Portanto, assumir uma intencionalidade na missão voltada para atenuar as desigualdades entre os gêneros em qualquer política desenhada deve partir primeiro de uma problematização da divisão sexual de trabalho. Assim, torna-se possível aprimorar na construção de um sistema de ATER que seja capaz de enfrentar as desigualdades sociais de forma efetiva e estratégica, nos moldes de um modelo mais justo e sustentável de desenvolvimento rural.

Referências bibliográficas

AEGRE/ MDA. *Assistência Técnica e Extensão Rural para Mulheres: Contribuição à Política Nacional de ATER (PNATER)*. Brasília – DF, 2009.

ALTIERI, M. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

BUTTO, A., HORA, K. *Ater para Mulheres – a experiência recente do Governo Federal*. In: *Cadernos Feministas de Economia & Política. “Assessoria Técnica com Mulheres: uma abordagem feminista e agroecológica”*. Recife: Casa da Mulher do Nordeste, n.4, 2008.

CARDOSO, E.M. *A auto-organização das mulheres na Articulação Nacional de Agroecologia: O GT Mulheres da ANA*. In: *Cadernos Feministas de Economia & Política. “Assessoria Técnica com Mulheres: uma abordagem feminista e agroecológica”*. Recife: Casa da Mulher do Nordeste, n.4, 2008.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. (Org.) *A produção de viver*. SOF – Sempre Viva Organização Feminista. São Paulo, 2003.

GT GÊNERO. *O enfoque de gênero nos processos de monitoramento dos projetos sociais*. Publicação do Grupo de Trabalho em Gênero e Agroecologia. Belo Horizonte: Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, 2006.

GT GÊNERO. *Gênero em Rede*. Publicação do Grupo de Trabalho sobre Gênero do Fórum Sudeste da Rede PTA- Programas em Tecnologias Alternativas, 2002.

KERGOAT, Daniele. *Relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho*. In: MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina; LOPES, Marta Júlia Marques (org.). *Gênero e Saúde*. São Paulo: Ed. Artes Médicas, 1996.

MDA/SAF/DATER. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*, 2004.

MDA/SAF/DATER. *Programa Nacional de Assistência técnica e extensão rural – PRONATER*, 2005.

MDA/SAF/DATER. *Programa Nacional de Assistência Técnica e extensão rural – PRONATER*, 2006-2007.

MDA/SAF/DATER. *Termo de Referência para Convênios com Organizações da Rede ASBRAER - Ano 2007*, 2007.

MDA/SAF/DATER. *Termo de Referência para Convênios com Organizações da Rede ASBRAER - Ano 2008*.

MDA/SAF/DATER. *Termo de Referência para Convênios de Ater – entidades estatais e redes de ATER - ano 2006*, 2006.

MDA/SAF/DATER. *Termo de Referência para Convênios de Ater 2005*, 2005 (mimeo)

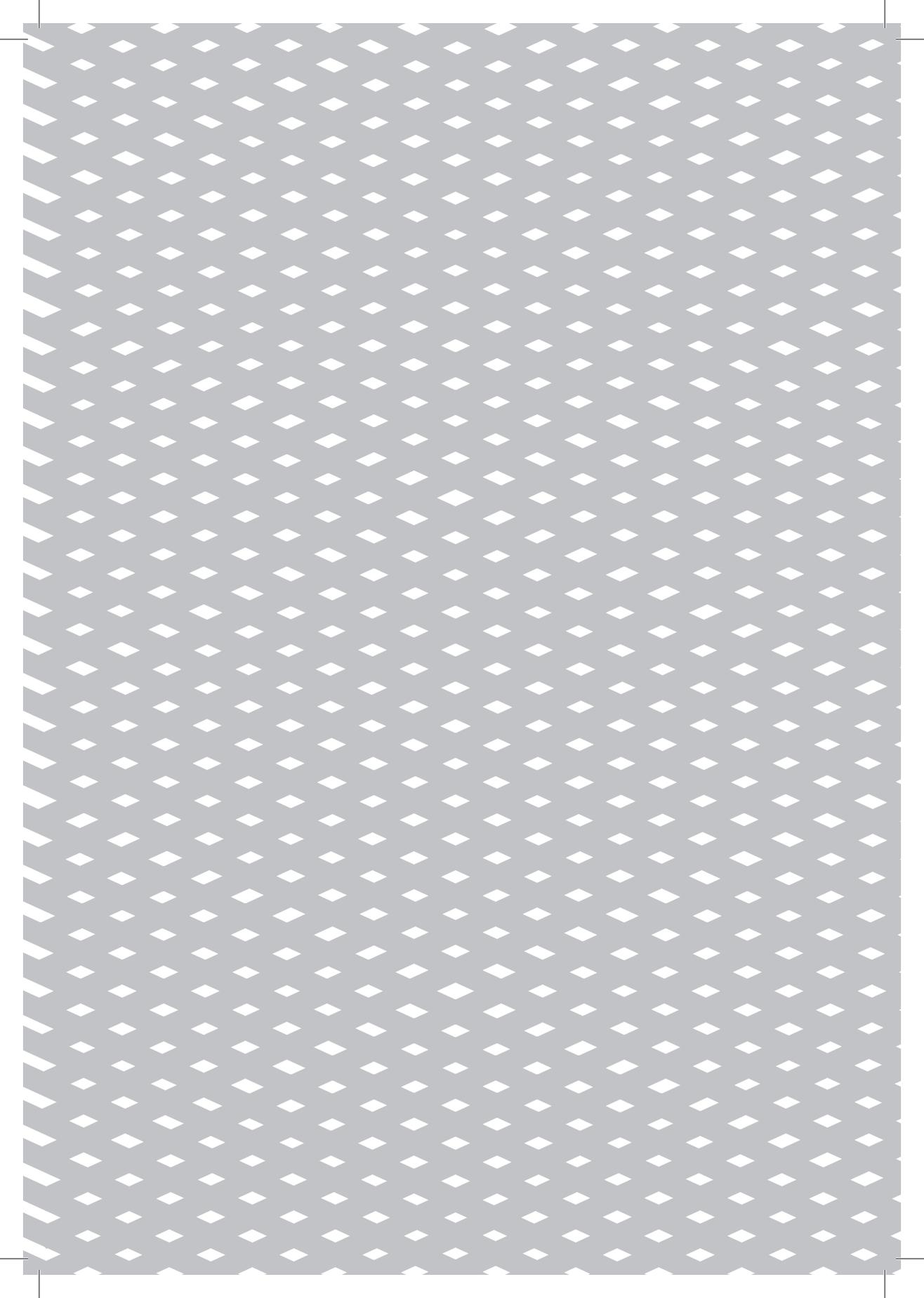
Mulheres Construindo a Agroecologia. Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro: GT Mulheres da ANA, 2008.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. *Formação com mulheres rurais: Estratégia para Efetivação de Políticas Públicas de Gênero no Campo*. São Paulo: 2006.

WEITZMAN, R.; TELLES, L.; MONTEIRO, S.; MALERBA, J. et. al *Relatório Técnico I: Pesquisa sobre a Incorporação de Conceitos, Metodologias e Ferramentas para trabalho com Mulheres e Relações Sociais de Gênero na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Itamaraju- BA: Janeiro, 2009.

WEITZMAN, R. *As interfaces entre Segurança Alimentar Nutricional, Agroecologia e Gênero na prática dos movimentos sociais e na elaboração de políticas públicas*. In: Caderno de textos: 3ª Conferência Estadual de SAN-MG. Belo Horizonte- 2005, pp. 32-36

WEITZMAN, R. *Educação Popular em Segurança Alimentar e Nutricional: Uma metodologia de formação com enfoque de gênero*. Belo Horizonte: Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, 2008.





Entre o sonho e a realidade: O crédito rural para mulheres da agricultura familiar na Região Sul do Brasil

Anita Brumer

Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Rosani Marisa Spanevello

Professora do Departamento de Zootecnia da Universidade Federal de Santa Maria –
Centro de Educação Superior Norte do Rio Grande do Sul, CESNORS/UFSM, Brasil

Introdução

Neste trabalho, examinamos os efeitos da obtenção de crédito, pelas mulheres da agricultura familiar, com base no conceito de empoderamento. Como a própria palavra indica, trata-se da obtenção de ganhos, pelas mulheres, tanto em

termos materiais (aumento da renda e do controle sobre essa renda e sobre os recursos envolvidos) e simbólicos (autoestima e confiança em si mesmas) como nas relações sociais com os homens e com os membros das comunidades onde elas vivem (participação mais ampla nas despesas de consumo e na tomada de decisões importantes no interior das famílias, assim como maior participação em associações representativas, sociais e políticas) (Hofmann e Marius-Gnanou, 2004, p.8-9). Amartya Sen (2000) destaca, ainda, como empoderamento um processo de aumento de poder no controle dos recursos externos e da autoestima, o que permite estimular as capacidades internas de pessoas e grupos, que resultam em liberdades de escolhas e de ações.¹

Como revelam alguns estudos, o acesso a rendas obtidas individualmente, através do trabalho ou por transferências sociais - entre as quais estão a aposentadoria, o seguro desemprego, o salário maternidade e os programas sociais destinados a famílias carentes - possibilita às mulheres melhorar suas condições de vida, assim como a de suas famílias, permitindo-lhes sustentar filhos pequenos, abrigar filhos desempregados, receber em seu domicílio filhos adultos e crianças considerados parentes e atender a necessidades de saúde e educação dos membros da família (Deere e León, 2002, p. 39-42). Como mostrou a pesquisa com aposentados pela Previdência Rural, realizada no Brasil em 1998, graças aos rendimentos da aposentadoria, por estarem em melhor situação financeira, os idosos participam significativamente nas despesas das famílias nas quais estão inseridos,² participação que é proporcionalmente maior nas classes de renda mais baixa (Delgado e Cardoso Jr., 2000; Camarano e El Ghaouri, 1999, p.304). Ademais, constatou-se, naquela pesquisa, que, “em ambos os casos (Sul e Nordeste), a renda dos domicílios com acesso aos benefícios previdenciários situa-se, em média, 16% acima da renda dos domicílios sem acesso ao seguro social” (Delgado e Cardoso Jr., 2001, p. 231-232).

Nosso enfoque será considerar, por um lado, o programa de crédito destinado às mulheres trabalhadoras rurais e, por outro, seus resultados em termos de

-
- 1 Sobre o conceito de empoderamento, ver, entre outros, os seguintes trabalhos: Mayoux, 1998; Kabeer, 1999; Malhorta et al., 2002; Romano e Antunes, 2002; Antunes, 2003; Zorzi, 2008; Osorio Hernández, 2009.
 - 2 Segundo a PNAD 2008, 33,11% dos domicílios rurais do país tinham, entre seus moradores, pelo menos um aposentado ou pensionista (IPEA, 2010, p. 14).

alcance (número de mulheres beneficiadas) e de eficácia (no sentido do cumprimento de seus objetivos na promoção da autonomia e melhoria de posições das mulheres no interior das famílias e nas comunidades em que vivem). Para o exame desses aspectos, utilizaremos a análise de resultados de entrevistas com técnicos agrícolas e extensionistas da área de bem estar social das agências de extensão Emater (RS) e Epagri (SC), agentes bancários e mulheres trabalhadoras rurais beneficiadas com o crédito, realizadas entre 2008 e 2010, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, e de alguns trabalhos já publicados sobre o programa de crédito no Brasil.³

A agricultura familiar, caracterizada por estabelecimentos agropecuários em que a “gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho são provenientes de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento” (Abramovay, 1998, p. 146), representa um dos segmentos mais importantes em termos socioeconômicos no meio rural brasileiro. Conforme o Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2006), de um total de 5.175.489 estabelecimentos, 4.367.902 são de agricultura familiar (representando 84,4% do total),⁴ os quais ocupam 24,3% da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (com uma média de 18,37 hectares) (IBGE, 2006, p. 19). O número total de pessoas vinculadas à agricultura familiar registrado em 2006 foi de 12,3 milhões de pessoas (74,4%

-
- 3 Consideramos os dados coletados para a pesquisa ‘O programa de crédito rural no Brasil na perspectiva do empoderamento das mulheres’, coordenado por Anita Brumer e Rosani Spanevello e financiado pelo CNPq (dez.2008-dez.2010), em 2009 e 2010, nos Territórios da Cidadania do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. No Rio Grande do Sul, foram entrevistadas 35 mulheres em 13 municípios, envolvendo os Territórios da Cidadania do Noroeste Colonial, Médio Alto Uruguai e Central. Em Santa Catarina, entrevistamos mulheres em dois municípios, localizados no Território do Meio Oeste Contestado. Consideramos ainda os dados coletados para uma tese de doutorado (Osorio Hernández, 2009) e duas dissertações de mestrado, uma em Santa Catarina (Fernandes, 2008) e outra no Rio Grande do Sul (Zorzi, 2008).
- 4 O Censo Agropecuário adotou, como características da agricultura familiar, o artigo 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que especifica: ‘considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família’.

do pessoal ocupado), a maioria das quais eram homens (dois terços do total) (IBGE, 2006, p. 21).

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2008, analisados por pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e divulgados em 2010, revelam o potencial de um programa como o Pronaf para a melhoria da renda e das condições de vida de uma parte significativa da população rural. De acordo com esses dados, ‘em cerca de $\frac{3}{4}$ dos domicílios, onde viviam aproximadamente 80% de toda a população residente em áreas rurais, a renda domiciliar *per capita* era inferior ou igual a um salário mínimo, segundo o valor vigente em 2008’ (IPEA, 2010, p.8).

Além da distribuição dos domicílios rurais por renda apresentar alto nível de concentração, ela também varia entre as regiões do país, sendo o Nordeste a região com renda mais baixa: a renda média mensal da população economicamente ativa rural, por região, em 2008, era de R\$ 296,00 no Nordeste, R\$ 493,00 no Norte, R\$ 583,00 no Sudeste, R\$ 633,00 no Sul e R\$ 606,00 no Centro-Oeste (IPEA, 2010, Tabela 3, p. 9)⁵. Deve-se considerar, porém, que, a partir de 2002, em todas as regiões brasileiras, registrou-se a diminuição percentual das pessoas residentes em domicílios particulares permanentes (urbanos e rurais) com renda domiciliar menor que um quarto do salário mínimo, de 20,42% em 2001 para 11,81% em 2007 (IPEA, 2010), embora o Nordeste permaneça como a região com maior percentual (24,43%) e o Sul como a região com menor percentual de pessoas nessas condições (5,01%), em 2007 (cf. Tabela 1).

A distribuição dos rendimentos da população rural, de acordo com a PNAD 2008, também é desigual, quando se consideram os valores médios auferidos por homens e mulheres: a renda média mensal rural, no país, era de R\$ 548,00 para os homens e de R\$ 299,00 para as mulheres, sendo menos desigual no Nordeste (respectivamente R\$ 337,00 e R\$ 230,00), a região mais pobre do país. A menor desigualdade nos rendimentos de homens e mulheres rurais, no Nordeste, “pode ser explicada pelo grau de precarização das relações de trabalho, que se exprime em uma renda média inferior ao salário mínimo da época, [e] torna próximos os valores recebidos por homens e mulheres” (IPEA, 2010). No entanto, “nas Regiões Sul e Centro-Oeste, a remuneração média recebida

5 O valor do salário mínimo, a partir de 1º de março de 2008, era de R\$ 415,00.

por mulheres não chega a 50% da dos homens, configurando a maior desigualdade no país entre os sexos” (IPEA, 2010, p.9-10).

Tabela 1 - Distribuição percentual das pessoas residentes em domicílios particulares com Renda Domiciliar Per Capita menor que um quarto do salário mínimo – Brasil e grandes regiões – 1995 a 2007

Grandes Regiões à Ano	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
1995	22,90	39,43	10,49	12,64	16,10	20,30
1996	24,05	41,57	10,29	12,10	16,05	20,79
1997	25,12	41,26	10,04	12,14	13,97	20,43
1998	26,24	39,40	10,20	12,49	13,62	20,05
1999	24,79	39,76	10,56	13,16	14,89	20,41
2001	24,29	39,46	11,42	11,30	14,69	20,42
2002	24,59	38,13	10,57	9,84	13,61	19,39
2003	24,18	38,59	10,90	9,40	14,29	19,62
2004	23,74	35,12	9,35	8,21	11,06	17,64
2005	21,59	31,82	8,00	7,43	10,44	15,82
2006	18,19	27,50	6,28	5,91	7,88	13,22
2007	17,45	24,43	5,60	5,01	6,57	11,81

Fonte: IPEA, 2009, Tabela 9.3, com base nos microdados da PNAD (IBGE). Adaptação das autoras deste trabalho. Notas: 1) A Pnad não foi realizada em 2000; 2) Foi considerado o salário mínimo a preços de 2007, utilizando o INPC; 3) Foram considerados os domicílios particulares permanentes com pelo menos uma pessoa com renda declarada; 4) A partir de 2004, a PNAD passou a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Em 2000, havia 11.160.635 mulheres responsáveis por domicílios no Brasil, correspondendo a 24,9% do total de domicílios (44.795.101). A participação das mulheres responsáveis por domicílios, no mesmo ano, era de 12,8% do total de domicílios rurais (7.460.235), enquanto 87,2% dos domicílios rurais eram chefiados por homens; no meio urbano, as mulheres correspondiam a 27,3% dos responsáveis por domicílios e os homens a 72,7% (IBGE, *Censo Demográfico 2000*, Tabela 1.2.1). O Censo Agropecuário de 2006 registra que “pouco mais de 600 mil estabelecimentos familiares (13,7%) eram dirigidos

por mulheres, enquanto na agricultura não familiar esta participação não chegava a 7,0%” (IBGE, *Censo Agropecuário 2006*, p. 21).⁶

Tabela 2 - Participação de homens e mulheres nas ocupações do grupamento agrícola

Posição na ocupação	Homens	Mulheres	Total
Empregados	4.172.392 (38,1%)	549.385 (10,7%)	4.721.777 (29,3%)
Conta própria	3.511.650 (32,1%)	528.235 (10,3%)	4.039.885 (25,1%)
Empregadores	434.815 (4,0%)	43.212 (0,8%)	478.885 (3,0%)
Não remunerados	2.832.872 (25,9%)	4.027.671 (78,2%)	6.860.543 (42,6%)
Total	10.951.792 (100%)	5.148.503 (100%)	16.100.232 (100%)

Fonte: IPEA, PNAD 2008, p.16. Cálculos percentuais das autoras desse trabalho.

Os dados da tabela 2 revelam, em primeiro lugar, a elevada participação das pessoas ocupadas sem obter remuneração (42,6%), no grupamento agrícola; as mulheres predominam nessa condição, pois do total de mulheres ocupadas, 78,2% não têm remuneração, o que ocorre com 25,9% dos homens ocupados. Em segundo lugar, entre as mulheres, apenas 10,3% trabalham por conta própria (provavelmente por serem titulares dos estabelecimentos agropecuários), o que ocorre com 32,1% dos homens. Finalmente, 0,8% das mulheres e 4,0% dos homens são empregadores e 10,3% das mulheres e 38,1% trabalham como empregados.

Com base nos dados das PNADs de 1993 a 2006, Hildete Pereira de Melo e Alberto Di Sabbato (2009) constataram a ocorrência da diminuição da taxa de participação das mulheres nas atividades agropecuárias: 24% em 1993; 22,5% em 2005; 19,3% em 1998; 16,1% em 2001; 16% em 2004; 15% em 2006. Os autores observam que “a queda da taxa de participação masculina também ocorreu, mas foi menor. Na realidade, houve um enxugamento da ocupação agropecuária no Brasil” (Melo e Di Sabbato, 2009, p. 51).

Como indicam os autores, mais recentemente, tem sido maior a transferência da população feminina do meio rural para as cidades (o que já aparecia nos

6 Lembramos que, no Censo Demográfico, a unidade de análise é o domicílio, enquanto que o Censo Agropecuário considera o estabelecimento como unidade de análise.

dados do Censo de 1950, mas de forma menos significativa do que atualmente), caracterizando “um movimento de masculinização do meio rural” (Melo e Di Sabbato, 2009, p. 42). No entanto, de acordo os autores, entre 2004 e 2006, houve, por um lado, uma retração da ocupação masculina na agropecuária e, por outro, a diminuição do ritmo de expulsão feminina (Melo e Di Sabbato, 2009, p.43-44).

O Pronaf

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi criado em 1996, como resposta do Estado às mobilizações dos agricultores familiares, lideradas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e pelo Departamento dos Trabalhadores Rurais da Central Única de trabalhadores (DNTR/CUT) (Schneider; Cazella; Mattei, 2004, p.23), realizadas desde o final da década de 1980, com vistas à inclusão dos ‘pequenos’ produtores agrícolas, pecuaristas, silvicultores, aquicultores, pescadores e extrativistas como beneficiários de crédito rural.

O programa tem como objetivo estimular a expansão da agricultura familiar, através da oferta de crédito e de apoio institucional, de forma altamente subsidiada (Guanziroli, 2007), criando e fortalecendo “as condições objetivas para o aumento da capacidade produtiva, a melhoria da qualidade de vida e o pleno exercício da cidadania no campo por parte daqueles que integram o regime da agricultura familiar” (Bianchini, 2005, p.3). Adicionalmente, como indicam Heredia e Cintrão (2006, p. 19), o Pronaf foi criado com o objetivo de “minimizar as desigualdades histórias existentes na zona rural no acesso às políticas que levam à concentração do crédito rural nos setores empresariais e patronais da agricultura, excluindo os agricultores familiares”.

O Pronaf foi consideravelmente ampliado a partir da safra agrícola 2002/2003 e estendido a 5.300 dos 5.563 municípios brasileiros (Bianchini, 2005, p.3), transformando-se numa das mais importantes políticas públicas brasileiras destinadas ao meio rural do país. Esse programa possibilitou uma ampla democratização do acesso ao crédito e deu visibilidade social a um público que até então apresentava dificuldades para a obtenção de financiamentos (Schneider; Cazella; Mattei, 2004, p.23). Graças ao ingresso de um maior número

de agricultores mais pobres entre os beneficiários do programa, com a criação de mecanismos para facilitar sua inclusão no programa de crédito, na safra 2004/2005, o número de contratos aumentou para 1,4 milhões (ultrapassando o patamar de cerca de 900 mil contratos/ano), assim como ocorreu o aumento de financiamentos alocados na Região Nordeste (Bianchini, 2005, p. 3).

Como se pode verificar na Tabela 3, entre 1998 e 1999, tanto o número de contratos como o volume de crédito quintuplicaram (variação de 174.286 para 926.422 no número de contratos e de R\$ 416 milhões para dois bilhões de reais no volume de recursos). Entre 1999 e 2004, o número de contratos passou de 926.422 a 1.635.051 (aumento de 76,5%) e o montante em moeda corrente nacional variou, respectivamente, de dois a seis bilhões de reais. Em 2006, apesar do número de contratos ter diminuído em relação ao ano anterior, o volume de crédito do Pronaf aumentou, característica que se manteve ao longo dos anos 1999 a 2009.

Tabela 3 - Número de contratos e volume do crédito do Pronaf por ano agrícola (1998/2011)

Ano	Contratos	Montante (R\$ 1,00)
1998/1999	174.286	416.368.553,83
1999/2000	926.422	2.149.434.466,14
2000/2001	893.112	2.168.486.228,50
2001/2002	932.927	2.189.275.083,64
2002/2003	904.214	2.376.465.864,08
2003/2004	1.390.168	4.490.478.228,25
2004/2005	1.635.051	6.131.600.933,40
2005/2006	1.913.043	7.611.929.143,94
2006/2007	1.692.545	8.434.174.741,99
2007/2008	1.649.287	9.082.136.304,82
2008/2009	1.449.685	10.985.479.331,86
2009/2010	1.366.325	10.626.236.251,73
2010/2011*	432.465	3.571.109.989,21
Total	15.359.530	70.233.175.121,39

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (2010). Base de dados do Crédito Pronaf. Consultado em: 22/11/2010. Disponível em: http://smap.mda.gov.br/credito/anoagricola/rel_anoagricola.asp?cboAnoInicio=1998/1999&cboAnoTermino=2010/2011&cboUF=&SiglaDaUF=&NomeDaUF=&cboCDMunicipio=

*Os dados referentes à safra 2010/2011 estão incompletos, porque o período considerado é de 1/07/2010 a 30/06/2011.

No relatório de gestão de 2008, da Secretaria de Agricultura Familiar, do Ministério de Desenvolvimento Agrário⁷, explicam-se a retração de 24% do número de contratos e nos valores da modalidade custeio (principal modalidade de financiamento do Pronaf), e aumento do montante da modalidade investimento (“que permite a ampliação da capacidade produtiva, a agregação de valor e renda, além da diversificação das fontes de renda dos agricultores familiares em relação ao ano anterior”), principalmente pela mudança na norma, que passou a incluir no grupo ‘agricultores familiares’ os agricultores que anteriormente faziam parte dos grupos C, D e E do Pronaf. Os motivos para a redução da utilização do Pronaf, em 2008, foram:

- a) o processo de renegociação de dívidas rurais, que influenciou a capacidade de pagamento dos agricultores;
- b) a implementação do sistema de monitoria de inadimplência do Pronaf grupo B (microcrédito rural), com suspensão da elaboração de novos contratos de crédito para municípios com taxa de inadimplência igual ou superior a 15%;
- c) a dinâmica para as operações de investimento é cíclica de longo prazo, por necessitar de maior prazo para pagamento da operação, mantendo congelada a capacidade de pagamento do agricultor e limitando a contratação de novas operações;
- d) entraves junto ao INCRA, tendo a ver com a regularização ambiental e com a insuficiência operacional daquela instituição (MDA, 2009, p. 12-13).

Embora tenha ocorrido uma ampliação significativa no número de usuários do Pronaf, para financiamento de custeio e investimento das atividades agropecuárias, ele ainda é baixo, tendo em vista que, do total de 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar identificados no Censo Agropecuário 2006, representando 84,4% dos estabelecimentos brasileiros, apenas 19% obtiveram financiamento naquele ano (Tabela 4).

7 Disponível em: www.mda.gov.br/portal/arquivos/view/presta-o-contas/Relat_2008_SAF.pdf. Consultado em 29/11/2010.

Tabela 4 – Estabelecimentos da agricultura familiar e da agricultura não familiar que obtiveram financiamento, por finalidade – Brasil –2006

Finalidade	Agricultura familiar (Lei n. 11.326)	Agricultura não familiar	Total
Investimento	343.981 (87,0%)	51.444 (13,0%)	395.425 (100%)
Custeio	405.874 (82,4%)	86.754 (17,6%)	492.628 (100%)
Comercialização	8.285 (78,5%)	2.269 (21,5%)	10.554 (100%)
Manutenção do estabelecimento	73.818 (85,6%)	12.400 (14,4%)	86.218 (100%)
Total	831.958 (84,5%)	152.867 (15,5%)	984.825 (100%)

Fonte: Censo Agropecuário 2006 – Agricultura Familiar, primeiros resultados. Rio de Janeiro, IBGE, 2006, p. 34.

Tabela 5 – Motivos para a não obtenção de financiamento, em estabelecimentos da agricultura familiar e da agricultura não familiar – Brasil – 2006

Motivos para a não obtenção de financiamento	Agricultura familiar (Lei n. 11.326)	Agricultura não familiar	Total
Falta de garantia pessoal	68.923 (1,9%)	9.061 (1,4%)	77.984 (1,8%)
Não sabe como conseguir	56.205 (1,6%)	5.528 (0,8%)	61.733 (1,5%)
Burocracia	301.242 (8,4%)	54.509 (8,2%)	355.751 (8,4%)
Falta de pagamento do empréstimo anterior	116.861 (3,3%)	16.558 (2,5%)	133.419 (3,1%)
Medo de contrair dívidas	783.741 (21,9%)	94.882 (14,2%)	878.623 (20,7%)
Outro motivo	462.701 (12,9%)	75.667 (11,3%)	538.368 (12,6%)
Não precisou	1.792.692 (50,0%)	412.238 (61,7%)	2.208.930 (51,9%)
Total	3.586.365 (100%)	668.443 (100%)	4.254.808 (100%)

Fonte: Censo Agropecuário 2006 – Agricultura Familiar, primeiros resultados. Rio de Janeiro, IBGE, 2006, p. 34.

Levando-se em conta os motivos para a não utilização de financiamento (Tabela 5), a metade dos responsáveis pelos estabelecimentos considerados informou que ‘não precisou’, o que pode indicar tanto a existência de um financiamento obtido anteriormente e com os pagamentos em dia (o que é diferente da resposta ‘falta de pagamento de empréstimo anterior’), como o fato de que grande parte desses estabelecimentos mantém uma agricultura basicamente de subsistência,

o que é corroborado pela informação da PNAD 2008 de que 43% das pessoas ocupadas em atividade agrícola naquele ano não têm nenhum rendimento e 35% têm rendimento mensal de até um salário mínimo⁸ (IPEA, 2010, p. 12).

De acordo com o Censo Agropecuário, que teve como base o ano de 2006, o número de contratos de financiamento era 831.958 (Tabela 3), enquanto os dados da SAF/MDA registram 1.372.361 contratos para o mesmo ano (Tabela 2). As diferenças entre as duas fontes de informações podem ser explicadas pelo fato do Censo utilizar uma amostra dos estabelecimentos, considerando o estabelecimento como unidade de análise, enquanto a SAF/MDA trabalha com a população de usuários de crédito e adiciona os diferentes contratos efetivados pelos responsáveis de cada estabelecimento (um produtor pode receber, num mesmo ano fiscal, créditos para mais de uma finalidade). Além disso, o Censo tem como base o ano fiscal (janeiro a dezembro), enquanto o MDA considera o ano agrícola (julho a junho).

Ao longo dos anos, além de variar em importância, também ocorreram variações na aplicação dos recursos para custeio e investimento do Pronaf entre as grandes regiões do país. Como mostram Schneider, Cazella e Mattei (2004, p.34-5), a maioria dos contratos de crédito do Pronaf concentrava-se na Região Sul, seguida das Regiões Nordeste e Sudeste. Em 1996, por exemplo, 77,9% dos contratos e 64,7% dos recursos foram destinados à Região Sul; essa região detinha 66,9% dos contratos e 64,1% dos recursos em 1997 e 60,5% dos contratos e 43,4% dos recursos em 1998. A melhor distribuição espacial dos contratos e dos recursos é demonstrada pelo aumento da participação do Nordeste, que registrava 13,4% dos contratos e 13,9% dos recursos em 1996; 24,6% dos contratos e 37,3% dos recursos em 1998;⁹ e 60,2% dos contratos e 26,0% dos recursos em 2006.¹⁰ Nesse último ano, a Região Sul detinha 22,1% dos con-

8 Ressaltamos que, quando se considera a renda domiciliar *per capita*, 80% dos trabalhadores para o próprio consumo e dos trabalhadores não remunerados da unidade familiar têm rendimento mensal de até um salário mínimo, o que ocorre com 68% dos trabalhadores por conta própria na agricultura, silvicultura ou pecuária (sem empregado e contando, ou não, com ajuda de trabalhador não remunerado) (IPEA, 2010, p. 13).

9 Schneider, Cazella e Mattei, 2004: Quadro 2, p.35.

10 Dados do Anuário Banco Central do Brasil, 2006, p. 1179-1180.

tratos e recebeu 40,7% dos recursos de crédito para custeio e investimento da lavoura e da pecuária da agricultura familiar.¹¹

A maior presença dos agricultores familiares da Região Sul no programa de financiamento do Pronaf foi justificada por Schneider, Cazella e Mattei (2004, p.34) pelo peso econômico e pressões políticas das agroindústrias da região sobre os órgãos responsáveis pela alocação dos recursos financeiros e por um nível maior de organização e uma tradição de luta pelo crédito rural dos agricultores familiares. No que diz respeito à Região Nordeste, a elevação do número de contratos deve-se ao aumento da inclusão de agricultores familiares mais pobres no programa (Grupo B), como resultado das campanhas de mobilização, esclarecimentos e fornecimento de documentos, assim como aos relativamente baixos valores dos financiamentos (média de R\$ 1.104,17 para investimento e de R\$ 1.958,29 para custeio) (Banco Central do Brasil, 2006, p.1179-1180). Na Região Sul, o número de contratos é inferior ao do Nordeste, mas os valores médios por contrato são maiores: R\$ 9.560,53 para investimento e R\$ 4.263,51 para custeio (Banco Central do Brasil, 2006, p.1179-1180).

Na safra 2003/2004, foram criadas novas linhas de financiamento, visando estimular algumas produções ou atender a alguns grupos específicos. As novas modalidades de crédito eram: Pronaf Alimentos, com vistas a estimular a produção de arroz, feijão, milho, mandioca e trigo; Pronaf Pesca; Pronaf Agroecologia; Pronaf Turismo Rural; Pronaf Custeio de Agriculturas Familiares; Pronaf Cotas-Partes, para financiamento de integralização de cotas-partes em cooperativas de crédito rural; Pronaf Mulher; Pronaf Jovem; Pronaf Semiárido e Pronaf Máquinas e equipamentos.

11 Esclarecemos que, quando considerados o número de contratos e os valores do financiamento para cada região, há uma variação considerável no que diz respeito ao destino agrícola ou pecuária. Na Região Nordeste, por exemplo, o valor total de crédito para investimento na pecuária é três vezes superior ao do valor de crédito para investimento agrícola; na Região Centro Oeste os recursos totais para investimento da pecuária são muito superiores (na razão de 1/40) aos recursos destinados ao investimento das atividades agrícolas; na Região Sul, por outro lado, o maior montante dos recursos é destinado ao custeio e ao investimento agrícola (94,7% do total dos recursos totais em custeio e 59% dos recursos totais em investimento) (Banco Central do Brasil, 2006, p. 1179-1180).

Entre o sonho e a realidade: O crédito rural para mulheres

Na safra 2004/2005, foi estabelecido um novo grupo de enquadramento ao Pronaf, o Grupo E, que passou a abranger agricultores familiares com renda bruta anual entre R\$ 40.000,00 e R\$ 60.000,00, incluídas as rendas provenientes de atividades não agrícolas e excluídos os benefícios sociais e previdenciários decorrentes de atividade rural (Manual de Crédito Rural - Plano Safra da Agricultura Familiar – 2004/2005).

No plano safra 2008/2009, foram extintos os grupos C, D e E do Pronaf, que passaram a constituir uma única categoria intitulada Agricultura Familiar. As taxas de juros foram reduzidas: para os financiamentos de custeio, as taxas ficaram entre 1,5% e 5,5% ao ano (antes, variavam entre 3% e 5,5% para os grupos C, D e E); as operações de investimento tiveram juros entre 1% e 5% anuais, enquanto anteriormente variavam entre 2% e 5,5% ao ano¹². A variação das taxas de juros é associada à renda bruta anual dos estabelecimentos, conforme os dados do quadro abaixo.

Quadro 1 – Valores e taxas de juros do plano safra 2008 – 2009.

Para contratos de Custeio:	Para contratos de Investimento:
Renda bruta/ano – Taxa de juros/ano	Renda bruta/ano – Taxa de juros/ano
Até R\$ 5 mil - 1,5%	Até R\$ 7 mil - 1%
De R\$ 5 mil a R\$ 10 mil - 3%	De R\$ 7 mil a R\$ 18 mil - 2%
De R\$ 10 mil a R\$ 20 mil - 4,5%	De R\$ 18 mil a R\$ 28 mil - 4%
De R\$ 20 mil a 30 mil - 5,5%	De R\$ 28 mil a R\$ 36 mil - 5,5%

Fonte: *Agrosoft*, Edição n.107, de 07/05/2008. Disponível em: <http://www.agrosoft.org.br/agropag/100805.htm>. Consultado em 15/11/2010.

12 O caráter de subsídio do Pronaf pode ser constatado com base na Taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), que consiste numa taxa referencial de juros para cobrança, restituição e compensação de títulos federais. Em 2008, as taxas Selic correspondiam a 11,91% ao ano, resultado da soma da taxa Selic para os meses de janeiro a dezembro de 2008 (janeiro= 0,93%; fevereiro=0,80%; março=0,93%; abril=0,90%; maio=0,88%; junho=0,96%; julho=1,07%; agosto=1,02%; setembro=1,10%; outubro=1,18%; novembro=1,02%; dezembro=1,12%). Fonte: Receita Federal, disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/pagamentos/jrselic.htm>. Consultado em 27/11/2010.

No Plano Safra 2009/2010, o Governo Federal destinou 107,5 bilhões para a agricultura, sendo 92,5 bilhões para a agricultura não familiar e 15 bilhões para a agricultura familiar, a serem utilizados através do Pronaf, nas modalidades custeio e investimento (BRASIL, 2010). Com base em informações do MDA¹³, o Pronaf Custeio teve ampliação de R\$ 30 mil para R\$ 40 mil do limite máximo dos financiamentos por agricultor, enquanto o microcrédito rural teve o limite de financiamento ampliado de R\$ 1,5 mil para R\$ 2 mil. O Pronaf Mulher, que antes possibilitava apenas um contrato, passou a permitir a contratação de até três operações de custeio ou investimento para mulheres agricultoras de unidades familiares de produção que haviam recebido financiamentos anteriores por meio dos Grupos A ou A/C (custeio ou investimento da reforma agrária); e até duas operações por unidade familiar para os demais casos. Outras modalidades do Pronaf foram criadas ou ampliadas: o financiamento de veículos utilitários (veículos de carga, automotores, elétricos ou de tração animal adequados às condições rurais, tais como caminhões, caminhões frigoríficos, isotérmicos ou graneleiros, camionetes de carga, reboques ou semirreboques e motocicletas adaptadas à atividade rural); o Pronaf Mais Alimentos, linha que financia projetos de infraestrutura para as propriedades familiares, de até R\$ 100 mil, passou a contemplar uma gama maior de atividades, incluindo apicultura, aqüicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, pesca e suinocultura e a produção de açafrão, arroz, café, centeio, feijão, mandioca, milho, sorgo e trigo.

Adicionalmente, o Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010 consolidou o mercado da alimentação escolar da educação básica, do ensino médio e da educação de jovens e adultos da rede pública de ensino para os produtos da agricultura familiar. A Lei 11.947/2009 prevê que no mínimo 30% dos recursos financeiros destinados à merenda escolar sejam adquiridos de agricultores familiares e empreendedores familiares rurais, sem licitação. A mencionada lei também estabelece: a utilização de alimentos que respeitem a cultura e os hábitos alimentares de cada região atendida pelo Programa Nacional de Alimentação; a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem; a participação da comunidade no controle social para garantir

13 Portal do MDA. Disponível em: http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=3593108. Consultado em 15/11/2010.

a oferta da alimentação escolar saudável e adequada; e o incentivo à aquisição de gêneros alimentícios produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar, priorizando os assentamentos da reforma agrária e as comunidades indígenas e quilombolas.¹⁴

No Plano Safra 2010/2011 (vigente de 1 de julho de 2010 a 30 de junho de 2011), os recursos para a agricultura familiar atingem 16 bilhões, sendo R\$ 7,3 bilhões para as operações de custeio e 5,7 bilhões para investimentos.¹⁵ Nesse período, a região Nordeste deverá receber R\$ 1,3 bilhão, dos quais R\$ 546 milhões (42% do total) serão destinados aos agricultores familiares que possuem renda bruta anual de até R\$ 6 mil, enquadrados no grupo B do Pronaf;¹⁶ o estado do Paraná receberá 1,09 bilhões de reais para custeio e 400 milhões para investimentos; o estado do Rio Grande do Sul receberá R\$ 2,5 bilhões, representando um incremento de um bilhão de reais em relação ao montante liberado no ano anterior.¹⁷

As diferenças na distribuição dos recursos do Pronaf entre as regiões explicam-se, por um lado, pelo aumento do valor máximo de renda bruta familiar para enquadramento no programa (que era de 60 mil reais, em 2004/2005, e passou a 110 mil reais, em 2010/2011), o que favorece os produtores que se concentram na Região Sul (produtores de soja, milho, aves, suínos e leite, entre outros) e, por outro, no grande número de contratos de menor valor na Região Nordeste.

Na tabela 5, apresentam-se os dados referentes ao número de contratos e de recursos liberados para o estado do Rio Grande do Sul no período de 1988 a 2008, indicando o considerável aumento registrado a partir da safra 1999/2000 e, posteriormente, a partir das safras 2003/2004 e 2004/2005.

14 'A Lei 11.947/2009 e as novas diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar', disponível em http://rebrae.com.br/artigo/alim_rebrae.pdf. Consultado em 26/11/2010.

15 Informação do Boletim Informativo – FAEP, disponível em: www.faepe.com.br/boletim/bi1014pag06.htm. Acesso em: 14/07/2010.

16 Notícia 'Estado terá R\$ 234 mil do Plano Safra 2010/11', do Diário do Nordeste de 19/06/2010.

17 Informação do Jornal do Comércio de 19/06/2010, disponível em: <http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=31452&codp=21&codni=3>. Consultado em 14/07/2010.

Tabela 5 - Número de contratos e recursos do PRONAF liberados para o Rio Grande do Sul (1998-2008)

Safra Agrícola	Número de Contratos	Recursos (R\$)
1998/1999	42.487	95.695.802,03
1999/2000	310.592	544.584.618,30
2000/2001	285.169	547.624.808,05
2001/2002	270.593	600.963.626,82
2002/2003	252.886	650.599.888,55
2003/2004	270.037	949.608.194,87
2004/2005	354.078	1.350.093.569,57
2005/2006	343.680	1.399.822.482,14
2006/2007	287.302	1.442.733.588,19
2007/2008	233.706	1.207.205.869,46
Total	2.650.530	8.788.932.447,98

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Base de dados do Crédito Pronaf. Disponível em: http://smap.mda.gov.br/credito/anoagricola/ano_agricola.asp. Consultado em 20/11/2009.

O Pronaf Mulher e a realidade do sonho

O Pronaf Mulher tem o objetivo de financiar investimentos para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato ou outras atividades de interesse da mulher agricultora, independentemente do estado civil (BRASIL, 2009) e consiste num valor adicional de 50% ao montante de recursos já disponibilizados para os agricultores familiares enquadrados nas linhas C e D (Butto e Hora, 2008, p. 32).

Mesmo antes da criação do Pronaf Mulher, em 2003, as mulheres podiam ser titulares de financiamentos, mas, como indica o gráfico 2, nas safras 2001/2002 e 2002/2003, isto é, antes da criação do Pronaf Mulher, sua participação no número total de contratos e nos valores totais financiados era equivalente à sua participação como responsáveis por estabelecimentos agropecuários. O Pronaf Mulher transformou-se numa linha específica de investimentos a partir do Pla-

no Safra 2003/2004, quando foi aberta às mulheres a possibilidade de obtenção de um crédito específico, que não comprometesse as verbas já alocadas aos responsáveis por estabelecimentos. Ele foi uma resposta às fortes demandas apresentadas pelos movimentos de mulheres do campo, visando à necessidade de as mulheres serem consideradas como sujeitos autônomos e não apenas como parte de uma relação familiar representada pelos maridos (Faria, 2009, p. 22-23). Desde a sua origem, o programa passou por distintas reformulações, especialmente na inclusão de novas categorias de beneficiadas e nos valores monetários a serem retirados pelas mulheres. Entre as mudanças geradas ao longo do tempo, está a inclusão das mulheres assentadas pela Reforma Agrária (Grupo A) e das mulheres de baixa renda (Grupo B). Além disso, o Documento de Aptidão ao Crédito (DAP) passou a ser feito, obrigatoriamente, em nome do casal.

No quadro a seguir, apresentamos as características do Pronaf Mulher referentes aos três últimos Planos Safras. Além das mudanças de formato, com vistas a sanar algumas dificuldades encontradas para a inclusão das mulheres no Pronaf, de acordo com Butto (s/d), foram realizadas ações de difusão, capacitação e avaliação sobre o crédito para as mulheres junto a organizações de mulheres da sociedade civil. Foram adotadas, também, orientações padronizadas sobre a concessão do Pronaf Mulher, entre os gestores nacionais do Pronaf e representações nacionais dos agentes financeiros e qualificação dos operadores locais.

Quadro 2 – Características das mulheres beneficiadas no PRONAF, condições de juro e prazos de pagamento.

Plano Safra 2008/2009		
Beneficiadas Mulheres enquadradas no Grupo A, A/C e B e demais mulheres enquadradas como agricultoras familiares (antiga linha C, D e E).	Valores e Juros Grupo A, A/C e B até 1,5 mil. Grupo A. Familiar; Até R\$ 7 mil – juro de 1% a.a.; De R\$ 7 mil a R\$ 18 mil – juro de 2% a.a.; De R\$ 18 mil a R\$ 28 mil – juro de 4% a.a.; De R\$ 28 mil a R\$ 36 mil – juro de 5,5% a.a.	Prazos para pagamento Até 2 anos para os grupos A, A/C e B. Para os demais: até 8 anos, podendo ter 3 anos de carência.
Plano Safra 2009/2010		
Beneficiadas A, A/C e B e demais mulheres enquadradas na linha Agricultura Familiar.	Valores e Juros Até 7 mil – juro de 1% a.a.; Entre 7 mil até 18 mil – juro de 2% a.a.; Entre 18 mil até 28 mil – juro de 4% a.a.; Entre 28 mil até 36 mil – juro de 5% a.a.	Prazos Até 8 anos.
Plano Safra 2010/2011		
Beneficiadas Mulheres enquadradas como agricultoras familiares.	Valores e Juros Até 10 mil – juro de 1% a.a. Entre 10 mil e 20 mil – juro de 2% a.a. Entre 20 e 50 mil – 4% a.a.	Prazos Até 10 anos, incluídos até três anos de carência, que poderá ser ampliada para até 5 anos quando a atividade assistida exigir esse prazo.

Fonte: Brasil, (2010).

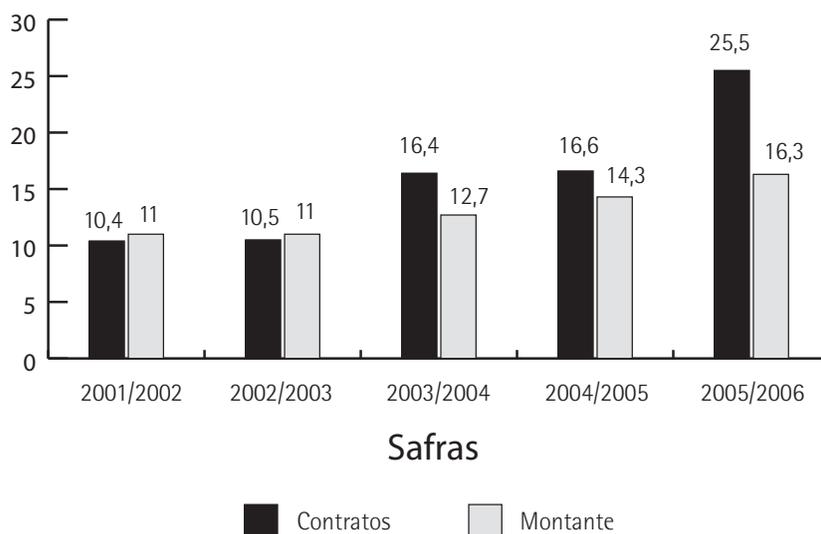
Neste último ano, observa-se o aumento do valor máximo a ser retirado pelas mulheres, em relação aos dois anos anteriores, chegando a R\$ 50.000,00. No atual Plano Safra, também foram alterados os prazos para o pagamento das dívidas, com aumento do tempo para pagamento dos investimentos, e a diminuição da taxa de juros.

Quanto à participação das mulheres como tomadoras de crédito, Osorio Hernández (2009), afirma que, apesar da meta fixada em 2001 pelo Programa de Ações Afirmativas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que estabeleceu que 30% dos créditos do Pronaf seriam destinados às mulheres, não ter sido atingida, a participação das mulheres entre os tomadores de crédito rural vem aumentando (Osorio Hernández, 2009, p. 78). Nos Planos Safras

Entre o sonho e a realidade: O crédito rural para mulheres

mais recentes (2008/2009; 2009/2010 e 2010/2011), houve aumento nos valores passíveis de contratação pelas mulheres.

Gráfico 2 - Evolução da participação das mulheres no número de contratos e no montante de recursos do Pronaf, safras 2001/2002 a 2005/2006 em porcentagem.



Fonte: Osorio Hernández (2009, p. 77), com base em dados do MDA/NEAD (2005) e Brasil (2008).

Como se pode verificar, no gráfico 2, a partir da criação do Pronaf Mulher, no Plano Safra 2003/2004, a participação de mulheres no número de contratos de financiamento aumentou, embora o número de operações de crédito realizadas pelos homens seja quase três vezes superior às operações contratadas por mulheres: na safra agrícola de 2005/2006, o número de contratos realizados pelas mulheres chegou a 487.924, enquanto os homens atingiram o montante de 1.420.353 contratos. No que diz respeito ao montante dos financiamentos, o aumento do número de contratos destinados a mulheres foi acompanhado pela diminuição relativa dos valores por elas recebidos, o que resulta de sua maior participação nos contratos de valores mais baixos (microcrédito) (MDA, 2010).

No Plano Safra 2003/2004, enquanto a participação das mulheres no Pronaf Mulher equivaleu a 9% do total de financiamentos (aproximadamente R\$ 2 milhões) (Zorzi, 2008), nos anos seguintes, as mulheres tiveram maior parti-

cipação: em 2005/2006, foram realizados 8.882 contratos de financiamento pelo Pronaf Mulher, totalizando 56 milhões; já em 2006/2007, foram efetivados 10.851 contratos, atingindo um volume aproximado de R\$ 63 milhões emprestados através da linha Pronaf Mulher (BRASIL, II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, 2008).

Entre os resultados positivos da inclusão das mulheres no Pronaf, está um crescimento real de 31,5% dos rendimentos das mulheres rurais, ocorrido entre 2004 e 2006 (Melo e Di Sabbato, 2009, p. 60). Para os homens também houve aumento nos rendimentos, mas bem mais modesto, isto é, ele foi de 8,9% no período. No entanto, é preciso reconhecer, como Melo e Di Sabbato (2009, p. 60), que a melhoria dos rendimentos da agropecuária está relacionada tanto ao Pronaf como à política de elevação do salário mínimo. Além desses aspectos, outros programas sociais - como aposentadorias, pensões e o programa Bolsa Família - também têm contribuído para a melhoria dos rendimentos das mulheres rurais. Adicionalmente, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)¹⁸ constitui uma das principais ações governamentais fortalecedoras do Pronaf, uma vez que atua na esfera da comercialização da produção financiada e, através dela, tem um efeito direto na melhoria da renda de agricultores e agricultoras.

Embora seja difícil mensurar, é inegável que os recursos distribuídos pelo Pronaf contribuem para a melhoria de renda e de condições de vida dos agricultores familiares beneficiados. Um exemplo disso são os pescadores de Rio Grande (RS), que ficaram sem financiamento do Pronaf entre 2007 e 2010, devido ao alto nível de inadimplência da categoria como resultado de safras de camarão frustradas. Diversas pessoas entrevistadas naquele município, durante nossa pesquisa de campo, em 2009, informaram que, devido à falta de crédito, eles tiveram seu poder aquisitivo diminuído. Com os recursos do Pronaf, eles costumavam fazer a manutenção dos barcos de pesca e consertar ou adquirir novas

18 O PAA foi instituído pelo Art. 19 da Lei n. 10.696, de 02 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto n. 6.447, de 07 de maio de 2008, tendo como finalidade o apoio aos agricultores familiares, por meio da aquisição de alimentos de sua produção, com dispensa de licitação. Os alimentos adquiridos diretamente dos agricultores familiares ou de suas associações e cooperativas são destinados à formação de estoques governamentais ou à doação para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais. Eles também são utilizados para a merenda escolar, nas escolas públicas de todo o país.

redes, o que não puderam fazer nos três anos de restrição ao crédito. Além de postergar essas despesas para o futuro - quando o financiamento será reaberto para eles, a necessidade de recursos para repor os instrumentos de trabalho será maior - e sem poder 'rolar' as dívidas (novos financiamentos para ajudar a pagar os antigos), como costumavam fazer, os pescadores precisaram pagar as parcelas de financiamento que iam vencendo, utilizando para isso recursos necessários à sua manutenção cotidiana.

Como relatam os autores das Cirandas do Pronaf para Mulheres (2005),¹⁹ com base nas discussões do Grupo de Trabalho de Gênero e Crédito, coordenado pela Assessoria Especial Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE), do MDA, realizadas em 2004, apesar dos avanços registrados, a participação das mulheres como tomadoras de crédito rural foi menor do que o esperado. Os motivos para isso foram: a) a baixa autonomia econômica e dificuldade de gerenciamento dos recursos que são fruto de seu trabalho, devidos à falta de domínio dos espaços de gestão e comercialização de sua produção; b) muitas mulheres carecem de documentação pessoal básica (carteira de identidade, certidão de casamento, título de eleitor, cadastro de pessoa física (CPF), necessário para a abertura de conta em banco e acesso a diversos programas governamentais) e de título de propriedade da terra, o que afeta suas possibilidades de acesso ao crédito, pela inexistência de garantias; c) o endividamento do marido, muitas vezes desconhecido pelas mulheres, o que impossibilita seu acesso ao crédito, uma vez que o financiamento do Pronaf é atribuído à unidade familiar; d) o medo das mulheres em assumir uma dívida que elas temem não poder pagar. Com base nesse diagnóstico, o MDA promoveu mutirões de documentação em várias regiões do país e a mudança da legislação, que passou a incluir as mulheres como titulares das terras da Reforma Agrária e nos formulários das DAPs, como uma forma de torná-las cientes dos financiamentos obtidos pelos maridos e partícipes da gestão do crédito, uma vez que esse é destinado à unidade de produção familiar como um todo.

19 Atividade desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Governo Federal, em cinco oficinas regionais realizadas em 2005, destinado a divulgar e avaliar a relação das mulheres trabalhadoras rurais com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e em especial a linha de crédito Pronaf Mulher (Cirandas do Pronaf para mulheres, 2005, p. 8).

Nas pesquisas de campo realizadas nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, foi possível constatar conquistas e dificuldades encontradas pelas mulheres para a solicitação e contratação de financiamento pelo Pronaf.

O primeiro aspecto refere-se aos documentos pessoais e à conta bancária. De um modo geral, a partir das mobilizações das mulheres realizadas nos anos 1980 e da obtenção de direitos à seguridade social, as mulheres precisaram contar com registro de nascimento e carteira de identidade, ser registradas nos sindicatos de trabalhadoras rurais e constar nos blocos de venda dos produtos dos estabelecimentos, para comprovar sua situação de ‘agricultora familiar’. A demanda das mulheres pelo Pronaf Mulher acabou estimulando a busca por outros documentos necessários para preencher o Documento de Aptidão ao Crédito e para abrir uma conta bancária, como o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) junto à Receita Federal, em seu próprio nome. O processo de inclusão como cidadãs culmina com a abertura da conta e a alocação do financiamento, quando as mulheres recebem um cartão de crédito para movimentar os recursos. É inegável o aumento da autoestima e de poder das mulheres à medida que passam a contar com novos documentos e a administrar os recursos recebidos.

Algumas mulheres beneficiadas com o Pronaf Mulher nunca tinham entrado num banco anteriormente. As entrevistadas que informaram ter ido a bancos antes de receber recursos do Pronaf geralmente se limitavam a pagar contas, receber pagamentos referentes ao leite ou algo semelhante e jamais tinham tido contato com outro funcionário que não trabalhasse nesse setor. A partir do Pronaf Mulher, algumas mulheres passaram a circular pelos demais espaços das agências bancárias e a entrar ‘nas outras salas’, onde ficam os setores responsáveis pela elaboração de pedidos de crédito, a conversar com o gerente e/ou agentes de créditos e também a serem chamadas por seus próprios nomes e não como esposas de ‘fulano de tal’.

Desde que receberam o financiamento do Pronaf Mulher, as entrevistadas também passaram a se defrontar com questões burocráticas, antes realizadas somente pelos maridos. Para algumas, entrar pela ‘primeira vez’ no banco e preocupar-se com a documentação foram situações novas e fortalecedoras de reconhecimento externo e de aquisição de confiança em si mesmas. Além disso, fazer significa aprender. Como indica Osorio Hernández (2009), ‘sair do espaço privado’ e poder transitar pelo ‘espaço público’, que socialmente é destinado

aos homens, representa independência, ganho simbólico e econômico importante para as mulheres.

No âmbito familiar, Zorzi (2008) e Osorio Hernández (2009) apontam que as principais contribuições do Pronaf Mulher estão relacionadas ao aumento da autoestima, pelo fato de as mulheres se sentirem capazes de gerir todo o processo de seu trabalho, desde a produção até a comercialização e também de contribuir financeiramente para o bem estar de sua família, além de, às vezes, ajudarem os maridos a quitar dívidas.

Em nossa pesquisa, foi possível identificar que, através da renda gerada pelo investimento do Pronaf Mulher, as beneficiadas adquiriram móveis para casa (fogão, liquidificador, batedeira, sofá), reinvestiram em atividades produtivas do estabelecimento ou incrementaram a atividade para a qual foi destinado o recurso do Pronaf Mulher²⁰, compraram roupas (para a família) e auxiliaram a pagar os estudos dos filhos. Uma mulher, entrevistada em Ijuí (RS), ajudou o marido a quitar dívidas. Nessas condições, além da possibilidade de garantir uma renda ‘a mais’, que permite adquirir ou investir em alguns bens ou melhorar a situação familiar, as mulheres sentem-se capazes de contribuir economicamente, o que é motivo de satisfação para elas. As expressões das entrevistadas refletem a valorização, a ajuda e o reconhecimento: ‘a gente se sente valorizada porque também pode ajudar’, ‘ajudar o marido a tocar a propriedade’, ‘é reconhecida’. Há relatos, ainda, de, graças aos investimentos do Pronaf Mulher, ter sido possível evitar a migração da família para a cidade, iniciando-se uma atividade distinta da produção de soja, que havia sofrido com a seca nos anos anteriores à pesquisa de campo (Zorzi, 2008, p. 84), ou a criar postos de trabalho para os filhos, que estavam trabalhando em atividades fora da propriedade (como um dos casos examinados em nossa pesquisa, no estado de Santa Catarina).

Entre as dificuldades encontradas, estão os aspectos que envolvem a gestão do crédito: acesso à informação sobre o programa, a definição da atividade a ser desenvolvida com os recursos do Pronaf, o apoio na formulação do projeto e no

20 Como destaca uma beneficiária do Pronaf Mulher de Ijuí (RS), que passou a fornecer panificados para as festas da comunidade: ‘se não fosse o maquinário adquirido através do financiamento do Pronaf Mulher, eu não conseguiria produzir tanto. Para a última festa, foram cinquenta cucas’ (Zorzi, 2008, p.105).

acompanhamento da atividade financiada, a concessão do crédito e os critérios bancários.

No que se refere à informação, talvez a primeira dificuldade seja o conhecimento sobre o Pronaf Mulher pelas próprias mulheres e/ou pelos agentes de extensão e crédito rural. Na pesquisa realizada nos dois estados da região Sul do Brasil, foi possível constatar que inúmeras mulheres desconhecem o programa; enquanto outras somente tomaram conhecimento dele através do efeito-demonstração, ao encontrarem alguma mulher que o havia utilizado. Na pesquisa das autoras, verificaram-se casos em que as beneficiadas nem mesmo sabiam que o crédito solicitado era o Pronaf específico para a mulher: em três propriedades, as beneficiadas afirmaram não saber que o crédito investido em vacas de leite e em maquinário agrícola era o Pronaf Mulher; elas acreditavam tratar-se de outra linha de financiamento, a mesma que os maridos utilizavam.

Com relação à falta de conhecimento pelos agentes de crédito e extensão, em uma das entrevistas realizadas em Santa Catarina com uma dirigente sindical, a mesma relata que diversas mulheres dos municípios vizinhos telefonavam para o sindicato buscando informações sobre o Pronaf Mulher, pois as agências bancárias dos seus municípios não dispunham de informações sobre o programa. Em alguns casos, os próprios agentes, devido à desinformação, colocavam em dúvida se havia realmente um crédito específico para as mulheres.

Outro aspecto relacionado às informações do Pronaf Mulher é a falta de clareza do que pode ou não pode ser financiado pelas trabalhadoras dentro do programa. De acordo com os agentes de crédito do município de Constantina (RS), as primeiras orientações - no primeiro Plano Safra em que constava o Pronaf Mulher - que receberam da gerência central do banco limitavam a disponibilização do recurso do Pronaf Mulher para financiar atividades de interesse das mulheres, entre as quais o artesanato e panificados. No entanto, no ano seguinte, foram reavaliados os objetivos e as normas do Pronaf Mulher e concluíram que o programa não excluía melhorias nas atividades já exercidas nas propriedades pelas mulheres, permitindo investir em maquinário, animais e instalações. Além disso, os mesmos agentes ressaltam que as mulheres podem investir em atividades do seu interesse sem utilizar a linha Pronaf Mulher. Por exemplo, se uma mulher deseja investir em uma agroindústria, ela pode usar recursos do Pronaf Agroindústria ou do Pronaf Mulher. Esses casos de sobreposição das linhas ou

falta de esclarecimento das beneficiadas levam as mulheres a tomar o investimento do Pronaf Mulher, sem saber que se trata de um crédito específico para as trabalhadoras rurais, conforme já ressaltado acima.

Outros aspectos limitantes no acesso à informação, tanto dos agentes bancários e extensionistas sobre o Pronaf Mulher como dos beneficiados(as) potenciais são: a) a concepção de muitos técnicos agrícolas de que a agricultura familiar deve ser vista numa perspectiva sistêmica e eles se preocupam com a preservação da harmonia familiar, pela manutenção dos papéis tradicionais reservados a homens e mulheres dentro das famílias e, por isso, temem que a particularização do financiamento em programas específicos, direcionados a mulheres ou a jovens, possa provocar rupturas e problemas; b) dificuldade de imaginar a possibilidade de existência de projetos alternativos, capazes de serem desenvolvidos pelas mulheres, de forma autônoma; c) necessidade da concordância dos maridos aos projetos a serem propostos pelas mulheres; d) insuficiência do número de técnicos agrícolas face ao aumento do número de beneficiários e da variedade de projetos.

O resultado disso é que muitos técnicos e agentes de banco, com frequência, preferem estimular as mulheres a solicitar crédito em linhas já utilizadas pelos homens, principalmente quando os limites máximos de financiamento em projetos por eles contratados ainda não foram alcançados.

O número de técnicos é insuficiente, tanto para a pesquisa necessária para a formulação de projetos para novas atividades, que sejam ao mesmo tempo capazes de serem desenvolvidas pelas mulheres e economicamente viáveis, como para o acompanhamento das atividades financiadas. Guanziroli (2007), por exemplo, destaca a falta de assistência técnica ou a baixa qualificação dos técnicos, o número insuficiente de técnicos, a ausência de técnicos formados com visão de mercados, comercialização e agregação de valor como fatores negativos no processo de geração de renda dos agricultores que aplicaram investimentos do Pronaf (em especial do Pronaf Mulher).

Devido à falta de pessoal, de acordo com a gerente de uma agência Cresol, em Santa Catarina, quando não é possível trabalhar o projeto do Pronaf Mulher para uma nova atividade de interesse da mulher (tal como artesanato, panificados, embutidos ou outros), com um estudo da viabilidade econômica, de

mercado, de matéria-prima, entre outros aspectos, ela é convencida a solicitar recursos para aplicar numa atividade conhecida, ou seja, uma atividade já desenvolvida na propriedade. Nesse sentido, segundo Schneider e Gazolla (2005), há uma demanda reprimida de crédito que vem desde as décadas anteriores e, para cobrir a demanda para modernizar as propriedades e melhorar as condições de trabalho, os agricultores acabam plantando o que a política pública financia.²¹

A assistência técnica faz-se de maneira mais efetiva quando existe uma experiência prévia de participação das mulheres, o que facilita seu acesso à informação, e quando tanto o atendimento às beneficiadas como o acompanhamento das atividades são feitos coletivamente. Isto é, a participação das mulheres nos sindicatos ou em grupos de mulheres geralmente precede sua motivação para solicitar recursos do Pronaf Mulher, pois é em reuniões dessas associações que se discutem aspectos relacionados à aposentadoria e a planos de saúde e são realizadas oficinas sobre a produção de sucos, panificados e embutidos, e sobre a perspectiva de comercialização dos produtos em feiras e na merenda escolar (graças ao Programa de Aquisição de Alimentos). Além disso, como relata um técnico agrícola entrevistado em Ijuí (Zorzi, 2008), após a aprovação dos projetos de panificação, a Emater, em parceria com o Sindicato de Trabalhadores Rurais, faz reuniões de capacitação, envolvendo noções de saúde, preparo e higienização dos alimentos a serem produzidos. Se, por um lado, a assistência técnica feita coletivamente apresenta algumas vantagens, por outro lado, ela favorece o estímulo à elaboração de projetos repetitivos, nos mesmos municípios.

A pesquisa no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina mostrou que a maioria das mulheres tem no Pronaf Mulher a primeira experiência de acesso a crédito para investimento, embora algumas entrevistadas já tenham feito uso do custeio para lavoura anteriormente. Os projetos produtivos estão voltados a atividades já desenvolvidas nas propriedades, especialmente para a produção leiteira e para a aquisição de maquinário agrícola. Em menor proporção, observa-se a

21 Deve-se levar em conta que o leite é um dos produtos priorizados no Programa de Aquisição de Alimentos, como uma forma de estimular seu consumo pelas famílias mais pobres, graças ao qual, há garantia de aquisição direta de pelo menos uma parte da produção de agricultores familiares (de acordo com o manual do PAA de 2004, disponível em http://www.paa.sc.gov.br/manual_2004.pdf Consultado em: 30/10/2010).

aquisição de equipamentos e instalações para a produção de panificados, estufas, máquinas de costura e outros.

Na produção de leite, o recurso do financiamento é destinado para comprar mais vacas e ordenhadeiras e para a construção de novas salas para ordenha. As justificativas para destinar o recurso para essa atividade são, por um lado, o fato de ela gerar uma renda mensal, facilitando o retorno do investimento e permitindo às beneficiadas juntar recursos para pagar os empréstimos no vencimento das parcelas e, por outro, as mulheres terem conhecimento sobre a atividade. Quanto ao maquinário agrícola, as mulheres adquirem tratores, colheitadeiras, reboques e plataformas, com vistas a facilitar o trabalho agrícola e, por consequência, a diminuir a penosidade das atividades desempenhadas pelos maridos. Em nenhum caso, as entrevistadas relataram ter adquirido máquinas para executar alguma atividade sob seu domínio ou responsabilidade, o que reflete ao mesmo tempo a influência dos maridos sobre o direcionamento do investimento e a falta de autonomia das mulheres. As mulheres sentem-se satisfeitas com este tipo de investimento, pois se preocupam tanto com a melhoria das condições de trabalho do marido e dos filhos como com o conforto da família. Nesse sentido, Fernandes (2008, p. 97) esclarece que, ‘entre o projeto individual e o coletivo, as mulheres ainda pensam muito mais na família do que em si mesmas’, o que as leva a justificar o uso do crédito na compra de terra e de uma moto, com vistas a ‘segurar’ os filhos na propriedade.

De acordo com os técnicos entrevistados, além dos problemas existentes, as mulheres não demonstram iniciativa para propor atividades novas, em grande parte por falta de conhecimento, formação e capacitação para a autosustentação dos empreendimentos, mas também pelo temor de precisar enfrentar os maridos e receio ao risco. Os raros casos de mulheres que conseguiram elaborar um projeto e executá-lo de forma autônoma e rentável podem ser explicados por fatores que não estão ao alcance de todas. Num caso, a mulher tem um cargo de direção no sindicato, acesso às informações sobre o Pronaf e experiência como líder sindical, graças aos quais garantiu um mercado comprador antes de solicitar o financiamento e iniciar a produção e evitou a competição de outras mulheres, não as incentivando a produzir os mesmos bens que ela produz; no outro, a mulher já fazia os produtos, para o próprio consumo, e foi informada sobre o Pronaf Mulher por uma amiga, participante do movimento de mulheres; graças ao fato de ser a única fornecedora desses produtos, no município,

ela conseguiu ampliar a produção, tomando diversas iniciativas, inclusive a de negociar a compra de matéria-prima por telefone, com um fornecedor de outro estado.

Em todos os casos verificados na pesquisa, nos quais o projeto de financiamento proposto pelas mulheres representa uma atividade distinta das atividades já em desenvolvimento no estabelecimento, foi necessária uma prévia negociação com os maridos. Em muitos estabelecimentos com alta utilização de maquinário, ao aprovarem o projeto de financiamento proposto pelas esposas, os maridos parecem compensá-las pelo fato de terem sido excluídas do processo produtivo. Algumas vezes, eles mostram-se condescendentes com a demanda das mulheres, como uma maneira de satisfazê-las, caso os valores solicitados sejam pequenos face aos rendimentos das demais atividades dos estabelecimentos; em outras, eles deixam claro que seu papel é fora da lavoura e seu lugar dentro da casa. Num dos casos estudados em Ijuí (RS), a mulher precisou convencer o marido a aceitar que ela obtivesse o crédito, porque ele não acreditava em sua capacidade de desenvolver uma atividade que gerasse renda, considerando o empréstimo como uma dívida a mais, a ser paga por ele; ele só foi convencido quando soube que o empréstimo teria alguns anos de carência antes do início do vencimento da 1ª parcela do pagamento e, caso não conseguisse pagá-lo sozinha, ele poderá ajudá-la (Zorzi, 2008, p.102-103). Nas palavras do marido:

“É interessante cada um ter uma renda. Nunca pensei nisso, para falar a verdade, nunca me passou na cabeça pensar sobre a renda dela, mas é isso, quando ela precisa comprar alguma coisa, ela tem a renda dela. O interessante disso é que a renda da lavoura é uma renda apertada, então ela tem o dela, aí não precisa pedir dinheiro para comprar isso; ela tem essa rendinha extra que pode fazer isso; se fosse só da soja, ela ia dizer que precisa comprar isso ou aquilo e não iria ter. (...) O que ela faz é uma atividade especificamente feminina, então nada melhor do que ela mesma pegar o investimento, já sabe melhor o que tem que ser feito, nem é bom misturar com a lavoura. Tem que cuidar especificamente para o que vai aplicar, que nem eu tiro para a lavoura, tem que ser separado. Esse Pronaf Mulher acaba um pouco com a discriminação de só o homem ir lá [fazer o financiamento] e então nessa parte é bom”.
(Zorzi, 2008, p.103-104)

Em outro caso, o marido da beneficiária do Pronaf Mulher comenta:

“Isso aí mesmo, o que ela ia fazer? Ela tem que fazer o que sabe, e ela sabe fazer muito bem essa coisa de cuca, de bolo, esses produtos; aprendeu com a Emater, então, ela tem que fazer o que ela sabe. E esse crédito veio para a mulher se ocupar e não ter idéia de sair e trabalhar fora. Imagine se ela sai e eu vou fazer o que? Então, isso ajudou bastante”. (Zorzi, 2008, p.104)

Outra dificuldade está diretamente relacionada às instituições financeiras, pois ‘o sistema financeiro tradicional representado pelos bancos é orientado pelo lucro racionalizado’ e essa lógica nem sempre leva em conta a adoção de métodos de acordo com as necessidades ou demandas favoráveis aos mais pobres (Fernandes, 2008). A lógica dos bancos consiste em que, quando operam com o crédito de baixos valores, têm trabalho equivalente ao despendido na operação de empréstimos de maior envergadura, destinados a um público formado por médios e grandes produtores. Ao mesmo tempo, na operação com o financiamento a pequenos produtores, o retorno para os bancos em termos de taxas de custos operacionais, apesar de significativo, é menos atraente do que no caso de empréstimos maiores, pois elas são proporcionais ao volume de crédito concedido. Por esses motivos, os bancos tendem a dificultar a elaboração de projetos capazes de gerar renda, dentro da perspectiva do Pronaf Mulher, e não cooperam em seu acompanhamento. Além disso, o aumento da oferta de crédito não é acompanhado do aumento do número de funcionários, o que resulta em sobrecarga entre os agentes ativos (Romano; Buarque, 2001, p.28).

Nas pesquisas realizadas na Região Sul do Brasil, constatou-se tanto um excesso de burocracia, por parte dos bancos, como a falta de abertura e vontade para a inclusão do tema do gênero nas instituições operadoras de crédito (Fernandes, 2008; Zorzi, 2008) e a prioridade de concessão do crédito às mulheres mais capitalizadas (Fernandes, 2008). Osorio Hernández (2009, p. 208), por outro lado, constatou que, com vistas a facilitar a aprovação dos projetos pelos bancos atuantes na região de sua pesquisa (Banco do Brasil e Sincredi), os técnicos da Emater elaboraram os projetos de financiamento das agricultoras de acordo com critérios preestabelecidos, com o objetivo de demonstrar tanto suas condições [familiares] de pagamento como a capacidade produtiva das atividades financiadas.

Tanto os técnicos como os agentes bancários são capacitados para contribuir com as mulheres na elaboração da proposta para a obtenção do financiamento, responder a questões administrativas (grupos de enquadramento, condições de crédito, prazos de pagamento, juros, carência), além de ajudar na definição da maneira como será executada a assistência técnica, uma vez recebido o crédito (Zorzi, 2008; Osorio Hernández, 2009).

De acordo com a pesquisa realizada no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, há uma divisão de trabalho entre as instituições em que trabalham os mediadores: os sindicatos atuam na divulgação do Pronaf Mulher junto às mulheres através de reuniões e programas de rádio, reforçando a importância desse crédito para as trabalhadoras rurais e também são habilitados a orientá-las no preenchimento da DAP, enquanto as agências de extensão rural geralmente são responsáveis pela elaboração do projeto produtivo e organização da documentação necessária e preenchimento da DAP e devem fazer o acompanhamento da atividade financiada. Na sequência, de posse de toda a documentação e do projeto, as mulheres se encaminham às agências bancárias para efetivar o pedido de crédito, geralmente em agências públicas, como é o caso do Banco do Brasil.²² Essa divisão do trabalho aumenta o percurso das mulheres interessadas no caminho do financiamento. Situação oposta ocorre quando a solicitação do financiamento é feita através da Cresol, pois as várias ações preparatórias podem ser feitas no mesmo local: algumas agências contam com um técnico que faz o projeto, auxilia na documentação, preenche a DAP e encaminha a solicitação para o agente de crédito da própria agência bancária.

No entanto, é possível observar que a ampliação da divulgação do crédito pelas instituições, especialmente sindicatos, que trabalham mais diretamente com as informações do Pronaf Mulher junto às trabalhadoras rurais, aumentou a divulgação do programa, embora essa não esteja sendo suficiente para conscientizar as mulheres dos seus objetivos e finalidades. Na entrevista realizada com a representante da organização das mulheres do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Constantina (RS), essa observou que, através da ampla divulgação do Pronaf Mulher feita pelo sindicato, houve um aumento considerável do número de mulheres que buscaram essa linha de crédito. No entanto,

22 Na Região Nordeste, a principal instituição financeira é o Banco Nacional do Nordeste, enquanto o Banco da Amazônia cumpre esse papel na região amazônica.

conforme seu relato, falta motivação das próprias mulheres para aplicar os recursos em atividades que possam gerar renda; as mulheres não vêm retirando o crédito para aplicar em atividades como agroecologia, artesanato ou agroindústria e as experiências existentes no município com essas fontes de geração de renda não são advindas do Pronaf Mulher e nem mesmo diretamente das trabalhadoras rurais. Em sua opinião, o Pronaf Mulher não está sendo aplicado como deveria ou para finalidade pelo qual foi criado, servindo para “girar os rolos do marido” com os demais créditos, sem a participação das mulheres nas tomadas de decisões sobre o que será investido com os recursos do Pronaf Mulher. A entrevistada ainda argumenta que o Pronaf deveria ser reformulado ou repensado, ter critérios e regras mais rigorosos, que impedissem a retirada dos recursos para atividades que não tenham “nada a ver com a mulher”. Isso impediria os maridos de se “aproveitarem” desse programa.

Com relação às formas de acesso, apesar de ser possível o investimento em grupo, as entrevistas feitas nos dois estados da Região Sul do Brasil revelam que o acesso é individual. O único registro de busca do crédito coletivo, em nossa pesquisa, é de um grupo de mulheres do município de Sagrada Família (RS). Esse grupo já havia montado uma agroindústria de panificados e, conscientes de não estar conseguindo realizar a produção de alimentos para a autossustentabilidade, em suas propriedades, porque os homens usavam as melhores terras para produzir grãos, resolveram solicitar crédito através do Pronaf Mulher para produzir hortifrutigranjeiros em estufas. O recurso solicitado seria dividido entre todo o grupo (total de sete mulheres) e cada uma aplicaria na sua propriedade, ou seja, apesar da retirada coletiva, a aplicação seria individual. O pedido foi encaminhado ao Banco do Brasil, que não o aprovou, provavelmente por dúvidas quanto à capacidade de pagamento das agricultoras. Como resultado, as mulheres participantes do grupo se encontram relativamente desmobilizadas e, perguntadas sobre isso, informaram que não têm intenção de solicitar novo financiamento.

Considerações finais

O simples fato da criação do Pronaf e da linha específica Pronaf Mulher reverteu um processo de abandono da categoria, em que os agricultores familiares eram ignorados como produtores e produtoras. O Pronaf fundamenta-se como um programa de crédito, cujos empréstimos devem ser devolvidos e, embora haja uma preocupação com o endividamento dos produtores, principalmente após 2005, quando uma série de problemas climáticos e o câmbio afetaram a produção, o governo já renegociou três vezes essas dívidas e não suspendeu novos financiamentos.²³ Nesse sentido, pode-se falar em reconhecimento tanto da categoria como das mulheres da agricultura familiar.

No entanto, apesar do aumento do número de contratos de financiamento, tanto por homens como por mulheres, e dos montantes envolvidos, ainda são elevados o número de estabelecimentos rurais no país com renda muito baixa ou com nenhuma renda e a proporção de estabelecimentos agrícolas cujos proprietários não se beneficiam do crédito rural, de mulheres que trabalham sem auferir renda e de trabalhadoras domésticas de origem rural, em particular jovens, que trabalham apenas em troca de casa e/ou comida (Faria, 2009, p. 22).

No que diz respeito aos projetos contratados pelas mulheres, nos dois estados do extremo sul do Brasil, destacam-se aqueles que beneficiam predominantemente atividades nas quais os homens exercem a gestão e tomam as principais decisões. Mesmo nesses casos, as mulheres sentem-se valorizadas e reconhecidas, por serem as titulares dos financiamentos e por saberem que, mesmo indiretamente, estão contribuindo para a diminuição da penosidade do trabalho e o aumento da renda e, conseqüentemente, para a melhoria do bem estar dos membros de sua família.

Os poucos casos em que os projetos de financiamento gerenciados por mulheres representam atividades autônomas restringem-se, de modo geral, a empreendimentos em esferas tipicamente femininas, nas quais as mulheres têm experiência e conhecimentos básicos, com condições de obtenção de renda, mas em valores

23 Informação do Paraná Online, de 01/07/2010. Disponível em: www.parana-online.com.br/editoria/economia/news/457966/?noticia=DIVIDAS. Consultado em: 14/07/2010.

inferiores às atividades gerenciadas pelos homens. Embora os benefícios dos recursos gerenciados pelas mulheres sejam reconhecidos tanto por elas como por seus maridos, mantém-se a separação das atividades por sexo: os homens trabalham e gerenciam as principais atividades econômicas dos estabelecimentos e garantem os recursos para as principais necessidades de manutenção dos membros da família, enquanto as mulheres ocupam-se com atividades que geram relativamente poucos recursos, mas o suficiente para comprar objetos para seu próprio uso - inclusive alguns que anteriormente não compravam -, ajudar os filhos que estão estudando e às vezes ajudar os maridos a pagarem dívidas. Os homens consideram as atividades desenvolvidas por suas esposas como 'coisas de mulher' e sua participação na economia familiar como 'ajuda', complementar às atividades agropecuárias por eles desenvolvidas num espaço exclusivo dos homens. Desse modo, com o seu trabalho, as mulheres não rompem com a dicotomia 'esfera produtiva' versus 'esfera doméstica'. Elas também não rompem com a hierarquia de poder, tendo em vista que a participação dos homens para a economia familiar continua a ser predominante; as mulheres assumem apenas os gastos extras (Zorzi, 2008, p. 104).

Nenhuma das mulheres e nenhum dos homens entrevistados considera isso como um problema, uma vez que se mantém a tradicional divisão de trabalho entre homens e mulheres e não se questiona o papel dos homens como principais provedores da família e o papel das mulheres como coadjuvantes do processo. Assim, a harmonia familiar é mantida, porque as coisas permanecem 'no seu lugar', isto é, as práticas construídas historicamente e influenciadas pelos condicionamentos socioculturais a que estão inseridas são ainda muito presentes e resistentes tanto para os homens como para as mulheres (Zorzi, 2008). Adicionalmente, como indica Faria (2009, p. 21), mesmo em situações em que ocorreram algumas mudanças, como, por exemplo, na conquista de autonomia econômica, as mulheres continuam realizando o trabalho doméstico, que ainda é considerado uma atribuição sua.

O processo de empoderamento das mulheres beneficiadas com o Pronaf Mulher dá-se principalmente em termos de autoestima e, em menor proporção, no aumento de sua participação tanto nas decisões dos estabelecimentos e nas despesas familiares como em associações. Ao mesmo tempo, a simples titularidade dos financiamentos representa ganhos para as mulheres: por se tratar de recursos obtidos pelo uso de seu nome ou através de seu próprio trabalho,

sua ‘ajuda’ aos maridos e filhos é mais valorizada por eles do que quando elas fazem parte da força de trabalho familiar não remunerada ou executam tarefas no interior das residências consideradas como parte de sua natureza e por isso são invisíveis e não reconhecidas.

São exceções as mulheres que assumem posições como dirigentes sindicais e apresentam ganhos significativos de liderança através da obtenção de crédito, o que é geralmente restrito àquelas que já ocupavam posições de liderança anteriormente. Também são exceções as mulheres que se tornam mais confiantes em si mesmas por fazer relatos de suas atividades econômicas diante de um público formado por agricultores e agricultoras.

Enfim, o processo é lento e às vezes parece apresentar resultados limitados, mas o aumento da satisfação das mulheres beneficiadas com o Pronaf Mulher permite-nos salientar tanto a importância do programa como a necessidade de sua continuidade e ampliação, mesmo reconhecendo a necessidade de ajustes para o alcance da meta de incentivar o aumento da autonomia das mulheres e de sua participação no âmbito familiar e nas associações de suas respectivas comunidades.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios à extensão rural. Brasília. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*. Brasília, v. 15, n.1, p.132-152, jan/abr. 1998.

ANTUNES, Martha. *O caminho do empoderamento na superação da pobreza: O caso das quebradeiras de coco e trabalhadores (as) rurais da área de atuação da Assema*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2003.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar; Financiamentos rurais concedidos no País. In: *Anuário Estatístico do Crédito Rural – 2006*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2006, p. 1179-1180.

BIANCHINI, Valter. Prefácio. In: MATTEI, L. *Impactos do Pronaf: análise de indicadores*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005, p.3-5.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Disponível em http://200.130.7.5/spmu/docs/Livro_II_PNPM_completo08.10.08.pdf. Consultado em: 29/10/2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Crédito Rural*. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/2258856>. Consultado em: 29/10/2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. *Plano Safra 2009/2010 amplia e melhora condições para acesso ao crédito*. Disponível em <http://www.mda.gov.br/saf/index.php?ctuid=21308&scid=283>. Consultado em: 11/11/2009.

_____. *Cartilha da Agricultura Familiar (2010)*. Disponível em <http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/agro/dwn/cartilhapronaf2009.pdf>. Consultado em: 10/01/2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar *Relatório de gestão 2008*. Brasília: MDA, 2009.

BRASIL. *Plano Safra 2009/2010 amplia e melhora condições para acesso ao crédito*. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/noticias/plano-safra-2009-2010-amplia-e-melhora-condicoes-para-acesso-ao-credito>. Consultado em: 29/10/2010.

BUTTO, Andrea. *Políticas de Desenvolvimento para as Mulheres Rurais a partir de uma perspectiva de Raça e Gênero*. Disponível em: www.eclac.org/mujer/noticias/paginas/2/.../Presentacion_AndreaButto.pdf. Consultado em: 29/10/2010.

BUTTO, Andrea; HORA, Carla Emmanuela. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In: Lopes, A.; Butto, A. (Orgs.). *Mulheres na Reforma Agrária e a experiência recente no Brasil*. MDA/NEAD, 2008, p. 19-37.

CAMARANO, Ana Amélia; El GHAOURI, S. K. Idoso brasileiro: que dependência é essa? In: CAMARANO, A. A.; (Org.). *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999, p. 281-306.

CIRANDAS DO PRONAF PARA MULHERES. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. *O empoderamento da mulher; direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DELGADO, Guilherme; CARDOSO Jr., José Celso. *Principais resultados da pesquisa domiciliar sobre a previdência rural na região sul do Brasil*. Texto para Discussão número 734. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

_____. Universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90. In: LEITE, Sérgio (Org.). *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001, p. 225-250.

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de lutas das mulheres no meio rural. In: DI SABBATO, A.; MELO, H. P.; LOMBARDI, M. R.; FARIA, N.; BUTTO, A. (Org.). *Estatísticas rurais e a economia feminista; um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009, p. 11-28.

FERNANDES, Sirlei Aparecida. *Gênero e políticas de crédito: o Pronaf-mulher em Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

GUANZIROLI, Carlos E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, vol.45, n.2, Jun 2007, p.301-328.

HEREDIA, Beatriz. Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *Revista NERA*. Presidente Prudente, n.8, ano 9, p. 1-28. jan/jun. 2006.

HOFMANN, Elisabeth e MARIUS-GNANOU, Kamala. L'empowerment des femmes entre relativisme culturel et instrumentalisation dans des évaluations de la microfinance en Inde. In: *Premières Journées du GRES*, Bourdeaux IV, 16-17 septembre 2004.

IPEA. *Políticas Sociais: acompanhamento e análise – Vinte anos da Constituição Federal – Anexo Estatístico n. 17*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Anexo Estatístico 2009.

IPEA. *Comunicados do IPEA N° 42- PNAD 2008: Primeiras análises – O setor rural*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 29 de março de 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2000: Amostra: Primeiros resultados*. Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br. Consultado em: 1/6/2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário, 2006*. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1227&z=p&o=2&i=P>. Consultado em: 17/04/2010.

KABEER, Naila. Resources, agency, achievements: Reflections on the measurement of Women's Empowerment. Institute of Social Studies. *Development and Change*, Oxford, v.30, p.435-464, May 1999.

MALHOTRA, Anju; SHULER, Sidney; BOENDER, Carol. Measuring Women's Empowerment as a variable in International Development. Background. *World Bank Workshop on poverty and gender: new perspectives*, June 28, 2002.

MAYOUX, Linda. « L'empowerment des femmes contre la viabilité? Vers un nouveau paradigme dans les programmes de micro-crédit » in PREISWERK, Yvonne (Org.). *Les silences pudiques de l'économie. Economie et rapports sociaux entre hommes et femmes*. Bruxelles: Commission Nationale Suisse pour l'UNESCO, Direction du Développement et de la Coopération, Institut Universitaire d'Études du Développement, 1998, p. 73-97.

MATTEI, Lauro. *Impactos do Pronaf: análise de indicadores*. Brasília: MDA/NEAD, 2005.

MELO, Hildete Pereira de. *Gênero e Pobreza no Brasil*. Brasília: Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL)/Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), 2005.

_____; DI SABBATO, A. Gênero e trabalho rural. In: DI SABBATO, A.; MELO, H. P.; LOMBARDI, M. R.; FARIA, N.; BUTTO, A. (Org.). *Estatísticas rurais e a economia feminista; um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009, p. 31-117.

OSORIO HERNÁNDEZ, Carmen. *Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de "empoderamento" para as mulheres rurais?* Tese de doutorado. Porto Alegre: Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

_____. Reconhecimento e autonomia: o impacto do Pronaf-Mulher para as mulheres agricultoras. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M., (Org.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010, p. 97-121.

ROMANO, Jorge O.; BUARQUE, Cristina Maria. *Crédito e gênero no nordeste brasileiro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001.

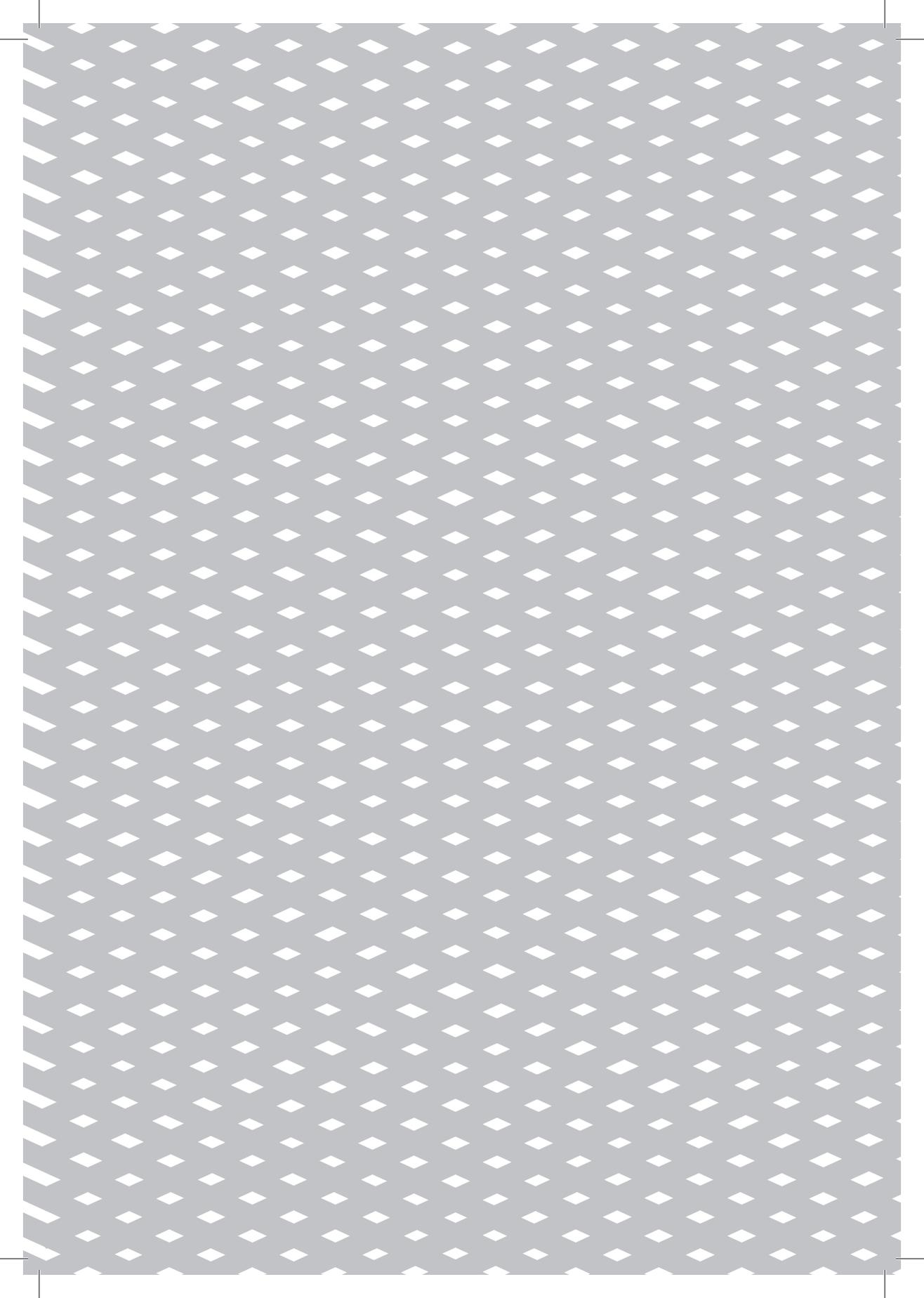
_____; ANTUNES, Martha. *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro: Action Aid Brasil, 2002.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E., Moruzzi (Orgs.). *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004, p. 21-49.

_____; GAZOLLA, Marcio. As duas “caras” do Pronaf: produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo? Trabalho apresentado no XVIII Economia e Sociologia Rural, 43, 2005, Ribeirão Preto. *Anais...* Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005. CD ROM.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Mota. 6ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ZORZI, Analisa. *Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao Pronaf-Mulher em Ijuí-RS*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.





As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Emma Siliprandi

Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da Universidade Estadual de Campinas (NEPA/UNICAMP)

Rosângela Cintrão

Pesquisadora autônoma

Introdução

Este artigo trata da participação das mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal, com base em dados obtidos em uma pesquisa nacional realizada pelas autoras, por solicitação da Compa-

nhia Nacional de Abastecimento (CONAB), entre 2009 e 2010, como parte do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR)¹. O POPMR tem por objetivo fortalecer as organizações produtivas de trabalhadoras rurais, garantindo o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e à comercialização. Propõe-se a promover a autonomia econômica das mulheres, incentivando a troca de informações, de conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização, valorizando os princípios da economia feminista e solidária.

A pesquisa fez uma caracterização da presença das mulheres no PAA, em todo o território nacional, com ênfase nos Territórios da Cidadania², tendo em vista contribuir para a ampliação da participação das mulheres rurais nessas e em outras políticas de apoio à agricultura familiar no país.

Partiu-se da constatação de que as mulheres produtoras rurais têm dificuldades de se inserir nas atividades de comercialização, em função de as suas atribuições de gênero serem voltadas prioritariamente para a vida doméstica e para o espaço privado. A agricultura familiar se caracteriza por ser uma forma de produção em que a unidade de trabalho se confunde com a organização da família, ambas regidas, em geral, por uma rígida divisão sexual e geracional do trabalho, em que as tarefas e os papéis sociais entre homens e mulheres, adultos, jovens e idosos são distintos e marcados por uma hierarquia. Atividades, espaços de produção e identidades sociais são diferenciados, sendo às mulheres adultas atribuídas as atividades domésticas e de reprodução da família, e aos homens, os espaços ditos “produtivos” e de geração de renda.

-
- 1 Participam do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, além da CONAB, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O Programa é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Esta pesquisa foi contratada por meio do Projeto PNUD/CONAB-BRA 03/034.
 - 2 O Programa Territórios da Cidadania foi lançado em 2008 pelo Governo Federal, como uma estratégia para promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de ações integradas entre a esfera federal, os estados e os municípios, com ampla participação social. Existem hoje 120 Territórios da Cidadania homologados em todas as regiões do país.

Dentro da unidade familiar, existem diferentes formas de acesso e controle sobre a terra e os demais recursos produtivos (incluindo aqueles decorrentes de políticas públicas) e as mulheres, embora trabalhem em praticamente todas as tarefas da propriedade, muitas vezes não participam da decisão sobre os usos dos recursos ou sobre as prioridades da família e não têm acesso à renda gerada por seu trabalho. Nas estatísticas oficiais, as mulheres agricultoras são maioria entre os “membros não remunerados” da família. Essa forma de organização da unidade produtiva leva a um comprometimento da autonomia pessoal e financeira das mulheres.

Os movimentos de mulheres vêm construindo alternativas, tanto no plano das análises acadêmicas, através da economia feminista, quanto nas ações e lutas por políticas públicas, buscando que estas contribuam para a superação não somente das desigualdades sociais, mas também das desigualdades de gênero. A conquista de uma maior independência financeira para as mulheres rurais, assim como já alcançado em grande parte pelas mulheres urbanas, é uma das questões importantes que vem sendo colocada.

A organização em grupos produtivos é uma das formas buscadas pelas mulheres rurais para fortalecer a sua capacidade produtiva e minimizar os problemas enfrentados na comercialização. Muitos grupos começam se propondo a potencializar atividades que normalmente as mulheres faziam em seu cotidiano, tais como artesanato, processamento e/ou comercialização de produtos oriundos dos quintais e arredores da casa, pois são atividades que podem ser realizadas nos intervalos de outras obrigações e não exigem, de imediato, investimentos ou novos conhecimentos. No entanto, à medida que esses grupos vão se consolidando, trazem para as mulheres novos desafios, entre eles os relacionados às atividades de comercialização.

Pesquisas anteriores enfocando as experiências de mulheres agricultoras em grupos produtivos apontam que eles são majoritariamente informais e muitas vezes esporádicos (reunindo-se apenas em períodos de safra ou de entressafra, por exemplo). Contam com pouco financiamento, quase sempre obtidos junto a organizações não-governamentais. Muitas vezes, envolvem o trabalho voluntário das mulheres, na expectativa de obtenção de renda, caso a comercialização dos produtos se efetive, o que nem sempre ocorre. Normalmente esses grupos não se especializam em uma única atividade, dedicando-se a diferentes tipos de

produtos, conforme o período do ano, combinando a transformação de produtos agrícolas com artesanato, por exemplo. Por serem informais, quase sempre vendem diretamente ao consumidor em mercados locais. O alcance de outros mercados e a obtenção de maiores ganhos econômicos estão muitas vezes condicionados ao apoio externo de movimentos sociais e de entidades de assessoria (estatais ou de organizações não-governamentais) ³.

Essas pesquisas também mostram que a participação das mulheres produtoras rurais em atividades de comercialização, ademais de melhorar a sua renda (mesmo que essa renda seja relativamente pequena), ajuda a promover a sua autonomia econômica. Outro fator muito valorizado pelas participantes é o aumento da sua sociabilidade, porque deixam de ficar presas somente ao espaço doméstico. Há ainda um aumento na sua autoestima, um maior reconhecimento junto às famílias e às comunidades, o aprendizado de novas tecnologias e a valorização da vivência de novas experiências (tais como viagens, participação em feiras, etc.). No âmbito da família, ocorrem também mudanças, não apenas das rotinas de trabalho, mas também com relação ao seu papel social. Essas mudanças não são necessariamente bem assimiladas no núcleo familiar, em função da perda do monopólio dos homens no gerenciamento da renda obtida, de alterações na divisão sexual do trabalho e de uma maior presença nas mulheres na vida pública.

Levantamentos realizados pela Assessoria Especial em Gênero, Raça e Etnia (AEGRE) do MDA entre 2005 e 2009 identificaram 920 grupos produtivos de mulheres rurais, em praticamente todos os Estados do país, parte deles já acessando o PAA⁴. Esses grupos vêm crescendo e se consolidando como oportunidades de geração de renda e trabalho para as mulheres.

A avaliação da participação das mulheres no PAA como uma política que abre possibilidades de comercialização dos produtos da agricultura familiar tem como um dos objetivos centrais identificar em que medida esse programa per-

3 Ver, por exemplo: Silva (2009), Mourão (2008a; 2008b), Gaiger et al (2008), Sales (2007), Gomes;Amaral (2005); Duarte et al (2002a e 2002b), entre outros.

4 Este levantamento tem lacunas e certamente não abrange a totalidade de grupos produtivos existentes, que são difíceis de serem localizados, justamente por muitos serem pequenos, informais e atuarem em mercados locais.

mite uma inserção igualitária das mulheres rurais e seu acesso à renda obtida, bem como em que medida os grupos produtivos de mulheres rurais estão tendo acesso ao programa.

Informações gerais sobre o PAA

O PAA foi criado em 2003 como uma das políticas estruturantes da Estratégia Fome Zero⁵. Através dele, podem ser adquiridos alimentos diretamente de agricultores familiares e suas organizações, com dispensa de licitação, para serem doados para instituições sociais (hospitais, entidades assistenciais, escolas) e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional (que recebem cestas de alimentos), ou serem destinados à formação de estoques públicos. Seus objetivos são, por um lado, incentivar a produção de alimentos na agricultura familiar, permitindo a comercialização para o mercado institucional. Por outro, contribuir para o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade pelas populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, e colaborar na formação de estoques. Os recursos do Programa são oriundos do Ministério do Desenvolvimento Social e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (estes, a partir de 2006), e contam com pequenas complementações de Estados e Municípios.

Podem participar do PAA homens e mulheres agricultores familiares, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas, indígenas, membros de comunidades remanescentes de quilombos e agricultores assentados. Para participar do programa é preciso estar enquadrado nos critérios do Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (PRONAF), através da apresentação da DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF. A DAP foi criada em 2003, pelo MDA, para identificar os agricultores e agricultoras familiares que poderiam ter acesso aos créditos de investimento e custeio no âmbito do PRONAF. É fornecida à família agricultora. O PAA paga pelos produtos fornecidos preços de referência

5 Foi instituído pelo artigo 19 da Lei n.º. 10.696, de 02 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto n.º. 4.772, de 02 de julho de 2003.

estabelecidos regionalmente, até um determinado limite de valor entregue “por unidade produtiva familiar”, o que se traduz num limite “por DAP”⁶.

Desde a sua criação, o PAA teve um crescimento contínuo dos valores alocados e do número de fornecedores. Em 2003, iniciou-se com R\$ 164 milhões e 42 mil famílias fornecedoras e em 2008, foram aplicados cerca de R\$ 490 milhões, com compras de 166 mil famílias agricultoras.

Uma revisão sobre estudos realizados em diferentes partes do país sobre a implantação do PAA (a maioria deles voltados para a modalidade Doação Simultânea)⁷ mostrou que o Programa, nas regiões em que vem sendo executado, vem sendo avaliado positivamente, tanto por gestores e pelo público atendido (produtores e entidades que recebem os alimentos), quanto por acadêmicos, em função dos seguintes fatores:

- Contribui para a diversificação da produção de alimentos nas unidades familiares de produção agrícola e para a melhoria da renda e do consumo das famílias de agricultores.
- Ajuda na estruturação das unidades de produção familiares e de suas entidades associativas para participar de outros mercados, pelas melhorias que promove nos processos produtivos, de planejamento e de gestão dos empreendimentos, e de conhecimento de mercados.
- Melhora a alimentação de setores vulneráveis e promove o fortalecimento de redes de solidariedade, pela articulação em torno das políticas de segurança alimentar;
- Promove o desenvolvimento local, uma vez que, por sua concepção e forma de execução, proporciona o envolvimento de vários segmentos da sociedade e a circulação de recursos dentro do próprio município ou região.

6 Os limites anuais são definidos por modalidade e têm sido atualizados periodicamente. O estabelecimento de limites de entrega tem como objetivo, por um lado, permitir que o programa beneficie um maior número de famílias agricultoras, e, por outro, evitar que as famílias se tornem excessivamente dependentes do programa, de forma a estimular que busquem (ou mantenham) outros espaços de comercialização.

7 Ver bibliografia ao final deste artigo.

O PAA opera em diferentes modalidades, que sofreram alterações desde o seu início. Atualmente são seis modalidades, três delas operacionalizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em convênio com Estados e Municípios e três delas pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Sob responsabilidade da CONAB estão a Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR Doação (conhecida como Doação Simultânea), a Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR Estoque (Formação de Estoque)⁸ e a Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF (Compra Direta)⁹. Sob responsabilidade do MDS estão a Compra Direta Local com Doação Simultânea - Estadual e Municipal (PAA CDL Estadual e PAA CDL Municipal) e o PAA-Leite - Programa de incentivo à produção e ao consumo de leite¹⁰.

As modalidades Doação Simultânea, Compra Direta Local Estadual e Compra Direta Local Municipal se assemelham por envolver compras feitas diretamente de agricultores familiares com doação simultânea a pessoas em situação de insegurança alimentar. Todas essas modalidades estabelecem o mesmo limite de entregas anuais por família. A diferença entre as três se dá principalmente na forma de operacionalização. A modalidade Doação Simultânea é operacionalizada pela CONAB através de contratos com organizações de agricultores (associações ou cooperativas, portadoras de CNPJ), que elaboram os projetos e recebem os recursos, responsabilizando-se pela entrega dos produtos, pagamentos dos agricultores e prestação de contas. Já nas modalidades Compra Direta Local são realizados convênios entre o MDS e os governos estaduais ou municí-

-
- 8 Apóia a formação de estoques em organizações de agricultores familiares para que possam aguardar o melhor momento de vender os produtos e também para que tenham capital de giro.
- 9 Visa a aquisição de produtos para cestas alimentares (para doação), a formação de estoques públicos e a garantia de preços mínimos para os agricultores familiares em caso de grandes safras. A Compra Direta é operada pela CONAB por meio de polos de compra instalados próximos aos locais de produção. Atua com uma lista fechada de produtos (em torno de 12), armazenáveis e não perecíveis, sendo priorizados aqueles que podem compor as cestas de alimentos doadas a pessoas carentes.
- 10 O PAA Leite é voltado apenas para a região administrativa da Sudene, abrangendo os Estados da região Nordeste e norte de Minas Gerais. É operacionalizado por um convênio entre MDS e governos estaduais. O leite é comprado individualmente de agricultores familiares com produção de até 100 litros por dia, é pasteurizado por laticínios credenciados, e doado a famílias previamente cadastradas, com base em critérios de vulnerabilidade estabelecidos pelo programa.

pais, que elaboram os projetos e se responsabilizam pelo cadastramento das famílias agricultoras e pela prestação de contas. O pagamento é feito diretamente pelo MDS na conta da pessoa DAP que consta no contrato (marido ou esposa, titulares da DAP) e não é necessária a intermediação de uma organização.

Em 2008, ano utilizado como base nesta pesquisa¹¹, a modalidade com maior expressão (em valor e número de fornecedores) foi a Doação Simultânea, que envolveu 43% do total de famílias agricultoras que acessaram e 37% do valor total aplicado no conjunto do PAA, com um valor médio vendido por família de R\$ 2.882,00. O PAA Leite é a segunda modalidade em valor (36% dos recursos totais aplicados no PAA) e em número de fornecedores (21% dos agricultores). O maior peso relativo no percentual de valor total do PAA Leite é explicado por ter um limite anual de vendas por fornecedor que é o dobro daquele das Compras com Doação Simultânea¹².

Tabela 1 - Número de agricultores fornecedores, valor total das aquisições e importância relativa das diferentes modalidades do PAA no ano de 2008.

Modalidade - Ano 2008	Órgão Executor	No. de Agricult. Familiares Fornecedores	Valor Total das Aquisições (R\$) (*)	Valor Médio por Fornecedor (R\$) (*)	% do total de Agric. Fornecedores	Percentual do Valor Total
Doação Simultânea (2)	CONAB	63.062	181.746.957	2.882,04	43%	37%
PAA CDL Municipal (1)	MDS e Prefeitura	9.886	7.579.366	766,68	7%	2%

- 11 O ano de 2008 foi estabelecido como referência para a pesquisa, por ser, no momento do levantamento quantitativo, o último para o qual se contava com dados consolidados. Na modalidade CDL-Municipal, utilizaram-se os dados de 2007, por inexistência de dados de 2008 em formato digital. Os dados do CDL-Estadual apresentaram problemas de compatibilização entre as fontes.
- 12 Em 2008 e 2009 o valor máximo de aquisição anual por DAP era de R\$ 3.500,00 para todas as modalidades, exceto o PAA Leite, no qual esse era o valor máximo por semestre. A partir de 2010, o limite para as três modalidades de compra direta com doação simultânea passou para R\$ 4.500,00. Para o PAA Leite, a Compra Direta e a Formação de Estoque o limite anual passou para R\$ 8.000,00, sendo que no PAA Leite há um limite semestral de R\$ 4.000,00.

As mulheres agricultoras e sua participação no PAA

Modalidade - Ano 2008	Órgão Executor	No. de Agricult. Familiares Fornecedores	Valor Total das Aquisições (R\$) (*)	Valor Médio por Fornecedor (R\$) (*)	% do total de Agric. Fornecedor	Percentual do Valor Total
PAA CDL Estadual (3)	MDS e Gov. Estado	16.283	32.269.830	1.981,81	11%	7%
PAA Leite (3)	MDS e Gov. Estado	30.584	178.570.863	5.838,70	21%	36%
Formação de Estoque (2)	CONAB	14.067	46.500.848	3.305,67	10%	9%
Compra Direta (2)	CONAB	13.494	44.681.634	3.311,22	9%	9%
Total		147.376	491.349.498	3.333,99	100%	100%

Fonte: Matriz de Informações Sociais/ MDS e tabulações feitas pelas autoras com dados repassados pela CONAB e pelo MDS.

(*) Em 2008 a cota anual máxima de entrega por família (DAP) era de R\$ 3.500,00 para todas as modalidades, exceto o PAA Leite, para o qual esse limite era semestral, sendo R\$ 7.000,00 o teto anual.

(1) Dados da Matriz de Informações Sociais do portal eletrônico do MDS, consulta em março/2010.

(2) Totais de recursos do MDS e MDA - Dados da CONAB, totalizados pela pesquisa..

(3) Dados consolidados pela pesquisa, a partir dos dados desagregados enviados pelo MDS. Há diferenças em relação às totalizações realizadas pelo próprio Ministério¹.

As mulheres no PAA

A primeira etapa desta pesquisa consistiu num levantamento quantitativo da participação das mulheres nas diferentes modalidades do PAA, a partir dos nomes e dos CPFs (Cadastros de Pessoa Física) dos(as) agricultores(as) fornecedores(as) que constam nos contratos. Os dados foram disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e pela CONAB, para o ano de 2008. Nos contratos consta o número da DAP-Declaração de Aptidão ao PRONAF, o nome e o nú-

mero do CPF de quem forneceu ao programa. Ou seja, embora as DAPs incluam dois titulares (o marido e a mulher), os pagamentos do fornecimento ao PAA (e os contratos) são feitos em nome de uma só pessoa, identificada por seu CPF. Todos os dados quantitativos de participação de mulheres no PAA aos quais estaremos nos referindo correspondem a mulheres agricultoras familiares cujos nomes constam formalmente nos contratos do PAA e que, conseqüentemente, recebem o pagamento no seu nome e/ou na sua conta corrente.

Os resultados apontaram, em nível nacional, um baixo percentual de mulheres constando formalmente nos contratos. As modalidades com maior percentual foram as de compra direta com doação simultânea: a Doação Simultânea, operacionalizada pela CONAB, com 28% de mulheres, o PAA CDL Municipal, com 27% de mulheres e o PAA CDL Estadual, com 29% de mulheres. E a modalidade com menor percentual de mulheres foi a Compra Direta, com 13% de Mulheres, conforme pode ser visto na tabela 2¹³.

Tabela 2 – Número de Fornecedores e Percentual de CPFs de Mulheres entre os Fornecedores, nas diferentes modalidades do PAA operacionalizadas pela CONAB e MDS.

Modalidade	Ano	Responsável pela Execução	Nº total de famílias agricultoras fornecedoras (=100%)	% CPFs de mulheres nos contratos
Doação Simultânea	2008	CONAB	63.062	28%
CDL Municipal (1)	2007	MDS e Prefeitura	5.975	27%
CDL Estadual (2)	2008	MDS e Gov.Estadual	16.376	29%
Formação Estoque	2008	CONAB	14.067	16%
Compra Direta	2008	CONAB	13.494	13%
PAA – Leite	2008	MDS e Gov.Estadual	23.479	18%

Fonte: CONAB/ SUPAF/ GECAF; MDS/CESAN. Elaboração das autoras.

(1) Totais parciais: faltaram dados de 29 municípios.

(2) Há diferenças significativas entre as totalizações feitas pelo MDS, divulgadas na Matriz Social e as totalizações feitas a partir dos dados desagregados. Segundo os gestores, devem-se ao fato de alguns contratos feitos num ano serem executados em outro e poderem constar em anos diferentes. Pelos dados da Matriz Social, seriam 34.500 famílias.

13 Não há diferenças significativas entre os valores médios acessados por mulheres e por homens; os percentuais de números de mulheres e de valor acessado pelas mulheres são, portanto, muito próximos.

A desagregação dos dados mostrou uma variação considerável nos percentuais de mulheres que constam nos contratos entre grandes regiões, Estados e Municípios, não permitindo extrair conclusões sobre as causas das diferenças nos percentuais¹⁴. A indicação de que a maior diversidade de produtos abrangidos pela modalidade Doação Simultânea favoreceria a participação das mulheres nem sempre foi confirmada pelos dados quantitativos, porque houve, em vários casos, baixos percentuais de mulheres em produtos considerados como tipicamente “das mulheres”, como, por exemplo, bolos, doces e conservas. Voltaremos a este aspecto posteriormente.

Não há diferenças significativas na participação formal de mulheres entre municípios inseridos e não inseridos em Territórios da Cidadania, embora na média geral o percentual de mulheres nos TC seja ligeiramente superior. No caso da Modalidade Doação Simultânea, cerca de metade das famílias agricultoras que forneceram ao programa estão dentro de Territórios e o percentual médio de participação de mulheres é de 25%; naqueles fora de Territórios, o percentual de mulheres fornecedoras é de 27%.¹⁵ Nas modalidades Formação de Estoque e Compra Direta a maioria dos agricultores fornecedores é de municípios fora de Territórios.

A única variável que se mostrou coerente, mesmo nos níveis mais desagregados, foi a de renda, com maiores percentuais médios de mulheres nas faixas mais baixas de renda, estimadas a partir do enquadramento no PRONAF.

Embora se saiba que não existe uma correspondência exata entre o CPF que consta no contrato e a pessoa que efetivamente forneceu ao programa¹⁶, consi-

-
- 14 As variações entre as porcentagens de CPFs de mulheres ocorrem também dentro do próprio município, entre as organizações que acessaram ao programa (inclusive vendendo o mesmo produto) ou até em diferentes contratos feitos pela mesma associação ou cooperativa. Ver relatórios originais da pesquisa (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2009 e 2010).
 - 15 Havia uma expectativa de que o acesso das mulheres ao PAA dentro dos Territórios da Cidadania pudesse ser maior pela presença de articuladoras territoriais voltadas para a questão de gênero, mas tanto nos dados quantitativos quanto nos estudos de caso esta expectativa não se confirmou.
 - 16 A pesquisa confirmou que tanto há casos de homens que utilizam CPFs das suas esposas para acesso ao PAA, quanto de mulheres que acessam o PAA com o CPF dos maridos (mais comum). Também há notícias de que podem ser utilizados CPFs de outras pessoas que não as que efetivamente forneceram, por diferentes razões. Na

deramos que o levantamento quantitativo serve para dar uma dimensão da participação formal das mulheres no Programa, indicando tendências e questões a serem observadas.

Tabela 3 - Número de Fornecedores e Percentual de CPFs de Mulheres entre os Fornecedores, nas diferentes modalidades do PAA operacionalizadas pela CONAB e MDS, em 2008 *

UF	Doação Simultânea		Formação Estoque		Compra Direta		PAA - Leite		CDL Municipal (1)		CDL Estadual (2)	
	2008 CONAB		2008 CONAB		2008 CONAB		2008 MDS		2007 MDS		2008 MDS	
	No.Forn (=100%)	% Mulheres	No.Forn (=100%)	% Mulheres	No.Forn (=100%)	% Mulheres	No.Forn (=100%)	% Mulheres	No.Forn (=100%)	% Mulheres	No.Forn (=100%)	% Mulheres
Região Nordeste												
AL	234	17%	372	23%	480	36%	2559	25%	457	36%	-	-
BA	6.059	41%	1.703	21%	-	-	2.578	20%	506	24%	-	-
CE	3.667	31%	159	38%	20	30%	2.732	10%	1.476	21%	-	-
MA	3.863	43%	-	-	-	-	2.161	30%	719	41%	-	-
PB	938	30%	9	22%	14	14%	6.286	16%	348	37%	-	-
PE	2.147	36%	-	-	276	36%	4.090	22%	428	28%	-	-
PI	582	14%	249	3%	99	18%	707	25%	-	-	3644	34%
RN	1.131	19%	466	15%	336	18%	-	-	130	23%	4.666	41%
SE	4.221	33%	110	5%	-	-	1.266	18%	76	34%	-	-
Total	22.842	35%	3.068	19%	1.225	29%	22.379	20%	4.140	29%	8.310	38%
Região Sudeste												
ES	180	14%	112	5%	-	-	-	-	-	-	-	-
MG	14.129	29%	925	15%	1.875	8%	5.190	15%	505	25%	-	-
RJ	870	17%	93	5%	-	-	-	-	92	13%	-	-
SP	5.404	29%	1.606	24%	14	7%	-	-	239	19%	-	-
Total	20.583	28%	2.736	19%	1.889	8%	-	-	836	22%	-	-

entrega dos produtos ao Programa, também pode haver substituições de fornecedores, de quantidades e mesmo de tipo de produto em relação ao contrato inicial (do qual os dados foram extraídos), motivadas por mudanças na produção em relação ao previsto/ planejado.

As mulheres agricultoras e sua participação no PAA

UF	Doação Simultânea		Formação Estoque		Compra Direta		PAA - Leite		CDL Municipal (1)		CDL Estadual (2)	
	2008 CONAB		2008 CONAB		2008 CONAB		2008 MDS		2007 MDS		2008 MDS	
	No.Forn (= 100%)	% Mulheres	No.Forn (= 100%)	% Mulheres	No.Forn (= 100%)	% Mulheres	No.Forn (= 100%)	% Mulheres	No.Forn (= 100%)	% Mulheres	No.Forn (= 100%)	% Mulheres
Região Sul												
PR	4.205	21%	1.639	10%	664	5%	-	-	298	19%	5.762	20%
RS	6.614	15%	3.838	9%	9.716	13%	-	-	-	-	-	-
SC	1.786	20%	1.581	23%	-	-	-	-	-	-	924	22%
Total	12.605	18%	7.058	12%	10.380	13%	-	-	298	19%	6.686	20%
Região Norte												
AC	648	29%	429	23%	-	-	-	-	-	-	-	-
AM	1.335	28%	301	18%	-	-	-	-	-	-	-	-
AP	93	24%			-	-	-	-	-	-	-	-
PA	944	23%	67	39%	-	-	-	-	-	-	-	-
RO	819	30%	192	21%	-	-	-	-	-	-	-	-
RR	29	21%			-	-	-	-	-	-	-	-
TO	273	17%			-	-	-	-	222	14%	1380	21%
Total	4.141	26%	989	22%	-	-	-	-	222	14%	1.381	21%
Região Centro Oeste												
GO	756	23%	56	13%	-	-	-	-	-	-	-	-
MS	319	13%	15	20%	-	-	-	-	239	21%	-	-
MT	1.816	20%	145	19%	-	-	-	-	240	27%	-	-
Total	2.891	20%	216	17%	-	-	-	-	479	24%	-	-
Total BR	63.062	28%	14.067	16%	13.494	13%	23.479	18%	5.975	27%	16.376	29%

Fonte: Elaboração das autoras, com base nos dados do MDS e da CONAB.

* Ver observações feitas na Tabela 2.

Os dados quantitativos foram complementados por estudos de caso, de caráter qualitativo, nos quais foram visitadas organizações participantes do Programa e entrevistados gestores públicos, agricultoras fornecedoras, representantes dos

movimentos de mulheres, organizações não-governamentais, associações, cooperativas e movimentos sociais rurais.

Foram realizados quatro os estudos de caso, cada um em um Estado diferente, buscando abranger diferentes regiões do país, diferentes modalidades e situações diferenciadas de participação de mulheres. Em cada Estado o foco principal foi uma modalidade, mas se coletou informações sobre as demais. No Rio Grande do Sul e no Maranhão o foco foram as modalidades de Compra Direta com Doação Simultânea; em Minas Gerais, o PAA Leite; e na Bahia, a modalidade Formação de Estoque.

Os estudos de caso procuraram responder às seguintes questões: por que o PAA não está atingindo formalmente mais mulheres, em suas várias modalidades de operação? Em que condições as mulheres estão acessando o Programa e o que facilita ou dificulta esse acesso, seja individualmente, seja em grupos organizados? Qual o significado dos percentuais de CPFs de mulheres? Qual a relação entre percentual de mulheres que constam nos contratos e a participação efetiva das mulheres no programa? Qual a importância da participação formal das mulheres no programa, ou seja, que diferença faz para as mulheres o nome delas (e seus CPFs) constarem formalmente dos contratos? A análise foi feita a partir de diferentes pontos de vista: das normas e procedimentos de acesso ao Programa; do conhecimento das mulheres sobre essas normas e do seu grau de organização em relação às questões de comercialização; e do ponto de vista da configuração das famílias rurais, verificando-se a existência ou não de um ambiente favorável à autonomia das mulheres. Buscou-se também verificar as diferenças entre as condições de participação das mulheres: individual, em grupos exclusivamente de mulheres ou em grupos mistos (homens e mulheres).

Os estudos qualitativos indicaram que há um conjunto de fatores que interferem no percentual de mulheres que têm seu nome nos contratos, o que faz com que a leitura dos dados quantitativos não seja automática e possa ter distintos significados. Uma primeira questão trazida pelos estudos de caso foi que a participação formal de mulheres no programa – indicada pelo percentual de mulheres que aparece nos contratos do PAA – subestima a real participação das mulheres no Programa, especialmente nas modalidades de Compra Direta com Doação Simultânea, mesmo sendo essas as em que aparecem os maiores percentuais de mulheres.

Elementos que favorecem uma maior participação das mulheres no PAA

Sem dúvida um dos fatores que influencia para que haja um maior percentual de mulheres nas modalidades de compra direta com doação simultânea é a grande diversidade e o tipo de produtos abrangidos.

Conforme apontado por vários estudos, há algumas linhas gerais que “orientam” a divisão de trabalho na agricultura familiar, com as mulheres se concentrando nos trabalhos chamados reprodutivos (e voltados para o autoconsumo) e os homens nos produtivos (voltados para a geração de renda). Quando se encontram fora do seu lugar de domínio, o trabalho realizado, seja por homens ou por mulheres, é considerado uma ajuda, um “não-trabalho”¹⁷

O fato é que, em todas as unidades familiares de produção, há produtos e tarefas identificados como sendo responsabilidade dos homens ou das mulheres, que serão colocados em determinados mercados e receberão valorizações diferenciadas. Em geral, os produtos voltados para o autoconsumo, que estão sob responsabilidade das mulheres, costumam ter pouco ou nenhum acesso ao mercado, tendo o excedente trocado ou oferecido a vizinhos e parentes, ou simplesmente “perdido”. Os produtos considerados “comerciais” ou “de renda” são em geral responsabilidade dos homens, ainda que as mulheres trabalhem efetivamente para a sua produção. Em geral, as atividades de comercialização e o uso dos recursos auferidos com a venda desses produtos fogem ao controle das mulheres.

As modalidades do PAA de compra direta com doação simultânea, por permitirem a compra de uma gama diferenciada de produtos alimentares, vêm

17 É assim que os agricultores interpretam a participação dos homens em atividades domésticas, por exemplo. Magalhães (2005) aponta que no Paraná se considera que os homens “ajudam” em tarefas como lavar louça ou arrumar a casa e “ajudam” as mulheres na ordenha das vacas. As mulheres, por outro lado, “ajudam” os homens na lavoura, no manejo do pasto e na manutenção das cercas, atividades consideradas masculinas. A atribuição de responsabilidades pode ser ainda mais complexa. Naquele Estado, quando o serviço na lavoura é a produção de alimentos para os animais, como milho ou produtos para silagem, a atividade pode ser considerada feminina, mas dificilmente as mulheres se envolvem na produção de soja, mesmo na condição de ajudantes.

propiciando a criação de um mercado “institucional”, com preços justos, para os produtos tradicionalmente vinculados à esfera feminina, ao “autoconsumo”, à “subsistência” e ao “quintal”, cultivados em áreas próximas à casa, ou em áreas não aproveitadas para cultivos comerciais. Alguns deles já eram vendidos pelas mulheres, mas em escala menor e com mais dificuldades, como as aves e os ovos, as hortaliças (bastante incluídas no PAA e em vários casos estimuladas por ele), e as frutas¹⁸. Há, ainda, casos em que o PAA cria (ou recria) formas de escoamento para produtos que estavam à margem dos mercados hegemônicos, que estavam sendo deixados de produzir por muitas famílias, como vários tipos de abóbora, batatas-doce, carás, inhames. Os exemplos são inúmeros, dado que as modalidades de Compra Direta com Doação Simultânea abrangem mais de 300 produtos diferentes em nível nacional, com marcantes variações regionais.

O PAA abre ainda uma importante perspectiva para venda de produtos processados, tradicionalmente utilizados no consumo da casa ou vendidos em pequenas quantidades e que permitem agregação de valor aos produtos da agricultura familiar. A lista destes produtos é bastante extensa e reflete a cultura e os produtos de cada região. As schimias (geléias de frutas), conservas, cucas, massas, pães e biscoitos feitos com trigo no Sul; diversos doces de frutas, biscoitos de polvilho e de fubá, além dos queijos e dos pães de queijo em Minas Gerais; os bolos de macaxeira, de tapioca, de mesocarpo de babaçu, a massa puba ou massa de macaxeira (para fazer mingau ou bolo) no Maranhão e em outros Estados do Nordeste¹⁹.

Adicionalmente, essas modalidades do PAA abrem oportunidade comercial para um conjunto de produtos do extrativismo, que em grande parte são atribuições das mulheres. Na maioria dos casos, os produtos extrativos passam por algum processamento antes de serem entregues ao PAA. Citando apenas os

18 Houve vários depoimentos de mulheres que disseram ter começado a identificar (em geral com ajuda de técnicos ou de gestores do programa) produtos passíveis de venda no seu próprio quintal, como limão, manga e outras frutas que antes “se perdiam”.

19 É interessante notar que alguns produtos processados permitem aproveitar, simultaneamente, um conjunto de produtos da agricultura familiar, processados e não processados, muitos deles também sob responsabilidade das mulheres. Por exemplo, no Nordeste, os bolos, biscoitos e pães, que aproveitam o ovo, o leite, a manteiga e a mandioca (ou derivados, como massa de puba ou polvilho), bem como o açúcar mascavo.

exemplos dos Estados visitados, temos os produtos do Cerrado em Minas Gerais (o pequi e frutas como cagaita, coquinho azedo, panã, etc, fornecidas sob a forma de polpas), os mariscos (entregues já limpos e processados) e os produtos do babaçu no Maranhão (em especial o mesocarpo, pois o azeite ainda é pouco incluído), doces e sucos de frutas nativas no Rio Grande do Sul (ananá, butiá) e de frutas da Caatinga no Nordeste (umbú, maracujá, goiaba).

Em todos estes casos, as modalidades de Compra Direta com Doação Simultânea têm um grande potencial de serem “apropriadas” pelas mulheres rurais, seja individualmente ou através de grupos produtivos²⁰. Em quase todos os tipos de produtos citados anteriormente, mas em especial nos produtos processados, nos casos em que há uma continuidade ao longo dos anos, o PAA vem contribuindo para uma progressiva melhoria desse processamento e adequação às exigências sanitárias, permitindo às famílias ou aos grupos produtivos acessarem outros mercados²¹.

Os efeitos do PAA são bastante positivos, no sentido de favorecer a produção de alimentos nas pequenas propriedades, reforçando a segurança alimentar não apenas dos que recebem os alimentos, mas também dos próprios produtores, aspectos também ressaltados por outros estudos²². Como o cuidado com a ali-

-
- 20 Será interessante verificar se com a criação desses novos mercados pelo PAA pode haver uma “mudança no comando”, como observado em alguns produtos, que, na medida em que passam a ser valorizados em mercados mais estruturados e obtêm melhores preços ou garantias de escoamento, deixam de estar sob responsabilidade das mulheres, e passam a ser gerenciados e comercializados pelos homens. Isso foi observado em outros estudos com a produção de leite, hortaliças e frutas, processamento de alimentos (doces, conservas). Uma contraposição a essa tendência ocorre quando, concomitantemente às melhorias de mercado, a organização das mulheres é fortalecida.
- 21 Os projetos do PAA proporcionam mercado e um preço garantido por um período de um ano, estimulando a produção em maior escala, o aprendizado sobre o mercado e o reinvestimento em equipamentos. Favorecem também a adequação progressiva dos empreendimentos às normas sanitárias municipais, estaduais e federais.
- 22 Ver, por exemplo, as dissertações de mestrado de Ernesto Martinez e de Claudio Becker, indicadas na bibliografia; além dos textos de Grisa (2010), Sacco dos Anjos et al (2010), entre outros, que trazem dados sobre como o PAA estimulou a produção para o autoconsumo na Região Sul. No Nordeste, destaca-se o trabalho de Zimmermann e Ferreira (2008), que analisou o caso de Mirandiba (PE), com resultados semelhantes.

mentação está ligado à “esfera feminina”, há um envolvimento especialmente solidário das mulheres com o fornecimento dos alimentos à população beneficiária, o que também leva à preocupação com a saúde e a qualidade da oferta de alimentos. Isso se reflete também na busca de redução do uso de agrotóxicos, em especial no caso de alimentos voltados para crianças (creches e escolas) e, no Rio Grande do Sul, vem reforçando o que é chamado de “transição para a agroecologia”, que, em vários casos, tem nas mulheres as principais incentivadoras²³. Isso é favorecido pelo fato do PAA pagar um adicional de 30% a produtos orgânicos²⁴.

O fato de envolverem um grande número de produtos “sob responsabilidade das mulheres” certamente influencia para que os percentuais de mulheres nos contratos (CPFs de mulheres) sejam maiores nas modalidades de Compra Direta com Doação Simultânea em relação a outras modalidades. Uma contraposição pode ser vista na modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar, por exemplo, que é restrita a poucos produtos, vários deles resultados de lavouras anuais em geral “sob responsabilidade dos homens”. Nessa modalidade, os percentuais de CPFs de mulheres nos contratos é bem menor.

O caso do PAA Leite, também com baixos percentuais de CPFs de mulheres, é ilustrativo de um produto que é tido, nas regiões onde esta modalidade opera, como uma atividade essencialmente pertencente à esfera masculina. No Nordeste e no norte de Minas Gerais, argumentos como a necessidade de força física e virilidade na lida com os animais, em especial a ordenha, são constantemente evocados para justificar o pertencimento do leite ao universo masculino. A ordenha chega a ser vista como “perigosa” para (e pelas) mulheres²⁵. No

23 No Território da Cidadania visitado no Rio Grande do Sul, o PAA é apontado, em conjunto com outras iniciativas, tais como as feiras ecológicas e as experiências de venda para a alimentação escolar, como um programa que vem auxiliando as famílias a deixarem o plantio de culturas que utilizam muitos agrotóxicos, como o fumo.

24 Por outro lado, em muitos casos, apesar de os produtos fornecidos ao PAA serem isentos de produtos químicos, não são vendidos como orgânicos, seja por desinformação dos envolvidos, seja por dificuldades de acesso à certificação. Esse é o caso de quase todos os produtos extrativistas.

25 Nas entrevistas com mulheres no norte de Minas apareceram referência a ter “medo de tirar leite”, bem como uma certa admiração pelas mulheres que trabalhavam na ordenha, que eram conhecidas e apontadas como exceção.

entanto, a análise da literatura sobre a divisão de trabalho e os papéis sociais de gênero na pecuária leiteira aponta que no Sul do Brasil a ordenha e o cuidado com as vacas de leite são atividades pertencentes à esfera feminina. Também na comercialização e na produção de queijos os papéis de gênero podem ser invertidos nas diferentes regiões, sendo responsabilidade das mulheres em algumas regiões e dos homens em outras. O caso da produção leiteira acaba sendo um exemplo bastante ilustrativo de como a divisão de trabalho entre os sexos é um processo cultural e sujeito a variações históricas²⁶. O estudo de caso no norte de Minas Gerais apontou que, mesmo famílias nas quais as mulheres eram as responsáveis por todos ou quase todos os trabalhos na atividade leiteira, incluindo a ordenha, os contratos permaneciam em nome dos maridos. E as mulheres visitadas cujos nomes constavam nos contratos não eram as responsáveis principais pela atividade: este havia ficado em seu nome por algum impedimento legal do marido ou dos filhos homens, ou então por opção do casal (em geral do próprio marido). Vale observar ainda que na atividade leiteira, há, para além da ordenha, um conjunto de atividades executadas pelas mulheres (esposas e filhas), consideradas como “ajuda” aos homens (que são os responsáveis) e que ficam invisibilizadas e de uma forma geral as mulheres estão excluídas do gerenciamento desta atividade, que tem um impacto significativo na sua vida²⁷. A representação social e cultural do trabalho no leite como pertencente à esfera masculina na região de operação do PAA Leite parece ser um dos fatores principais que explica a não formalização da participação das mulheres nesta

-
- 26 A literatura sobre a divisão sexual do trabalho no leite é quase inexistente no Nordeste. Na região Sul há vários trabalhos, inclusive apontando variações históricas: quando a atividade leiteira deixa de ser prioritariamente para o consumo e assume maior tecnificação e importância econômica, ela tende a passar para a responsabilidade masculina. Ver Menasche (1996), Deser (1996), De Grandi (1999), Magalhães (2005).
- 27 Mesmo quando não envolvidas diretamente na ordenha, as mulheres despertam antes dos homens para preparar e levar o café para os maridos no estábulo, estão diretamente envolvidas nos procedimentos de limpeza dos equipamentos e, em muitos casos, são as responsáveis pelo processamento do leite. No norte de Minas Gerais, algumas mulheres entrevistadas (de produtores menores, antes não atendidos por laticínios), observaram que o PAA Leite as aliviou do trabalho desgastante de produção e venda de queijo (que naquela região, quando em pequena escala é, em geral, atribuição das mulheres). No entanto, o caráter do trabalho de campo não permitiu avaliar que impacto pode ter para elas deixarem de ter o dinheiro da venda do queijo.

modalidade, mesmo nos casos em que ela é a principal responsável, tendo implicações na invisibilidade do seu trabalho e na sua exclusão do gerenciamento dessa atividade.

A invisibilidade e o “anonimato” das mulheres no PAA

Os estudos de caso apontaram que, em especial nas modalidades de Compra Direta com Doação Simultânea, embora seja bastante significativa a inclusão de produtos “da esfera feminina” no programa, o percentual de mulheres formalmente registradas como fornecedoras, ou seja, o percentual de nomes e CPFs de mulheres titulares de DAP nos contratos está aquém do percentual de força de trabalho feminina empregada na sua produção. No Rio Grande do Sul, por exemplo, apenas 15% dos contratos da modalidade Doação Simultânea estão em nome das mulheres, apesar de sua forte presença na produção. Parte desse “anonimato” das mulheres foi atribuída à “questão cultural”²⁸, que “esconde” a mulher no espaço doméstico, sendo o homem o “representante da família” nos espaços públicos. O argumento é que, apesar de estarem “anônimas” e “escondidas”, as mulheres que participam do PAA têm poder de decisão no espaço privado, mas nos espaços públicos a autoridade é dos homens, que representam formalmente a família.

Com relação ao uso dos recursos, a pesquisa preocupou-se em analisar se fazia diferença para as mulheres que seus nomes constassem formalmente nos contratos e que o pagamento saísse em nome delas.

Embora de maneira geral, como aponta a bibliografia a respeito do programa, toda a família seja amplamente beneficiada pelo PAA, e ainda que sejam frequentes afirmações de que “tanto faz” em nome de quem é feito o pagamento do programa, há fortes indicativos de que é comum haver uma privação da mulher das decisões sobre o uso do dinheiro e que em muitos casos é muito importante para as mulheres que seu trabalho tenha uma remuneração específica,

28 Embora muitas vezes se referissem a regiões onde predominam determinadas etnias, em outras a afirmação era do contrário, ou seja, o argumento de que “é cultural” parece um coringa que vale para todas as situações.

separada da do homem. Ter seu próprio dinheiro, não precisar “pedir ao marido” ou “prestar contas” dos gastos é bastante valorizado por muitas mulheres²⁹. Algumas entrevistadas se referiram ao período em que não tinham autonomia financeira como “um inferno”, “uma humilhação”, por ficarem sujeitas ao controle do marido.

Reforçando essas indicações, foram comuns menções à Aposentadoria Rural e à Bolsa-Família como exemplos de políticas que propiciaram às mulheres o acesso direto a recursos monetários e, porque não dizer, um reconhecimento da sua cidadania, com sua saída do “anonimato”. Por exemplo, Rego (2008, citando Pereira et alii, 2008) observa o sentido emancipatório presente no fato da titularidade do benefício do Bolsa-Família ter sido colocada na mão das mulheres³⁰. As mulheres têm diferentes prioridades de compra e ter acesso direto aos recursos possibilita um exercício de negociação com o parceiro no domicílio sobre essas prioridades. Muitas beneficiárias ressaltaram também a sua maior visibilidade na sociedade e o aumento do poder de decisão fora do domicílio³¹. As autoras argumentam que as possibilidades de autonomização mínima das mulheres abertas pelo Programa Bolsa-Família transcenderiam o nível puramente monetário, refletindo também nas possibilidades de expressão e direito a voz na sociedade, abrindo caminho para o reconhecimento dos direitos de cidadania das mulheres.

Depoimentos de lideranças de mulheres ouvidas por esta pesquisa apontaram que a questão do acesso ao dinheiro e às decisões sobre seu uso é difícil de ser explicitada pelas mulheres rurais por se tratar de questões íntimas das famílias: nas reuniões de grupos de mulheres, quando alguém comenta algo, às vezes as outras se “atrevem” também a se colocar. Foram citados casos em que as

29 Também para os jovens rurais essa questão de acesso e controle dos recursos financeiros é importante e influencia na sua decisão sobre sair ou não da propriedade. Ver Magalhães (2005).

30 Os depoimentos de mulheres citados pelas autoras se aproximam muito dos ouvidos no caso das mulheres que têm seu nome nos contratos do PAA.

31 O fato de possuírem o cartão, deslocarem-se para receber o pagamento, negociarem com comerciantes locais a abertura de créditos foram apontadas pelas beneficiárias como mudanças ocorridas após ingresso no Programa Bolsa-Família. Mesmo assim, não se verificou uma redução automática das desigualdades de gênero e dos padrões tradicionais de distribuição de papéis entre mulheres e homens no âmbito doméstico.

mulheres comentam o assunto em conversas confidenciais com as lideranças ou que, somente ao participar de movimentos que discutem a questão de gênero, passaram a “desnaturalizar” sua situação, antes tida como “normal” e a se dar conta de que o acesso direto aos recursos e à decisão sobre seu uso é importante na sua vida e é um direito. Houve referências ao fato de que um marido “bom” é aquele que “compra as coisas para a casa” para deixar a mulher satisfeita e ainda “dá” um dinheirinho para a mulher gastar com o que quiser (mesmo em casos em que a mulher trabalha de igual para igual, como nas hortaliças, por exemplo). Isso indica que há um conjunto de maridos “não tão bons”, que dão outras prioridades ao dinheiro. Foram ainda comuns as referências a constrangimentos passados pelas mulheres por ter que pedir dinheiro aos maridos para a compra de roupas íntimas ou outros objetos de uso pessoal, bem como para os gastos com os filhos, incluindo gastos com educação³².

Fatores que favorecem a “invisibilidade” ou o “anonimato” das mulheres no PAA: a questão da documentação e o “machismo” das leis

Os estudos de caso apontaram que há um conjunto de fatores relacionados com a documentação para a formalização dos contratos, que dificulta uma maior participação direta das mulheres, de forma que os seus nomes apareçam formalmente nos projetos. Uma das explicações para o fato dos projetos do PAA estarem no nome dos homens, mesmo nos casos em que as mulheres são as principais responsáveis e a principal força de trabalho dos produtos entregues, é o fato da documentação em geral estar no nome do marido, considerado como o “representante da família”.

Por outro lado, é muito frequente (entre agricultores, técnicos, agentes públicos, representantes sindicais e dirigentes de cooperativas) a interpretação de que o homem é o “titular” da DAP, sendo as mulheres “dependentes” e que o projeto do PAA precisa ser feito em nome “do” titular. Conforme comentado anteriormente, a DAP é um documento “da família” que tem como objetivo comprovar, junto ao Governo Federal, o enquadramento nos critérios da Agricultura

32 Essa questão é também apontada em outros estudos, como De Grandi (1999)

Familiar para estar apta a receber os benefícios direcionados a essa categoria social. Isso se deve ao fato de que quando a DAP foi criada, o formulário de preenchimento continha, na primeira parte, a “identificação do(a) Agricultor(a) Familiar” na qual constava apenas um nome (que teoricamente poderia ser do esposo ou da esposa, mas na quase totalidade dos casos consta o nome do homem). E somente ao final, na segunda parte da DAP, denominada “Informações Complementares”, eram solicitados os dados do cônjuge. Com a intervenção da Assessoria em Gênero, Raça e Etnia do MDA, respondendo a solicitações dos movimentos de mulheres, na safra 2004/2005 foram incluídos os dois nomes (marido e esposa) no início do documento, colocados como 1º Titular e 2º Titular³³. Como essa denominação também poderia ser interpretada como uma hierarquia, houve uma terceira modificação, na safra 2005/2006, deixando um espaço para os titulares. Mas o primeiro modelo deixou marcas e nos estudos de caso apareceram inúmeras menções ao fato “do titular” da DAP ser o homem³⁴.

Um problema geral para o acesso das mulheres rurais às políticas públicas (e, porque não dizer, a uma cidadania plena), do qual a titularidade da DAP é apenas uma parte, refere-se à falta de documentação pessoal e profissional. A falta de documentos básicos, como identidade e CPF, apareceu nos estudos de caso como uma realidade ainda bastante presente, apesar dos esforços realizados pelo MDA através do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR).³⁵

-
- 33 O Manual do Cadastrador da DAP destaca que a dupla titularidade é uma novidade, que “permite a identificação de cada um dos membros do casal responsável pela manutenção da unidade familiar”. E observa que “não existe precedência entre quaisquer dos titulares no domínio da titularidade da DAP” (SAF/MDA, Manual da DAP 2004/2005).
- 34 Um exemplo é o fato do modelo do formulário da DAP que constava no Manual de Operações da CONAB de 2008 ser ainda da primeira versão (Ver Título 27 – CDAF – Documento 1 – Anexo 1 – Declaração de Aptidão ao Pronaf – Comunicado Conab/MOC no. 020 de 15/08/2008). Nos estudos de caso, outra interpretação errônea que apareceu foi do termo “agricultores pronafianos” (como exigência para o acesso ao PAA, de ter DAP) como sendo agricultores que tomaram empréstimos do PRONAF.
- 35 Mesmo no Rio Grande do Sul, Estado onde há uma maior formalização dos contratos e maior escolarização na população rural, uma das entrevistadas mencionou que encontro realizado com mulheres rurais no território da cidadania visitado constatou a existência de várias mulheres sem documentação pessoal. No Maranhão, houve menção ao fato de que os mutirões de documentação realizados recentemente no

A documentação da terra é outro impeditivo: foi corrente em campo a interpretação de que a DAP (e o projeto do PAA) precisam estar no mesmo nome de quem tem a documentação da terra, que, de uma forma geral, é o homem. Até muito recentemente (2003) apenas o nome do marido constava na documentação dos assentamentos de Reforma Agrária, por exemplo. Por meio de várias lutas os movimentos de mulheres conseguiram a inclusão dos seus nomes nos títulos ³⁶, mas é considerado “cultural” que os documentos e contratos de terra continuem apenas em nome dos maridos.

Outro documento necessário ao PAA, do qual as mulheres tendem a ser excluídas, são as notas fiscais dos produtores rurais. No Rio Grande do Sul, a inclusão do nome das esposas no “bloco de notas” foi uma conquista das agricultoras na luta pelo seu acesso aos direitos previdenciários, para comprovação da profissão, dado que, em seus documentos profissionais, essas constavam como “trabalhadoras domésticas” ou “do lar”. Naquele Estado, a inclusão do nome do casal (marido e mulher) nos blocos de nota é comum, mas seria necessário verificar como isso se dá nos outros Estados. Um dos gestores do PAA Leite de Minas Gerais, ao ser indagado se naquele Estado era possível constar o nome da mulher no “cartão do produtor”, para a emissão da nota fiscal no nome dela, observou, ao ficar em dúvida: “será que a legislação pode estar sendo machista?”.³⁷ A necessidade de notas fiscais é uma das dificuldades para a prestação de contas no caso da Modalidade Doação Simultânea, que vem sendo resolvida de forma diferenciada em cada Estado, influenciada pelas diferentes

Estado pelo PNDTR, especialmente em áreas de assentamentos, haviam sido importantes para o acesso das mulheres rurais a documentação pessoal.

- 36 A Portaria 981 do INCRA, de outubro de 2003, declara obrigatória a titularidade em nome da mulher e do homem. A Instrução Normativa nº 38, publicada pelo Incra em março de 2007 alterou os procedimentos e instrumentos, estabelecendo a obrigatoriedade de inclusão da mulher e do homem, independente de estado civil, em todos os cadastros e sistemas de informação do INCRA, além de mudar a sistemática de classificação dos beneficiários da reforma agrária, priorizando as mulheres chefes de família.
- 37 Em Minas Gerais perguntamos a várias pessoas se era possível incluir o nome da mulher, ao lado do marido, no cartão “do” produtor, e ninguém sabia nos informar. Parece que também nesse caso a documentação da terra estar no nome da mulher é importante. As instruções para emissão desse cartão, no site da Secretaria da Fazenda, não deixam isso claro; no entanto, o termo utilizado (cartão do produtor) está sempre no masculino.

exigências das Secretarias Estaduais de Fazenda³⁸. Se esses documentos já são um problema no caso dos agricultores homens, mais ainda no caso das mulheres. O acesso à conta bancária é outro fator de dificuldade, com casos de funcionários de bancos que discriminam e colocam obstáculos à abertura de contas correntes pelas mulheres rurais.

A própria dificuldade de acesso à DAP aparece como problema: além dos problemas existentes para a emissão da DAP em algumas regiões³⁹, os critérios de emissão da DAP, ao serem voltados para acesso ao crédito rural, impedem a inclusão das agricultoras urbana e também criam empecilhos para famílias com membros assalariados, mesmo que os demais tenham na agricultura sua atividade principal e tenham produtos disponíveis para fornecer ao PAA. Em vários desses casos as mulheres são as maiores prejudicadas.

O fato de o PAA estabelecer um limite anual de compras “por DAP”, ou seja, “por família”, somado à ausência de normas explícitas a respeito da inclusão de mais de um titular da mesma DAP acabam levando a que os contratos incluam apenas uma pessoa por família, que, conforme mencionado anteriormente, tende a ser o do marido, tido como “chefe da família” e seu representante. A inclusão de um único nome por família é reforçada pelo fato do controle administrativo das cotas máximas de fornecimento ser feito pela soma dos valores entregues por CPF (e não por DAP). Ou seja, a inclusão de mais de um CPF por família dificulta o controle da soma das entregas feitas por aquela família.

Outra justificativa apontada para a não inclusão do nome das mulheres formalmente nos contratos seria a maior “facilidade” da pessoa responsável pela parte burocrática de colocar o primeiro nome que consta na DAP (no momento

38 A ausência de notas fiscais de produtores rurais (tanto individuais quanto por parte das organizações de agricultores/as) é apontada como uma das dificuldades na formalização do PAA. No Maranhão, por exemplo, para superar este problema a CONAB conseguiu junto à Receita Estadual a emissão por ela própria de uma nota fiscal específica para a modalidade Doação Simultânea. Essa solução havia sido encontrada pela superintendência do Ceará e parece estar sendo adotada em vários Estados do Nordeste.

39 Embora haja casos bastante diferenciados nas várias regiões, forma apontadas inúmeras dificuldades para a obtenção da DAP (que pode ser emitida por órgãos como Incra, Emater, Funai, Colônia de Pescadores, ou mesmo Sindicatos de Trabalhadores Rurais).

de elaboração do projeto) ou na Nota do Produtor (no momento da prestação de contas). Note-se que em todos os casos citados anteriormente está embutida uma “cultura institucional” (formas de agir de agentes públicos, regulamentos, documentos, etc.) que reforça a “cultura” corrente referente à chefia familiar.

Mesmo sendo essa a prática corrente, diferentes posturas dos(as) gestores(as) e técnicos(as) que acompanham o programa podem estar influenciando na maior ou menor visibilidade das mulheres. Por exemplo, no Rio Grande do Sul, Estado com menores percentuais de mulheres, a prática da CONAB era de exclusão automática da mulher no caso de encontrar o marido e a mulher (da mesma família/ DAP) no contrato⁴⁰. Em Minas Gerais, a CONAB devolvia o projeto e pedia à organização proponente (associação ou cooperativa de agricultores) que indicasse qual dos dois nomes daquela família deveria ser excluído. Já no Maranhão e na Bahia, com maiores percentuais de participação de mulheres, a CONAB procurava identificar qual dos dois (marido ou mulher) estava efetivamente mais envolvido na produção⁴¹. Em todos os Estados foi voz corrente (em especial por parte das lideranças de mulheres) dizer que, caso seja pedido para excluir um dos dois, a tendência é excluir a mulher. Mesmo onde há organizações fortes de mulheres, também há uma tendência em deixar no nome dos maridos para evitar conflitos, em especial quando o trabalho na produção envolve homens e mulheres de maneira mais equitativa, como muitas vezes acontece na produção de hortaliças para o fornecimento ao programa.

Em todos os estudos de caso apareceram exemplos de estratégias utilizadas pelas mulheres para minimizar sua exclusão do seu acesso direto ao PAA, todos eles subterfúgios que indicam que seria necessária uma individualização das cotas de acesso dos diferentes membros da família. Houve casos, ainda que esporádico, de comunidades onde operavam simultaneamente as modalidades Doação Simultânea (operacionalizada pela Conab) e Compra Direta Local Municipal

40 Há naquele Estado uma compreensão corrente, tanto por parte dos gestores das políticas quanto das organizações de agricultores, de que “a família” é a unidade de produção e que “o chefe” da família a representa, de forma que o contrato naturalmente deve estar em nome do marido.

41 Essa postura também parece estar relacionada com a presença forte do movimento de mulheres (quebradeiras de coco de babaçu no Maranhão, Rede de Produtoras Rurais na Bahia) e com o fato de haver um maior número de chefes de família mulheres e maior migração sazonal de homens para trabalho em outras regiões.

(operacionalizada pela prefeitura), em que as mulheres negociaram para deixar o nome do marido em uma modalidade e incluir o seu nome em outra, para que elas pudessem vender diretamente seus produtos. A mesma prática apareceu em municípios onde famílias que vendem ao PAA estão passando a fornecer para a alimentação escolar, através da nova lei da PNAE, nos quais algumas mulheres negociam com os maridos para que eles fiquem com recurso das vendas para alimentação escolar (cujo limite é o dobro do PAA) e deixem para elas o acesso direto ao PAA⁴². Em um dos locais visitados, onde havia o PAA Municipal, por desinformação da prefeitura, num primeiro ano foram incluídos os produtos “dos homens” e “das mulheres” da mesma família separadamente. No ano seguinte, ao ser informada que era um limite único por família, a prefeitura corrigiu os contratos e deixou apenas os nomes dos maridos, causando uma revolta e insatisfação geral nas mulheres, que deixaram de produzir algumas hortaliças que estavam sob sua responsabilidade. O presidente da associação desta comunidade, comentando sobre a injustiça desse fato, ponderou:

“Devia de ser como o Bolsa-Família, que o governo decide que é no nome da mulher e pronto. (...) Deveria ser determinação, porque nós seres humanos, rege muito a lei. Se não vier a ordem de cima, ninguém vai dar chance para as mulheres. Os homens são muito gananciosos, se tem dinheiro [envolvido], é para eles”.

Nos locais onde as mulheres estão mais organizadas, seu poder de negociação e as suas “chances” de serem reconhecidas é maior. Porém, a divisão e a gestão dos recursos ainda são vistas como pertencentes à esfera privada das famílias e é difícil de serem trabalhadas pelas organizações, que, muitas vezes, tendem a evitar maiores conflitos. A referência feita ao Programa Bolsa-Família, cujos recursos são obrigatoriamente em nome da mulher, indica a importância que podem ter políticas afirmativas para as mulheres⁴³.

42 A Lei 11.947/2009 obriga que, a partir de 2010, 30% dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sejam comprados diretamente da agricultura familiar. Nesse caso, o limite de compra por família/ DAP pode ser cumulativo ao PAA, ou seja, a mesma família (DAP) pode fornecer ao PAA e à alimentação escolar.

43 Nos estudos de caso foram comuns às menções à Aposentadoria Rural e à Bolsa-Família como políticas que garantiram o acesso direto das mulheres rurais a recursos monetários, o que trouxe grande impacto na sua vida, sendo em alguns casos a

De uma forma geral, o estabelecimento, pelo PAA, de um limite único por família, que desconsidera sua composição e a divisão interna de trabalho, bem como as relações de poder existentes, tende a reforçar a “cultura” patriarcal ou, no mínimo, deixa de contribuir para romper com ela⁴⁴.

Os tipos de organização formal e vantagens para as mulheres

Outro fator que pode favorecer ou desfavorecer a maior participação das mulheres é a forma organizativa envolvida no PAA. É bastante comum que as organizações formais da agricultura familiar, como sindicatos, associações e cooperativas (assim como as organizações religiosas, que muitas vezes foram a origem das demais), tenham apenas um associado por família, em geral o marido, “chefe da família”, que representa todos os seus membros. As cooperativas, em especial, são historicamente um espaço de participação masculina, pois foram criadas principalmente para os produtos considerados “comerciais” que estão sob responsabilidade dos homens – leite, feijão, milho, batata, fumo⁴⁵.

primeira vez que tiveram acesso a dinheiro. Esta questão é mencionada em outros estudos, como por exemplo, em Rego (2008).

- 44 Embora não tenha sido o foco desta pesquisa, em todos os estudos de caso apareceram menções ao fato de que também os jovens, filhos e filhas que moram e trabalham com os pais agricultores, ficam “anônimos” e excluídos do acesso direto ao PAA, situação que em vários aspectos se assemelha às mulheres (esposas). A visão de que na agricultura familiar todos trabalham “juntos” também limita o acesso dos/das jovens à renda do seu trabalho. Há indícios de que a situação seria ainda pior no caso das filhas mulheres. A existência de uma cota única por família acaba sendo injusta ao desconsiderar todas as diferenças de ciclo familiar e de composição da força de trabalho nas famílias. Por exemplo, uma família visitada no Maranhão tinha quatro filhos e filhas solteiros(as) com idades entre 18 e 22 anos que estudavam e trabalhavam com os pais na horta. Esta família tinha direito à mesma cota máxima que outra família, cujos filhos já haviam casado e saído de casa e apenas a mulher trabalhava na horta. A questão da participação dos(as) jovens rurais no PAA mereceria um estudo específico, mas há várias indicações de que o limite único por família também é problema nesses casos.
- 45 A delimitação dos espaços públicos como sendo um território masculino também traz como consequência uma menor experiência das mulheres com as questões referentes à comercialização – quanto ao funcionamento dos mercados, exigências de apresentação dos produtos, planejamento, logística, financiamento, assistência técnica, etc. Quando elas começam a participar desse mundo, o fazem com muita insegurança, em

Para que mais de uma pessoa da mesma família tenha direito a voto (quando permitido), é, em geral, necessário pagar outras cotas-parte ou taxas, com maiores custos para a família. Mas não é somente o pagamento de mais de uma taxa que atrapalha: as propostas de associações individuais dos diferentes membros da família chegam a “*chocar as pessoas*”, que acham que um sistema individual “*não prospera*”⁴⁶. As lutas travadas pelos movimentos de mulheres rurais vêm conseguindo conquistas, em especial no que se refere à filiação aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, utilizada em muitos Estados como comprovação da profissão de agricultora para fins previdenciários. Cooperativas mais recentes, ligadas ao movimento de economia solidária, têm criado regras especiais visando favorecer a participação das mulheres, como é o caso de cotas para mulheres nas suas diretorias, ou possibilidade de filiação de mais de um membro da família sem que seja necessário o pagamento de outra mensalidade⁴⁷.

As mulheres têm maior participação em experiências menores e informais, perfil da maior parte dos grupos produtivos de mulheres. Essa é uma das explicações para um menor percentual de mulheres nos contratos do PAA no Rio Grande do Sul, em que predominam contratos através de cooperativas. Em alguns Estados como o Rio Grande do Sul, em que a Receita Estadual não permite que a comercialização seja feita por associações, acabam sendo priorizadas as cooperativas, o que dificulta a participação das mulheres e é mais um fator explicativo dos baixos percentuais de mulheres naquele Estado. Caso semelhante é visto

parte porque se sentem fora do seu lugar social e também por terem medo de estar fazendo dívidas que poderão comprometer o patrimônio da família. Muitas vezes essa participação é ainda mais dificultada pela sobrecarga com o trabalho doméstico, obrigação praticamente exclusiva das mulheres, para a qual nem sempre elas recebem apoio dentro da família, caso queiram se dedicar a outras atividades.

- 46 Esse discurso aparece também em outros espaços e regiões e foi muito comum desde quando se criaram políticas específicas para mulheres, tais como o PRONAF-Mulher e a titulação conjunta dos lotes de Reforma Agrária. Em um evento de âmbito nacional, ocorrido em Brasília em 2010, um diretor sindical dos trabalhadores rurais se colocou veementemente contra a ideia de individualização das atividades dentro da unidade familiar. Na visão dele, no limite, isso levaria a se defender que cada um tivesse a sua DAP, explodindo com o conceito de família como unidade produtiva, o que iria contra o caráter *familiar* da agricultura familiar.
- 47 Esse é o caso, por exemplo, da Cooperativa Sul Ecológica no Rio Grande do Sul, assim como da Cooperativa de Gestão dos Empreendimentos da Agricultura Familiar (COOPGEAF) no sul da Bahia.

na modalidade Formação de Estoque, que apresenta baixos percentuais de mulheres e é operada em geral por organizações formalizadas e mais estruturadas, com acesso prévio a mercados.

Essa questão também é sentida na modalidade Doação Simultânea, que exige uma organização formal para encaminhar os projetos. Algumas lideranças femininas consideram que pode não valer a pena investir na formalização dos empreendimentos⁴⁸, uma vez que os grupos de mulheres são pequenos e nem sempre têm produção constante ao longo do ano, enquanto os custos de formalização são altos e permanentes. Essa questão é tão mais problemática quanto mais pobre é a região na qual os grupos estão inseridos. Alguns grupos conseguem acessar o PAA utilizando o CNPJ de organizações mistas, ou seja, mulheres pertencentes a grupos têm seus produtos incluídos em um projeto mais geral, mas mesmo assim nem sempre o nome das mulheres consta formalmente, pois depende do marido já estar ou não incluído. O PAA CDL municipal, ao responsabilizar as prefeituras pelos contratos e pela prestação de contas, estabelece mecanismos que permitem prescindir de uma organização formal, mas por outro lado ao privilegiar agricultores/as individualmente, não estimula a participação de grupos organizados.

Outro problema legal que dificulta a participação das mulheres é a adequação à legislação sanitária dos produtos processados⁴⁹ e de origem animal⁵⁰, ambos importantes para as mulheres. As regras da vigilância sanitária em muitos casos são consideradas abusivas, por terem como parâmetros as grandes empresas. No caso do PAA, o fato da comercialização ser feita ao nível municipal é um facilitador, mas depende da prefeitura ter técnicos que autorizem a comercialização.

Mesmo assim, a pesquisa aponta que os grupos de mulheres que conseguiram ter acesso ao programa (com destaque para as modalidades de Compra Di-

48 Essa postura apareceu, por exemplo, em lideranças de mulheres do Rio Grande do Sul, que consideram mais interessante para os grupos de mulheres investirem em mercados informais, como as feiras ou as vendas de casa em casa.

49 No caso de polpas de frutas essa questão apareceu com maior importância.

50 Em especial, ovos, galinha caipira, derivados de leite, carne de porco, mas também mariscos e pescados.

reta com Doação Simultânea) utilizaram-no como forma de alavancar a estruturação do grupo e da produção, aumentando e diversificando a produção, adequando-se progressivamente à legislação sanitária e permitindo o acesso a outros mercados, de forma mais autônoma, contribuindo para uma melhoria da renda e trazendo um conjunto de impactos positivos para a vida dessas mulheres. E a perspectiva de acesso ao PAA apareceu em alguns casos como um estímulo para a formalização de grupos de mulheres.

A existência de grupos de mulheres é um aspecto que indiscutivelmente “puxa para cima” os percentuais de participação de mulheres no PAA, pois há uma pressão por mais reconhecimento da participação das mulheres na vida produtiva, influenciando na maior presença de nomes de mulheres nos contratos. Os grupos organizados fazem com que, de fato, as mulheres tenham maior acesso ao programa e aos seus benefícios⁵¹.

Conclusões

Os estudos de caso apontaram que embora seja bastante significativa a participação de mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos, essa participação ainda se dá muitas vezes de forma “anônima”, uma vez que o percentual de mulheres formalmente registradas como fornecedoras em suas diferentes modalidades está bastante aquém do percentual de força de trabalho feminina empregada na produção fornecida.

O PAA, em suas distintas modalidades, indiscutivelmente valoriza o trabalho feminino, ao criar canais de comercialização para seus produtos, a um preço justo e com formas de operação que atendem às suas necessidades (entregas parceladas, constantes, em pequenas quantidades). No entanto, ainda existem fortes desafios para que possa contribuir de maneira efetiva para a construção de uma maior autonomia econômica das mulheres.

51 Essas questões podem ser melhor percebidas nos dados desagregados por município e por organizações proponentes. Para maiores detalhes, ver os relatórios originais da pesquisa.

A forma como o Programa vem sendo implementado, assim como outras políticas voltadas para a agricultura familiar, tende a reforçar a idéia da unidade familiar de produção como um bloco homogêneo, desconsiderando as diferenças internas existentes. Permanecem, no interior das famílias agricultoras, desigualdades e subordinações, que não são consideradas. A presença das mulheres no mundo público ainda é uma exceção na agricultura familiar, apesar dos enormes avanços obtidos nos últimos anos em termos de direitos sociais e de políticas dirigidas a elas. Ainda estão presentes culturas organizacionais que operam com base em valores tradicionais patriarcais, que muitas vezes sequer são percebidos como tal.

Práticas discriminatórias com relação às mulheres são encontradas com frequência, de forma naturalizada. A interpretação de que o titular do projeto “tem que ser” o homem, porque ele é o “chefe da família”, “o cabeça da DAP”, são exemplos desse comportamento, que se desdobra no preenchimento dos documentos em nome do homem, na possibilidade ou não de filiação de outros membros da família nos órgãos de representação com direito a voto, etc. Todos esses encaminhamentos reforçam a invisibilidade das mulheres como agentes econômicos e produtivos na agricultura familiar, contribuindo para que o seu espaço dentro da unidade de produção e da família continue como um espaço subordinado.

Essa situação tem sido modificada por pressão das próprias mulheres e também pelo grande esforço de parte dos agentes públicos em questionar a cultura dominante e propor ações que deem destaque ao protagonismo das mulheres no desenvolvimento local. Várias conquistas das mulheres no sentido da igualdade de gênero, além de reforçarem sua cidadania e terem impacto concreto na sua vida, vêm possibilitando que mulheres apareçam formalmente nos contratos do PAA, como o acesso à documentação pessoal, à titularidade da terra, à titularidade conjunta da DAP, a inclusão do seu nome nas notas fiscais de produtos agrícolas, a possibilidade de associação a sindicatos e cooperativas. As experiências produtivas e de comercialização feitas por grupos de mulheres, de processamento de produtos, de vendas nas feiras, ou ainda a sua presença nas discussões sobre o fornecimento para a alimentação escolar, também são exemplos dessa participação ativa e crescente das mulheres rurais em espaços importantes de afirmação da agricultura familiar como base para a promoção do desenvolvimento local.

De maneira geral, a baixa participação formal das mulheres no PAA e alguns subterfúgios utilizados pelas mesmas para viabilizar seu acesso direto ao programa, apontam que é necessário “superar” a identificação normalmente feita entre agricultura familiar = família = chefe da família = marido. Indubitavelmente, entre os principais limitantes do ponto de vista jurídico e formal para uma remuneração mais justa da força de trabalho feminina no PAA está o fato de ser colocado um limite único de fornecimento por família (DAP), que desconsidera a existência de mão de obra diferenciada em seu interior. É necessário um reconhecimento, por parte do Estado, do valor do trabalho de cada um dos membros da unidade familiar de produção, para uma contribuição mais efetiva das políticas públicas na construção de relações mais igualitárias e democráticas no interior da família rural.

A dominação econômica e cultural à qual as mulheres estão submetidas na família se reflete na sua dificuldade de expressão na vida pública e perpetua um círculo vicioso de “não-direitos”, de “não-cidadania” e de participação desigual no desenvolvimento. As mulheres em geral e as pobres em especial vivenciam, na sociedade, um sistemático processo cultural e político de expropriação das suas capacidades de agir publicamente e de exercício de seus direitos. O acesso a políticas públicas pode melhorar concretamente a vida das mulheres e permitir que haja uma valorização das suas contribuições para a sociedade, ajudando a superar valores e preconceitos ainda existentes, que impedem a sua plena realização como cidadãs. O desenho de políticas públicas precisa levar em conta essas questões se quiser fazer realmente políticas de cidadania como um passo importante da luta pela emancipação humana de homens e mulheres.

Bibliografia

ALMEIDA, Luiz Manoel Moraes Camargo; BOTTA FERRANTE, Vera Lúcia Silveira. Programas de segurança alimentar e agricultores familiares: a formação de rede de forte coesão social a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Araraquara - SP. 47º Encontro da SOBER. Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009.

ALMEIDA, Maria Marli (org.). As mulheres na agricultura de base familiar. Um trinômio real: produção agrícola, criação de animais e artesanato. Diagnóstico

do potencial artesanal das mulheres agricultoras do Sertão do Pajeú-PE. Afogados de Ingazeira: Casa da Mulher do Nordeste, 2006

BECKER, Claudio. Mercados institucionais e agricultura familiar: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em municípios do Território Zona Sul do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Pelotas, 2010.

BECKER, Cláudio; ANJOS, Flávio Sacco; CALDAS, Nádia Velleda. Políticas públicas estruturantes e segurança alimentar: o caso do PAA. 47º Encontro da SOBER. Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009.

BOTELHO FILHO et al. Estudo do Impacto do PAA sobre os arranjos econômicos locais nas regiões nordeste e sul do Brasil. In: SOUSA, R.P.; Veitsman, G. (orgs.). Cadernos de Estudos no. 5 – MDS – SÍNTESE DAS PESQUISAS DE AVALIACAO DOS PROGRAMAS SOCIAIS DO MDS – DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM DEBATE. 2007.

BRUMER, Anita – Previdência Social Rural e gênero. Sociologias. Porto Alegre, v.7, p.50 - 81, 2002.

CARNEIRO, Maria José. Camponeses, agricultores e pluriatividade. Contra Capa Livraria: Rio de Janeiro, 1998.

CHMIELEWSKA, Danuta; Souza, Darana e Lourete, Acácio A. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e as práticas orientadas ao mercado destes agricultores: Estudo de caso no Estado de Sergipe. Relatório de Pesquisa PNUD. Brasília (mimeo), mar/2010.

CORDEIRO, Ângela. Resultados do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: A perspectiva dos Beneficiários. Relatório de consultoria Projeto PNUD/ CONAB BRA/03/034. Brasília, julho de 2007.

COSTA, Ricardo. Comercialização e transformação da agricultura familiar: alguns pontos a discutir. In: KÜSTER, A. e MAR, J. F., Orgs. Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado no Norte e Nordeste do Brasil. 2ª ed. Fortaleza: Konrad-Adenauer-Stiftung, DED. p. 67-74. 2004.

CULTI, Maria Nezilda. Mulheres na economia solidária: desafios sociais e políticos. IV Congresso Europeo CEISAL de Latinoamericanistas. Bratislava, 4 a 7/07/2004.

DANTAS, Conceição e Janete Monteiro. Mulheres e semi-árido: Diagnóstico de gênero do território de Apodi. Centro Feminista 8 de Março/ Projeto Helder Câmara: Mossoró, 2003.38p. (Cadernos 8 de Março, no. 6).

DE GRANDI, Alessandra B. Relações de trabalho nas nas famílias agricultoras associadas a mini-usinas de leite no estado de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 1999. 93pp.

DESER/CEMTR-PR. Gênero e Agricultura Familiar; cotidiano de vida e trabalho na produção de leite. Curitiba: DESER/CEMTR-PR, 1996

DUARTE, Laura Maria Goulart; BRASIL, Ida Claudia; SALVIANO, Olivia M. M. de Faria. Agroindústria familiar e perspectivas de uma vida rural sustentável: um breve olhar sobre a experiência do PROVE – Distrito Federal/Brasil. In: Duarte, Laura; Theodoro, Suzi (orgs). Dilemas do cerrado. Entre o ecologicamente (in) correto e o socialmente (in) justo. Rio de Janeiro: Garamond, 2002a. p. 205 – 222.

DUARTE, Laura Maria Goulart; SALVIANO, Olivia M.M. de Faria. O programa de verticalização da pequena produção familiar – PROVE – como alternativa ao desenvolvimento rural sustentável e à cidadania da mulher no campo. In: Duarte, Laura; Theodoro, Suzi (orgs). Dilemas do cerrado. Entre o ecologicamente (in) correto e o socialmente (in) justo. Rio de Janeiro: Garamond, 2002b. p.223 -239.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. *The Journal of Development Studies*, v. 35, n. 1, p 1-38, Oct. 1998.

ELLIS, F. Rural livelihoods and diversity in developing countries. Oxford (UK): Oxford University Press, 2000.

FERNANDES, Fernanda de Castro. A situação dos direitos humanos das mulheres fumicultoras no Estado do Rio Grande do Sul. In: Kassab, Marina (coord.) Tabaco e gênero no Brasil. Aliança Contra o Tabagismo (ACT-br); s/local, s/d. acesso em 30/06/2010: http://actbr.org.br/uploads/conteudo/438_tabaco_e_genero_no_brasil.pdf

FIGUEIREDO, Luciene Dias. Empate nos babaçuais: do espaço doméstico ao espaço público – lutas das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. In: WO-ORTMANN, Ellen; LOPES, Adriana; BUTTO, Andrea; MOLINA, Caroline (Orgs); Prêmio Margarida Alves. II Coletânea sobre estudos rurais e gênero. Brasília: MDA, 2007. p. 59-78.

GAIGER, Luis Inácio (coordenador). Sistematização de dados referentes à participação das mulheres nos empreendimentos econômicos e solidários cadastrados

dos no Sistema Nacional de Economia Solidária (SIES). Universidade do Vale do Rio Sinos (Unisinos). Grupo de Pesquisa em Economia Solidária. São Leopoldo, Unisinos, outubro de 2008.

GARCIA JR., Afrânio Raul. O Sul: Caminho do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora Univ.Brasília; MCT/CNPq, 1989.

GOMES, Denyse; AMARAL, Waldiléia. Empreendimentos de Mulheres Rurais da Amazônia: “Articulação e Caracterização das iniciativas”. Belém: GTNA/ Pão para o Mundo (PPM), 2005.

GRISA, Catia. Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). 47º Encontro da SOBER. Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009.

HEREDIA, Beatriz. A morada da vida – trabalho familiar de pequenos produtores no nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HEREDIA, Beatriz; CINTRÃO, Rosângela. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. In: O progresso das mulheres no Brasil. Brasília: UNIFEM/Fundação Ford/CEPIA, 2006.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales. A “masculinização” da produção de leite. Revista de Economia e Sociologia Rural. Brasília: Rev. Econ. Sociol. Rural vol.47 no.1, Jan./Mar, 2009.

MAIA, Cláudia J. Trabalho, família e gênero: estratégias de reprodução social camponesa no Médio Jequitinhonha. In: Mulher e Trabalho, v. 4, n. 1, p. 89-103. FEE: Porto Alegre, 2004.

MARTINS, Sérgio Paganini. Análise dos dados de execução das modalidades Formação de Estoques e Compra Direta da Agricultura Familiar na Região Nordeste no período 2003-2008. Consultoria MDA/GTZ, Brasília, junho de 2009.

MATTEI, L. Políticas públicas de combate à fome: o caso do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar no Estado de Santa Catarina. Sociedade e Desenvolvimento Rural, v.1, n.1, 2007.

MDA/SAF. Declaração de Aptidão ao Agricultor Familiar ao PRONAF – Manual do Cadastrador. s/l: s/d.

MENASCHE, Renata e ESCHER, Salete. Gênero e agricultura familiar: cotidiano de vida e trabalho na produção de leite. DESER E Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Paraná: Curitiba, 1996.

MOURÃO, Patrícia de Lucena. Diagnóstico das potencialidades das produções realizadas pelas mulheres rurais (relatório no. 4). Consultoria prestada junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Projeto de Cooperação Técnica MDA/FAO - UTF/BRA/057/BRA. Brasília, 2008b.

MOURÃO, Patrícia de Lucena. Relatório técnico contendo a sistematização das informações levantadas no mapeamento dos grupos produtivos de mulheres rurais (5/6). Projeto de Cooperação Técnica “Apoio às políticas e à participação social no desenvolvimento rural sustentável” - PCT IICA/MDA - NEAD; Brasília, 2008a (mimeo).

MULLER, Ana Luiza. A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do PAA. (Dissertação) Mestrado em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2007.

MULLER, Ana Luiza; FIALHO, M. A. V.; SCHNEIDER, Sérgio. A inovação institucional e a atuação dos atores locais na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Rio Grande do Sul. In: BOTELHO, F. B. F. Avaliação de Políticas de Aquisição de Alimentos. Brasília: Universidade de Brasília, CEAM, NEAGRI. v. 7, n. 27, 2007.

NOBRE, Miriam; SILIPRANDI, Emma; QUINTELA, Sandra; MENASCHE, Renata (Orgs.). Gênero e agricultura familiar. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 1998.

OLIVEIRA, Cidvânia Andrade. Quintais agroflorestais mulheres redesenham espaços de produção e reprodução no Maranhão. Agriculturas; experiências em Agroecologia (LEISA BRASIL). Dez 2009, V.6, n.4, p. 32-35.

PANDOLFO, M.C. O programa de aquisição de alimentos como instrumento revitalizador dos mercados regionais. Agriculturas, v.5, n.2, p.14-17, jun., 2008.

PAULILLO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. Ciência Hoje, v. 5, n 28, jan./fev. 1987.

PEIXOTO, Socorro Leticia et al. As relações de gênero no semi-árido: diagnóstico do território do sertão central cearense. Fortaleza: ESPLAR Centro de Pesquisa e Assessoria/Projeto Dom Helder Câmara, 2004.

REGO, Walquiria Leão. Aspectos teóricos das políticas de cidadania: uma aproximação ao bolsa família. *Revista Lua Nova*, 73: 147-185. São Paulo, 2008.

Relatórios ActionAid nos Estudos de Caso de Mirandiba (PE) e Esperantina (PI) – versões preliminares, 2009.

Relatórios CONAB (sumários executivos anuais sobre o PAA): 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007 (www.CONAB.gov.br)

SALES, Celecina Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 15 (2); 240, maio-agosto/2007, p. 437-443.

SANTOS, Graciete; ALMEIDA, Maria Marli. As Relações de Gênero na Agricultura Familiar. Diagnóstico do Pajeú/Pernambuco. Recife: Casa da Mulher do Nordeste/ ProjetoDom Helder Câmara, 2003 (Cadernos Diagnóstico, vol.1)

SCHAAF, Alie van der. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2001.

SILIPRANDI, Emma e CINTRÃO, Rosângela. Pesquisa Participação das Mulheres no PAA – Quinto Produto – Análise Quantitativa das Modalidades Operacionalizadas pelo MDS. S/l, Relatórios de Consultoria no. 1 - 9, dez/2009 a abr/2010.

SILVA, Carmen; ÁVILA, Maria Betania; FERREIRA, Verônica. Nosso trabalho tem valor! Mulher e Agricultura Familiar. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia / Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste, ago/2005.

SILVA, Nalu Faria. Relatórios da consultoria “Análise sobre a participação das mulheres e suas organizações na economia solidária no Brasil” (2 relatórios); Brasília, Projeto de Cooperação Técnica “Apoio às políticas e à participação social no desenvolvimento rural sustentável” – PCT IICA/MDA – NEAD, 2009a e 2009b (mimeo).

SPAROVEK, Gerd et al. Estudo comparado sobre a efetividade das diferentes modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – NE. FAO/MDS – UTF/BRA/064/BRA. Piracicaba, 2006.

SURITA, Rita (coord.). Alimentando a Cidadania: a força da sociedade civil junto a políticas públicas; relato sobre a Rede de Cooperação e Comercialização Solidária. Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2008.

As mulheres agricultoras e sua participação no PAA

VIEIRA, D. F. A. ; VIANA, C. A. S. O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e sua relação com o modo de funcionamento da Agricultura Familiar. In: VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção. Fortaleza: Anais do VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção, 2007.

VOGT, S.P.C.; SOUZA, R.S. Políticas públicas e segurança alimentar: estudo de caso do Programa de Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea (Fome Zero) no município de Tenente Portela-RS. In: VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção. Fortaleza: SBSP. Anais..., 2007.

ZIMMERMANN, Silvia A.; FERREIRA, Ana Paula Lopes. El Programa de Adquisición de Alimentos de la Agricultura Familiar en Mirandiba-Pe. In: SCOTTO, Gabriela (org.). Aun hay tiempo para el sol. Pobrezas rurales y programas sociales. Brasil, Venezuela, Guatemala: una mirada desde lo local. Rio de Janeiro: ActionAid, 2008. p.28 – 64.



Diretoria de
**Políticas para
Mulheres Rurais**

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

GOVERNO FEDERAL



PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA